

# **INVESTIGAÇÕES**

**Linguística e Teoria Literária**  
**VOL. 2**



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**  
Universidade Federal de Pernambuco

## **UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO**

### **REITOR**

Prof. Éfrem de Aguiar Maranhão

### **PRÓ-REITOR PARA ASSUNTOS DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO**

Prof. Yony de Sá Barreto Sampaio

### **PRÓ-REITOR PARA ASSUNTOS CULTURAIS E INTERCÂMBIO CIENTÍFICO**

Profª Margarida de Oliveira Cantarelli

### **COORDENADOR, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGÜÍSTICA**

Prof. Francisco Gomes de Matos

### **VICE-COORDENADOR, PPGLL**

Profª Gilda Maria Lins de Araújo

### **SECRETÁRIO**

Marcos Motta da Silva

### **CONSELHO EDITORIAL**

Ataliba T. de Castilho (USP)

Francisco Gomes de Matos (UFPE), Presidente

Idelette Fonseca dos Santos (UFPB)

Ingedore V. Koch (UNICAMP)

Ivaldo Bittencourt (UFPE)

José Fernandes (UFGO)

Luiz A. Marcuschi (UFPE)

Marília Viana (UFPE)

Regina Zilberman (PUC-RS)

Sébastien Joachim (UFPE)

### **INVESTIGAÇÕES - Lingüística e Teoria Literária ISSN 0104-1320**

Vol. 2, dezembro de 1992

Publicação anual do Programa de Pós-Graduação em Letras e  
Lingüística

da Universidade Federal de Pernambuco, Deptº de Letras, Centro de  
Artes e Comunicação,

1º andar, 50670-901 Recife, Pernambuco. Telefone (081) 271.8312.

## SUMÁRIO

### **Apresentação**

|                          |   |
|--------------------------|---|
| Francisco Gomes de Matos | 7 |
|--------------------------|---|

### **Artigos**

|                                                                                  |    |
|----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Textualização da loucura                                                         | 9  |
| Sébastien Joachim                                                                |    |
| A presença da repetição na fala e algumas perspectivas de tratamento             | 31 |
| Luiz Antônio Marcuschi                                                           |    |
| O discurso indígena: uma abordagem pragmática                                    | 49 |
| Gilda Maria Lins de Araújo                                                       |    |
| As partículas modais e o ensino de alemão para estrangeiros                      | 69 |
| Elizabeth Marcuschi                                                              |    |
| Comunicação, literatura e informática aplicada ao ensino de línguas estrangeiras | 77 |
| Yaracylda O. Farias                                                              |    |
| Poder nas interações verbais entre os sexos                                      | 83 |
| Judith C. Hoffnagel                                                              |    |
| Estratégias de criação de humor na entrevista televisiva                         | 93 |
| Isaltina Mello Gomes                                                             |    |

|                                                                                                                      |     |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
| Uma leitura da abordagem Bakhtiniana do discurso<br>reportado                                                        | 105 |
| Dóris de Arruda Cunha                                                                                                |     |
| Approaches to conversational analysis                                                                                | 119 |
| Kazue Satio M. de Barros                                                                                             |     |
| É conversando que a gente se entende: opacidade e<br>transparência na comunicação intercultural em língua<br>materna | 133 |
| Inês Signorini                                                                                                       |     |
| Padrões entoacionais nos processos de continuidade e<br>descontinuidade na fala                                      | 145 |
| Marígia Viana                                                                                                        |     |
| O teatro de Ariano Suassuna e a literatura popular<br>Nordestina. Uma poética do palimpsesto                         | 155 |
| Idelette Fonseca dos Santos                                                                                          |     |
| Linguística no Brasil: o papel da UFPE                                                                               | 167 |
| Francisco Gomes de Matos                                                                                             |     |

Programa de  
Pós-Graduação  
Letras e Linguística UFPE, Recife, Vol. 2, dezembro de  
1992.

### **UMA NOVA REVISTA**

Lançada em 1989, com o objetivo de divulgar pesquisas realizadas nas duas áreas de concentração deste Programa - Linguística e Teoria da Literatura - renova-se esta publicação, a fim de refletir as seguintes mudanças positivas no desenvolvimento dos Cursos de Pós-Graduação no Brasil:

- 1 - a crescente e produtiva interação de docentes-pesquisadores, através de eventos promovidos por entidades como a ABRALIN (Associação Brasileira de Linguística) e a ANPOLL (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Letras e Linguística).
- 2 - O surgimento, entre nós, de revistas especializadas com Conselho Editorial institucionalmente abrangente: um exemplo é D.E.L.T.A., Revista de Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada, publicada com apoio oficial da ABRALIN.
- 3 - A ênfase dada pela CAPES, no processo avaliativo do desempenho dos Programas de Pós-Graduação, à melhoria da qualidade das pesquisas, à cooperação interuniversitária e ao intercâmbio de publicações.
- 4 - O incentivo - por Agências governamentais federais e estaduais, Pró-Reitorias e Editoras Universitárias - à disseminação nacional e internacional de trabalhos e documentação relevantes, através de revistas e boletins.

5 - A conscientização, pela comunidade científica, de que é crucial assegurar-se aos pesquisadores usuários de língua portuguesa, o direito de publicar nesse idioma em revistas publicadas no País. Um apelo nesse sentido foi feito pelo redator desta, durante a conferência (os Direitos Linguísticos do Cientista Brasileiro), pronunciada no Encontro da ABRALIN, durante a 44ª Reunião Anual da SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência / São Paulo, 13 de julho de 1992.

Inspirado nessas tendências, agora transformadas em diretrizes, o Colegiado deste Programa decidiu instituir um novo Conselho Editorial para **Investigações**, constituído por 10 membros, dos quais 05 da UFPE e 05 de outras universidades.

Deliberou, também, o Colegiado que, à medida do possível, as contribuições à revista sejam representativas da produção de docentes e discentes deste Programa e de especialistas de outras universidades.

Agradecemos a colaboração dos colegas que compartilharam nessa complexa mas gratificante missão editorial, como autores ou leitores críticos dos manuscritos submetidos.

Francisco Gomes de Matos, Presidente, Conselho Editorial  
Recife, dezembro de 1992.

## **TEXTUALIZAÇÃO DA LOUCURA** (A "mise en discours" da desrazão)

por *Sébastien Joachim*  
Teoria da Literatura, UFPE

De Aristóteles até Sigmund Freud a filosofia oficial nunca duvidou que o apanágio do homem fosse a razão. Com o Pai da Psicanálise já não estamos certos dessa asserção. A literatura, na sua ânsia de rivalizar com a Filosofia, problematiza nossas certezas e incertezas, encenando/textualizando o avesso da racionalidade.

Eis aqui uma etapa de nossa pesquisa suscetível de subsidiar a percepção dessa problematização.

Num primeiro momento, faremos uma descrição fenomenológica da loucura; num segundo momento será apresentado um quadro tríplice de análise.

### **APRESENTAÇÃO E JUSTIFICATIVA**

O estudioso que pretende abordar textos literários sob o ângulo psicanalítico necessita de um mínimo de informações teóricas e de uma certa disposição de espírito. As informações básicas se encontram na bibliografia em anexo, principalmente nos nomes de Bellemin-Nel, Mahony e Wieder. Para a leitura da loucura ficcional, em particular, - alvo dessa pesquisa - as referências fundamentais são Danon-Boileau, Menaham, Plaza e Thévoz. Quanto à disposição afetiva, e também o contexto sócio-cultural e político do discurso louco, ficcional ou não, todos os autores citados falam-no, mas destacamos aqui os nomes de David Cooper e Michel De Certeau.

Mas qual é a relevância de um estudo da loucura ficcional? Sabemos que psiquiatras e analistas cuidam da loucura verdadeira, de pessoas de carne e osso, de sujeitos empíricos, e que talvez seja a única tarefa que valha a pena. O que nos levaria então a nos preocupar com fábulas cuja função seria de puro divertimento?

Longe de nós recusar a função prazerosa da arte, nem competir com os especialistas dos distúrbios mentais. Nossa

preocupação, porém, é justificada tanto pelas declarações dos estudiosos supracitados quanto pelos trabalhos sobre a loucura na História e na Arte de Michel Foucault e os estudos sobre o texto de ficção e o texto ficcional de Paul Ricoeur. Mas aqui nossa justificativa se baseia sobretudo na autoridade de Michel De Certeau (no tocante à ficção), na de David Cooper (no tocante à loucura discursiva) e na de Monique Plaza (no tocante à análise fenomenológica). Veremos que a razão é ao mesmo tempo epistemológica e estratégica.

Com ou sem intriga de loucura fingida ou não, a ficção ou o texto de imaginação, essencialmente feita de simulacros de vivência humana, é um domínio de estudo mais amplo do que se pensam no círculo dos científicos mal informados e dos intelectuais políticos tidos por "realistas".

No apreço desse rigoroso historiador que foi Michel De Certeau, a ficção é uma epistemologia ou interrogação sobre a realidade e sobre o nosso saber. Numa tal ótica, tanto a escrita ficcional quanto a sua leitura competente constituem modos específicos de se chegar às invenções de percepções e de conceitos - uma heurística (De Certeau, 1987:67-69).

De fato, o que se designa por ficção não se confunde com o falso ou o puramente irreal, não se opõe à nenhuma ordem de conhecimento. Ela é uma mistura de "real" e de não real subjacente a todas elas: ciência, mitos, artes. . .

Infere-se de De Certeau uma definição da ficção como anunciadora e organizadora de um porvir. Como a Ciência, ela diz: suponho que. . . , e avança hipóteses contrafatuais. Discurso científico, discurso ficcional se perecem por vezes, na sua carência provisória de referência, no seu divórcio com o senso comum. Mas a ciência procura se segurar pela monovalência e pela estabilidade semântica ao passo que a ficção busca a aventura da polivalência e da instabilidade dos efeitos. Enfrentam-se aí as duas utopias, senão duas ameaças de loucura, quando procura e busca são extremadas. Manias classificadoras e rigidez redutora, dispersão semântica e compulsiva fuga para frente: ambas as atitudes discursivas estão no registro da psicose. Tanto a ciência quanto a ficção podem cair na malha fina de uma relevante leitura "psicanalítica".

Grande admirador de Foucault o historiógrafo da loucura, De Certeau multiplica as relações entre modelos freudianos

e modelos literários no capítulo VI de seu livro **A Psicanálise entre História e Ficção** (Gallimard 1987:125-128,132-141). Essas relações são hoje bem conhecidas com a divulgação dos mecanismos retóricos vigentes na teoria dos sonhos (reportem-se na bibliografia aos nomes de Bellemín-Noí 1982, Dannon-Boileau 1987, Ella Sharpe 1972, Lacan, **Escritos**). Mas De Certeau nos relembra algo menos divulgado, a saber que essas “figuras” de retórica, Freud as liberta do “ghetto literário” e lhe confere uma “pertinência histórica”. Numa passagem, De Certeau fala de uma (estilística dos afetos) (p. 132-133) ligando, loucura, literatura, inconsciente e paixão. Nisso veremos que suas declarações convergem, com as de Menahem, Cooper, Thévoz e Plaza. Por enquanto contentemo-nos em assinalar a importância epistemológica e heurística que ele tem atribuído à ficção literária no que diz respeito à função política e à escuta psicanalítica do discurso louco.

As orientações teóricas que apresentamos compreendem os itens seguintes:

- CONTEXTO SOCIAL DA PRODUÇÃO E REPRESENTAÇÃO
- DESCRIÇÃO FENOMENOLÓGICA
- QUADRO DE ANÁLISE

### **CONTEXTO SÓCIO-CULTURAL DA LOUCURA**

Quase ninguém nega hoje a necessidade de levar em conta contextos mais vastos (história, formação social, instituições culturais e sócio-políticas, a própria linguagem como sub-instituição) para entender o discurso individual e os comportamentos. Por isso, um dos leit motifes de nossa pesquisa vai ser o peso do sociolecto sobre as manifestações intelectuais, o impacto da realidade instituída, da totalidade simbólica sobre a percepção e a anunciação do sujeito individual.

Lingüistas, literatos, filósofos, analistas, testemunham isso. Antes de recorrer ao depoimento do mais veemente deles, David Cooper, escutem a palavra mais moderada de Eduardo Guimarães (**Enunciação e História**. Pontes, 1989:73-74):

(Enunciar é em parte pelo menos determinado - socialmente (. . .). O enunciando se caracteriza como elemento de uma prática social (. . .) e o sentido se con-

figura como um conjunto de formações imaginárias do sujeito e seu interlocutor e do assunto de que se fala).

Veremos que o discurso louco tende perigosamente à rejeição violenta da determinação social, e talvez da relação comunicativa e comunitária pressuposta por Guimarães. Do ponto de vista da linguagem como instituição, o sujeito recebe a sua língua enquanto sistema pré-estabelecido. ele vai empregar toda a sua engenhosidade para escapar (Michel Mazzola, in: **Langage**. Paris, Bréal. 1986:122, ibid Régis Hanrion). A colocação de Guimarães é reforçada por essa outra de Michel Mazzola (**Langage**, 1986:123): "Le langage libère les choses et les forces qui nous entourent et qui nous meuvent"<sup>1</sup> a linguagem nos ajuda a identificar as coisas e entrar em relação dinâmica com elas , e com a totalidade simbólica que Lévi-Strauss designa pela expressão "lei da cultura" (conflitos íntimos, regras do matrimônio, relações econômicas, teorias estéticas, associações científicas, dogmas da religião, enfim tradições). Contrariamente às expectativas dos lingüistas e dos antropólogos, o discurso louco quer pular fora da linguagem e do enquadramento sócio-cultural. Estes são percebidos como mutiladores e alienantes.

Como dissemos, no primeiro plano dos defensores por vezes românticos da loucura, se destaca David Cooper (1986), ex- e anti-psiquiatra. Como Plaza e Menahem, ele distingue dois tipos de loucura, a loucura-paixão e a loucura-patológica<sup>2</sup>. Ele próprio experimentou uma forma de vivência "borderline", que o levou a conferir uma certa legitimidade à loucura-paixão como em estado-limite, dotado de positividade e de criatividade. Em nome do direito à paixão e ao ultrapassamento, ele polemiza as estruturas sociais e os discursos que a sustentam, inclusive o discurso médico. Gérard Méchoulam (**De la psychanalyse à la cosmo-analyse**. Irecá, Delachaux et Niestlé. 1987) é um estudioso que propõe uma tese semelhante à de David Cooper. Segundo ele, tanto o mundo que nos circunda

---

1 - Citação de Michel Mazzola, in: **Langage**. Bréal. 1986. p. 132. Também Jean-Joseph Goux: **Freud. Marx. Economie et Symbolique**. Seuil. 1973.

2 - Michel Foucault por sua parte, quase com a mesma nuance, distingue entre o louco e o furioso.

quanto seus discursos (informações, saberes, aparelhos ideológicos de estado, projeções que tomam o lugar da Natureza, \_ pois é quase impossível ter acesso direto à esta \_ tradições ancestrais vindas do fundo do passado mais longínquos da humanidade, mitos, enfim uma neurose coletiva) constituem temas poluentes e aprisionadores. Uma "démarche" cosmo-analítica faz-se necessária para desidentificarmos; ela consiste essencialmente na descoberta e na análise dos "processos demiúrgicos em ação no universo e no ser humano" com a esperança que, pelo desvelamento da maquinaria, pela lucidez e ação concreta consecutiva a essa tomada de consciência, religaremos-nos com o mundo verdadeiro e com o nosso ego autêntico. O resultado final - que não se consegue sem sofrimento - é a libertação das determinações, opressões, sentimento de culpa e medo, a barragem à entropia, a restauração das "primeiras manhãs" da humanidade. Projeto de um saudosismo conquistador inegavelmente justificador da empresa do discurso louco e de seu ex-centramento sistemático.

Talvez o leitor tenha logo percebido o parentesco dessas posições com as de Foucault, Deleuze-Guattari, de Castoriadis-Aulagnier. Na frente de luta feminista, é preciso acrescentar os nomes de C. Herrmann, R. Lakoff, B. Thorne e N. Henley<sup>3</sup>. Para Cooper (1986:39) são as instituições, inclusive a linguagem instituída, que são alienadas e que alienam os indivíduos. De Certeau (obra citada, p. 71,75-76) oferece subsídios para uma tal constatação que, em consonância com Rubem Alves (**Conversas com quem gosta de ensinar**, Cortez, 1986) atinge até o funcionamento da pesquisa universitária. De Certeau denuncia o imediatismo da pesquisa científica, sua prostituição ideológica, sua subserviência ao poderio financeiro. Mas cabe a David Cooper definir a alienação com maior agudez. Para ele, a alienação é uma (invasão) daquilo que consideramos como "nós mesmos" por uma formidável externalidade (une monstreuse altérité).

Essa externalidade interiorizada corresponde àquilo que Levi-Strauss chama **Lei da cultura**, pois ela (compreende) toda

---

3 - Consultar por esses nomes a bibliografia de Patrick Mahory, 1986.

a massa das relações humanas, das experiências do micro-social até o institucional e ao macro-social (Cooper, 1986:39). Estamos perante a dialética trágica de um discurso-mestre colonizador de todos os discursos individuais, um discurso zeloso de sua unicidade e originalidade. David Cooper recomenda a reconquista do espaço perdido pelo discurso individual (e o fazer que lhe é concomitante), através de invenção de experiências. Mais especificamente, ele aconselha uma operação saudavelmente louca: a desestruturação-reestruturação. Por este modo, conseguiremos ultrapassar a alienação. No entanto, é preciso ter em mente o pré-requisito da ultrapassagem: uma viagem iniciática que transita por ponto zero, ponto de purificação quase místico, de anulação do espírito, de reemergência e sobressaliência do corpo. Acompanha essa desnormalização, uma angústia perpassada de uma profunda satisfação íntima. Cooper chama **União paradoxal** o sentimento ambíguo (alegria extática) e de "desespero total" pelo qual passa o candidato à desalienação.

A desalienação discursiva e comportamental tem um preço alto: a loucura individual. É necessário saber administrá-la. Ela não pode degenerar em "loucura social visível" (Cooper:40), sem comprometer o processo de mutação qualitativa. Nenhum elemento do paradoxo (êxtase/desespero) deve triunfar, eliminando o outro. Isso acarreta o desastre do êxtase puramente ou da dor que mata. Um ou outro resultado transforma a loucura-paixão em loucura-patológica, o discurso poético em esquizografia<sup>4</sup>, as grandes criações (Cooper:41) em esterilidade.

É evidente que David Cooper tem um pendor místico e se posiciona radicalmente contra o Poder estabelecido e o discurso que o fortalece. Mais moderada é a posição de De Certeau que não cai na equação simplória: Loucura = Criativismo = Poesia. Quanto à posição dos lingüistas, se ela pode passar por mais judiciosa, talvez seja também demasiadamente cautelosa. Ruth Menahem nos dirá o por quê.

Com certas ressalvas, a "revolução permanente" preconizada por David Cooper em nós e a redor nosso redor via a

---

4 - Ver mais adiante a resenha do estudo: "La schizographie ou l'écriture indocile" por Navet, Lavallée-Hunynh et A. Roch-Lecours. Montreal. 1982.

loucura-paixão e a poesia é estimulante. Ela pode contribuir à melhoria da linguagem estética, ao progresso do indivíduo, ao dinamismo das formações sociais; ela é suscetível de fomentar o sentimento da responsabilidade, à margem de uma normalidade redutora, de seguranças estéreis, da reprodução do banal. É saudável a tomada de consciência que Cooper propõe, quando diz (p. 27):

“Nossa loucura está conosco todo o tempo, apesar do fato que a loucura daqueles que são totalmente normais tem-se suicidado para deixar apenas vestígios estatísticos (. . .); Às vezes, nossa loucura se torna visível para nós, e então nos transformamos. Às vezes, ela se torna socialmente visível e corre então o risco de ser assassinada”.

Vem ainda um conselho que ninguém pode recusar sem negar a sua dignidade, a autonomia de seu ser, e a sua criatividade:

“Cada um de nós a nosso modo, necessitamos viver nossa própria loucura (-paixão); não há caminho antecipadamente traçado. Que cada um de nós assuma a seu próprio caminho; cabe à nossa responsabilidade tomar cuidado para que ninguém se apodere de nossa responsabilidade” (p. 27).

Sigamos o conselho. Ele vale ouro.

## DESCRIÇÃO FENOMENOLÓGICA

Na perspectiva de Foucault, a loucura é como a escrita segundo Derrida, como o Inconsciente segundo Freud: ela não tem essência. Ela é produto de um discurso (clínico em especial) que lhe confere sentido (L. Guirlinger, in: **Langage**. Breal. 1986:212-228).

No âmbito de nosso estudo ela é antes um discurso coagido pelo discurso do Outro. São numerosos os autores que tentaram delinear o discurso e o comportamento louco (Cooper, Thevoz. . .); as melhores descrições vêm incontestavelmente de ficcionistas, como por exemplo Maupassant, Virginia Woolf, Patrícia Highsmith, Marguerite Duras, Hilda Hilst, Osman Lins, Maximiano Campos. . . Por ter percebido isso no que diz respeito aos quatro primeiros escritos mencionados,

Monique Plaza (1986) realizou uma excelente e convincente descrição não-ficcional do fenômeno. Os capítulos do seu livro consideram alternadamente, e com uma certa redundância que assumimos ao lado dela: as exigências estéticas e lingüísticas do escritor, o fenômeno "loucura" e seu universo, o funcionamento interdiscursivo do Mesmo e do Outro, o leitor e suas atitudes dentro dessa síntese, esporadicamente inseriremos a nossa visão pessoal e a de vários outros.

Monique Plaza (1986:70-71) detecta e descreve uma inclinação inconsciente do escritor que vai servir de sustentáculo a tudo que poderíamos apontar como sendo a loucura no texto: o desejo de ir além da linguagem, de ir além do quadro simbólico desenhado pela língua-mãe, para o "lugar de um espesso silêncio" onde irrompem gritos vindo de um indeterminado alhures. Implicitamente, a estudiosa refere-se ao pré-reflexivo, ao ante-lógico, pré-simbólico da fenomenologia heideggeriana e do sistema lacaniano, também ao re-mergulhar (metafórico) no corpo da mãe. De modo explícito, Monique Plaza fala de "queda fora da linguagem", o que envolveria uma definição heideggeriana e derrideana da escrita (poética) enquanto vestígio ("trace") do inexprimível. Numa trilha tão ambígua, surgirá provavelmente mais uma outra: o ato de escrever como gesto suicida e repleto de arrependimento; a inscrição é contemporânea de sua negação, porque altamente constante da imposição dos códigos; daí um inconsciente e constante desejo de rasura simbólica, a tentação de recuar ao momento originário, pré-lingüístico. Michel Thévoz (1986) afirma algo que ratificaria mais David Cooper que Monique Plaza: seu oposto ao oral, o escrito tem historicamente praticado um recalcamen- to da pulsão, uma violência sobre o corpo, a voz, o gesto. Mas Plaza, de acordo com Thévoz e Michel Mazzola (citado no item III), reconhece que embora mutiladora, a escrita é hoje um in- contornável meio de ação artística e política; uma excelente formação de compromisso nos trabalhos de Virginia Woolf, de Maguerite Duras, de Patrícia Highsmith (**O Diário de Edith**). Com efeito, a pesquisa ficcional dessas autoras recupera par- cialmente o corpo na escrita através do jogo dos significantes, do embate do semantismo e do silêncio<sup>5</sup>. Os efeitos de loucu-

ra, como os efeitos de inconsciente surgem nos interstícios abertos pelos gritos: gritos de êxtase e de desespero (segundo Cooper), gritos de dor e de desamparo (segundo M. Plaza). resulta assim uma estranha propensão da escrita da loucura, o concreto, o ritmo fisiológico, o enfável da corporeidade e do puro sentir. O "id" grita no texto louco (Plaza:71).

Heidegger já precedeu Cooper e Plaza na explicação do êxtase e/ou da angústia, concomitantes segundo ele, do gesto poético de H Iderlin<sup>6</sup>. A fratura (**le bris**), a transgressão da fala poética, portanto sua inerente intensidade e ruptura, é talvez o sinal do império da dor. Para Monique Plaza, essa dor resulta da sensação de uma pressão esmagadora das Instituições. Plaza enfatiza em termos espaços-temporais o que Cooper exprime talvez predominantemente em termos políticos. A "monstruosa externalidade" do anti-psiquiatra, se chama aqui **plétora**, uma superabundância circundante. A escrita de ficção, mediante os personagens, mostra essa pletora em ação, assediando todas as formas de percepção sensível e intelectual. A consequência é um **desabar** das resistências. Pois no estado presente da cultura, à pletora institucional (sub todas as formas discursivas e não discursivas), nenhum indivíduo, por rebelde que seja, resiste. Nobens volens, o desabamento sempre o espera. Toda tentativa prometeica será vencida. A poesia, a invenção tem que fazer algumas concessões, respeitar um mínimo de regras, de estética em rigor, de protocolo de comunicação.

A dialética Indivíduo x Instituição se reveza com outros pares concorrentes como Verdade (respeitada) x Arbitrariedade (imposta), Senso de limite x Onipotência, Virtualidade (subjetiva) x Objetivação (reduzora), Desvio x Normatividade, atopia x Ancoragem referencial (convenções), o Sentir / o Pensar / o Concreto x o Abstrato, a Exigência ética x Amadorismo, Contato com as coisas x Ausência de contato, Convicção, do Mesmo x Desacreditação do Outro, Visão x Cegueira, Desejo de mudança x Imobilismo, Vontade de libertação x Vontade de enclausuramento enfim Loucura x Razão.

---

6 - Ler a resenha respectiva que dão de Heidegger leitor de H Iderlin: J. Garelli, **La Gravitation Poétique**. Mercure de France, 1966; R. Heyndels. **La Pensée Fragmentée**. P. Madarga, 1987.

Porém, uma observação atenta indica uma certa reversibilidade da posição, por efeito de bumerangue. Nem todos os conceitos estão em relação de contrariedade forte, nem todos os pares remetem ao mesmo fundamento. Mas a uma condição: passada uma certa fronteira, louco e não louco trocam sem o saber os seus atributos como já assinalamos. Mesmo assim essa lista constitui um instrumento de análise viável.

Voltamos novamente a algumas das análises que sustenta essa lista de categorias, que aliás se depreendem, como dissemos, do empreendimento dos ficcionistas. Monique Plaza (1986:77) identifica, como vindo do Alhures a qual referimos acima, certas formas e significação geradoras de conflitos:

falsas evidências sobre (o que eu sou e o que o outro é, sobre o que diferencia a Vida da Morte, sobre o que diferencia meu desejo, minha língua da língua e do desejo do Outro, sobre o fundamento da identidade sexual, sobre a sexualidade, sobre a raiz da verdade. . .)

Percebemos que a loucura é suscetível de invadir o discurso, quando conteúdos metafísicos são brutalmente administrados por parâmetros sociológicos e políticos; o indivíduo des-territorializado, se vê empurrado para a neurose ou para a psicose. O que acontece na vida empírica é encenado e estilizado, na vida ficcional conforme a lei do simulacro. O mais famoso caso de luta empírica contra a posse do Eu pelo paradigma do Outro através da língua materna é o do "esquizofrênico" americano Louis Wolfson. Wolfson publicou diretamente em francês **Le schizo et les langues** (com prefácio de Gilles Deleuze). Nesse livro, o leitor assiste a uma luta épica contra a "apropriação do corpo, dos sentidos, das funções, do espírito. . . pelo Outro" (M. Plaza, 1986:81). A **plétora** muda de campo. Ela passa do império das Instituições e da Representação por ela fabricada, para a mente de Wolfson. É a realidade cotidiana, o "mundo" de fora, a língua inglesa que os codificam que desabam. A onipotência também muda de posição. Ela se instala no código de francisação forjado pelo esquizofrênico. Este reestrutura soberanamente os objetos de discurso metamorfoseando-os, remoldando-os conforme a visão-do-dentro, impondo significações divergentes das da comunidade. Essa inversão de polo, corresponde de fato ao surgimento de uma

nova megalomania ou onipotência. Sob seus aspectos por vezes franciscanos, o sujeito do neo-discurso nem sempre inteligível (porque procedendo de uma outra lógica), aspira a uma **ditadura** dos significados. . . Se essa ditadura conseguir se impor, nascerá um novo regime semântico, estético, ideológico, científico. . . um gênio ou um louco. O destino desse cidadão depende da aceitação ou da rejeição maciça dos "décideurs" (encarregados de decisões) da sociedade. Pois, é o discurso social através de seus delegados, que fabrica a loucura (ou a genialidade).

No quadro de análise de Monique Plaza, qual atitude é sugerida ao leitor?

Já temos acima um esboço de resposta \_ aceitação ou rejeição a nível da comunidade. Englobando uma comunidade amorfa, o indivíduo tende a consagrar a genialidade e ostracizar loucura sem se questionar sobre a raiz de sua atitude. Thévoz, Menahen, Cooper, Plaza são unânimes ao solicitar maior compreensão face o discurso louco, maior severidade face o discurso médico e psicanalítico.

Os fenomenólogos aconselham, em matéria de texto social e de texto literário, a **apropriação**, porque sempre existe a possibilidade de tirar uma lição ou um ensinamento dos fatos empíricos ou imaginários. Monique Plaza (1986:91-97) retoma o problema em termos de **univocidade** (do lado da rejeição) de espaço potencial e de **espaço potencial** e de **virtualidade** (ao lado da aceitabilidade).

A atitude intransigente perante o discurso louco é julgada "barbara", por reversibilidade. O discurso do poder é propenso a tratar de bárbaro, louco tudo que é contrário aos seus designios. As formações sociais, o indivíduo, imitam aquele discurso enviezado (quem não está comigo está contra mim). O discurso louco por sua des-representação, questiona nossas falsas seguranças e nossas ambições. Por isso, precisamos ficar alertas às dúvidas que ele traz a tona. Sejam os prestes a nos instalar sobre a alavanca do (espaço potencial) que ele abra, em direção de uma ultrapassagem. O leitor ideal de Monique Plaza (1986:94-161) se recolhe no **espaço-tempo-paradoxal** - uma "zona intermediária" (94), (une zone de partage) (161) comuns aos investimentos psíquicos (reais / possíveis) do Autor e do Leitor, da Realidade fatual e do Imaginário.

No domínio do (infinitamente possível) do **espaço-tempo paradoxal**, o leitor idôneo negocia a conciliação de suas "phantasias", de seus "sonhos" e de sua obediência à "Lei da Cultura".

Um dos benefícios da "ficção louca" é que nela a atitude do leitor/ouvinte é prescrita pelo próprio narrador. Este cria uma (ordem do virtual) (Plaza 96-97). Quando a loucura é patológica, a virtualidade discursiva impossibilita a metáfora: o enunciado tende a sentido literal e objetual e, às vezes impossível; quando não patológico, o funcionamento discursivo, promove "hipóteses teóricas", conversões de valores, propostas de neo-realidade, o impensado. Em suma é necessário voltar para a noção de ambigüidade apresentada no início desse item. O impensável se mistura ao impensado na loucura. O leitor/auditor inapto a separá-lo, dificilmente tirará proveito de seu encontro com ela. Pois, em vez de uma positividade criativa, o que ecoará não é a negatividade da perda, da depressão, da destreza, da vacuidade, da alucinação, do egocentrismo, enfim a agressão de um mundo desértico ou repleto de objetos contundentes, a morte violenta (Plaza 101-104).

Tal é a descrição psicológica, e também epistemológica, da experiência louca (Cooper, *supra*, Plaza: 106). Digamos epistemológica porque mesmo patológica e portanto repelente, a loucura ficcional proporciona requestionamento das certezas e compreensão mais profunda da "normalidade". Esse salto fora do "topos" da Tradição e da Convencionalidade é o **atópico**. Neste sentido, a loucura nos coloca a caminho da libertação de um potencial inesperado por significações parasitárias, sub-desenvolvido sob o império da totalidade simbólica, cloroformado pelos estereótipos (Plaza: 162, 169).

É preciso assumir uma loucura mínima para descentrar a perspectiva, limpar o olhar, sair da insensatez mudana, da prisão das crenças, quebrar certos grilhões, testar a fragilidade de nossas referências exilológicas, enfrentar um pouco de inteligibilidade salutar, enxergar a si próprio, viver sábia e plena-

---

7 - A noção de **espaço potencial** de D. Winnicott (*Jogo e Realidade*. O **espaço potencial**, 1975) é utilizada por Monique Plaza, ao lado da noção freudiana de "realidade fictícia", para chegar ao conceito de **espaço-tempo paradoxal**. A mesma noção é utilizada também quase na mesma ótica por Jean Bessière (*Théorie Littéraire*, 1989) e por Danon-Boileau (*Le sujet de l'éconclation*, 1987).

mente (Plaza: 179,202-203). No âmbito mais estreito da aquisição do conhecimento, Gerard Klein (**Psychanalyse de la Science-Fiction**, Dunod. 1986:83) ratifica nossas sugestões e as observações de Monique Plaza quando resaltou a necessidade de burlar o código de inteligibilidade legitimada pela racionalidade moderna:

O progresso do conhecimento, da cultura e da ciência, não corresponde a uma descrição cada vez mais fina do real, mas a um desenvolvimento de Intersubjetividade, a um intercâmbio cada vez mais exigente de experiências - ou de "éprouvés"/do sentir - cada vez mais numerosas.

Tais experiências são ricamente colocadas ao nosso alcance na ficção louca. Os itens seguintes oferecem pistas de análise no plano de enunciação e das categorias gramaticais.

## QUADRO DE ANÁLISE

Na sua tentativa de descrever o discurso louco, a maioria dos autores até agora citados identificam elementos lingüísticos e retóricos capazes de guiar uma leitura competente. Seguiremos aqui de modo muito ligeiro André Roch Lecours e colaboradores para o reconhecimento dos elementos lingüísticos, Danon-Boileau e Ruth Menahem para o reconhecimento dos procedimentos retóricos que aqui dizem respeito principalmente à relação enunciativa.

A: - O modelo lingüístico, neuro-lingüístico especificamente, insiste em neologismo, disortografias, alogicidades, anomalias semânticas, justaposições ou regências indevidas de categorias gramaticais. . . uma diversidade de traços que se observam também na expressão poética. Fato que levou Cooper, Danon - Boileau, M. Plana, R. Menahem a aproximarem poesia e loucura.

Passamos por cima das anomalias ortográficas sem alcance estético. Quem quiser se documentar a respeito pode se reportar à bibliografia da e nota<sup>8</sup>. Nós nos interessamos pelas distorções intencionais, as que o texto literário lança osten-

---

8 - M. Thévoz. **Ecrits bruts**. Paris, P.U.F. 1979.

A. Blavier. **Les Fous littéraires**. Verrier. P.U.F. 1982.

sivamente na conta da loucura mas mobiliza consciente e inconscientemente contra a instituição literária, ou tal ideologia estética vigente.

Chamaremos a atenção, de preferência, sobre a sintaxe.

Há no texto literário louco alterações às normas sintáticas. Esses desvios têm valor funcional: sugerir ao leitor a inscrição de perturbações afetivas, de intensidade das paixões; representar o desabamento mental ("la débacle", diz Monique Plaza). O texto aparece então costurado de "morfemas", sintagmas entrando em relações singulares, fazendo explodir sintáticos e ortográficos, a ordem lógica, a pontuação. . ." (Plaza:67), de modo a atrapalhar a compreensão, a produzir o famoso umheimliche freudiano (Plaza:68). Isso se traduz às vezes por iterações incansáveis, redundâncias chocantes, super-abundância de parênteses e de pontos de suspensão (inversamente por pontuações excessivamente minuciosas, uma estranha disposição tipográfica); por junção indevida de palavra autônomas, ou disjunção de palavras ou de sílabas habitualmente ligadas, por discontinuidades bruscas, silepses e substituição repentina do pronome esperado. Estamos no meio da "linguagem fundamental" do paciente de Freud chamado Schreber, da "língua total (. . .) para além de toda lingüística (. . .) inscrita no vazio de todas as línguas. . ." com que sonhava Philippe Sollers (Barthes, citado por M. Plaza, 1986:70).

André Roch Lecours, Michelle Navet, Ginette Lavallée-Huyinh apresentam um modelo neutro-lingüístico (**La schizographie ou l'écriture indocile**, Études Françaises, 18/1, Printemps, Montreal. 1982:61-91) que sistematiza a prática que com as mesmas rúbricas de Monique Plaza, na literatura poética e ficcional de Raoul Duguay, Claude Gauvreau, Marc Favreau, Louis Fréchette, Rimbaud. . . Além das categorias gramaticais acima assinaladas, merecem ser mencionadas as seguintes:

a) paragrafia verbal formal:

Um lapso, diria Freud. **Paronomasia**, diriam os Retóricos.

A partir de uma base formal semelhante, duas palavras são trocadas, como para brincar:

vontade  $\rightarrow \leftarrow$  verdade

b) Glossomania formal:

É uma combinação de quase todos os sintomas verbais precedentes \_ onde o significado é sobrepujado pela sequência de significantes. Exemplos aparentados na "normalidade" são certos jogos de palavras, certas canções infantis quando as crianças brincam de roda e outros fenômenos linguageiros para os quais não serve nenhum recurso ao dicionário.

No entanto, o fenômeno metaplástico envolvido é altamente significativo.

c) Glossografia:

Procedimento de signos mais radical que a glossomania formal. Aqui são quase todos os componentes do segmento que são neológicos.

d) Glossolalia:

"Nome da glossografia no plano oral". Sylvain Auroux (*Le Langage*, p. 146) a define assim: (A glossolalia consiste em falar numa língua que não existe, em dizer sons consecutivos, como numa verdadeira conversação, sem que esses sons sejam palavras de língua alguma). (trad. nossa).

e) Dis-sintaxia:

Ela surge onde há transgressão das regras convencionais de morfosintaxe. Danon-Boileau assinala como exemplo o anacoluto que, no discurso onírico, quebra a coerência dos enunciados, apaga os elos e conectores, rói o fio do enunciado. Observem os dois exemplos seguintes:

O bichinho come **desde** a florzinha (nosso)

(Um exugar a louça é uma mulher muito grande) (Roch Lecours e col.).

f) Texto incoerente:

Aquele que não se submete nas suas sequências, parágrafos à lógica da não-contradição e todos os fenômenos - precedentes, particularmente a dis-sintaxia, convergem para a incoerência. Mas tanto os pesquisadores de Montréal quanto Guimarães/Ducrot (1989:16-17,73-74) deixam a entender que sempre subsiste uma luzinha de coerência quando se evidencia (uma intenção de comunicar). Portanto, a relação enunciativa é que decide, afinal, se há ou não mensagem.

Cabe a Danon-Boileau e principalmente a Ruth Menahen nos mostrar esse aspecto enunciativo do discurso na sua relação com a loucura<sup>9</sup>.

## B. O ponto de vista enunciativo

Como já tivemos a oportunidade de afirmar, tanto a textualização da loucura como a leitura da ficção louca requer uma atenção especial à relação enunciativa. Quem olha o sumário do livro de Danon-Boileau, *Le sujet de l'enonciation* (Paris, Ophrys, 1987) se convence logo da importância e da abrangência que ele confere a esse assunto. A enunciação na ótica desse lingüista (que é ao mesmo tempo psicanalista) diz respeito entre outros a um Logos todo poderoso na teoria do signo mais divulgado, ao uso da linguagem, ao estilo, à dimensão dialógica, à "denegação freudiana", à gramática da neurose, às relações entre trabalhos do sonho e figuras poéticas. Notamos que essas figuras poéticas são essencialmente reduzidas em Jakobson e na *Retórica Geral* do grupo de Liege à metáfora e à metonímia. Contudo, a analogia tecida por Danon-Boileau entre essa retórica mínima e os mecanismos do sonho (em Freud e Lecan) é mais rica do que o simples esboço de D. Cooper ou as indicações abstratas de R. Menahen. Uma aproximação poesia/sonho se observa no livro de Patrick Mahony recentemente traduzido (*Psicanálise e Discurso*, 1990:73-99). O estudioso canadense se mostra um tanto reticente diante de tudo que ultrapassa a simples presença das associações livres no discurso onírio e no texto poéti-

9 - Falta nos modelos apresentados a relação ao silêncio. Entre numerosas referências, citamos: Eni Orlandi (in: Guimarães, 1989:40), Van den Heuvel (1985), Bajomé et Heyndels (1985), P. Mahony (1990:44-45), E. Detape (1986). Esses nomes figuram em nossa bibliografia.

co. É preciso o leitor ir à fonte que indicamos a respeito de Danon-Boileau. No momento, retenhamos o seguinte. Danon-Boileau pensa que a superfície do enunciado louco raramente é uniforme, liso. Seus indicadores, como fenômeno, são um jogo dialético permanente de descontinuidade / continuidade, de fluidez / fragmentação, de concentração / dispersão. Essa instabilidade e inconstância podem bem coincidir com uma dinâmica psíquica de burla da censura. Reencontramos aqui algo parecido como aquilo que os estudiosos de Montréal chamam "discurso antonímico", e que Michel Thévoz (1986:105-110) considera uma "polemização do discurso normal".

No trabalho - que não cabe ser convenientemente apresentado aqui - Danon-Boileau se debruça sobre sequências de enunciados onde é possível evidenciar um certo parentesco entre processos psíquicos e (operações lingüísticas)<sup>10</sup>; ele desfaz os laços entre (conteúdos de representação) e aquilo que representa essa representação (Danon-Boileau:120); ele situa as suas considerações na perspectiva dos "processos primários". É uma empresa de grande promessa teórica-prática, que Michel Thévoz (1986:98) fortalece quando escreve: (os processos primários) (agravam o arbitrário do signo, desapropriam as palavras, fazem tornar as frases sobre si mesmas, enlouquecendo-as) e também desregam, desregulam a sintaxe ou significações subjacentes (Thévoz. 1986:98,107). O leitor tem que ter em mente que tanto Danon-Boileau quanto Thévoz não separam a sintaxe da retórica, que para eles falar de uma é falar da outra. Nessa ótica as proposições deles são análogas. As de Marcelle Marini (*Territoires du féminin*. Seuil, 1983). Numa citação de Thévoz (p. 53), Marcelle Marini afirma que o texto literário, a escrita louca de Marguerite Duras em particular, é feito "de mil deslizos das posições enunciativas modulando desejos múltiplos e instáveis".

É por essas razões que, repetidamente, atribuímos à enunciação de textos loucos o caráter de uma relação interlocutória paradoxal, atípica, uma relação de desencontro com as leis do discurso. Cabe a Ruth Menahen trazer, talvez, um suplemento de argumento alicerçado na "psico-retórica".

---

10 - Essas "Operações", ele as toma de empréstimo a Antoine Culioli, que Ruth Menahen também tem em grande apreço (ver *Langage et Folie*. 1986:229).

Que é, em poucas palavras, o lugar, a novidade e o aproveitamento eventual da Psico-retórica? Diz a proponente (p. 232):

“a ênfase posta no pólo retórica aponta para uma abertura em direção dos aspectos expressivos negligenciados pela lingüística”.

Depois de uma longa queixa contra uma Lingüística emasculadora, Menahen afirma a necessidade de uma nova ordem, de uma nova figuração do Inconsciente. Ela se pergunta (incansavelmente): “qual é o ponto de encontro da loucura de retórica e da retórica da loucura?” (235)<sup>11</sup>. Falar em ponto de encontro é falar em derrubada de diques psiquiátricos que bloqueiam o afeto, não de uma remoção total, pois esta é que faz cair na loucura patológica. A psico-retórica aspira apenas a expressão controlada do “non-sense”, do ambíguo, da vida pulsional. Sua originalidade já pertence à teoria da poesia no romantismo alemão (H Iderlin, Novalis, os irmãos Schlege). Mas depois da hegemonia lingüística no século, foi preciso re-patentear (a loucura veiculada pela linguagem) (236) e fazer reconhecer publicamente a ligação estreita entre linguagem e loucura. Na sua proposta, a autora limita-se a declarações evasivas concernindo o funcionamento dessa psico-retórica. Mas é evidente que esse funcionamento obedece a uma lógica peculiar. R. Menahen preconiza o estudo estilístico sob o ângulo da força de expressão, pelo discernimento de marcadores enunciativos variegados inscritos no texto. em vez de fatos específicos a serem procurados pelo Leitor, ela prefere a adesão a uma hipótese de um Inconsciente sempre atuante. Porque dificilmente a análise autêntica será regida por normas, regras, procedimentos e esquemas pré-determinados<sup>12</sup>. A lógica da sua pesquisa tem muita afinidade com a nossa **Scripto-análise** (pesquisa ainda não publicada). Nós também preferimos aconselhar ao leitor uma postura enunciativa móvel, e como retórica a figura onipresente da **Substituição**. A retórica do texto se resume numa **substituição generalizada** de elementos

11 - É contraditório o fato da autora procurar respaldo teórico de J. C. Milner, Chomsky, depois de ter rechaçado a Lingüística de sua proposta (p. 235).

12 - Freud tentou essa forma de interpretação na análise dos sonhos, seguindo Serge Viderman (*Nouvelle Revue Française de Psychanalyse*, nº 5, 1972, 1ª parte do artigo Comme en un miroir, obscurément).

das micro até às macro-unidades. Essa noção de **substituição** acabou de ser a privilegiada por Mário A. Perrini na sua **Sintaxe Portuguesa: Metodologia e Funções** (Ática, 1989:4043). Mas cedemos a última palavra a Ruth Menahen (237-239):

(As figuras da psico-retórica são forças e não formas, elas não estão na dependência de um código, mas da interferência entre vários sintomas (. . .). A psico-retórica se situa a essa confluenta do inominável e do oprimido (. . .) participando de um e do outro, da loucura e da linguagem).

Por conseguinte, só pode ler psico-retoricamente quem se coloca numa postura de intérprete-questionador, quem é cúmplice da saudável utopia da desordem redentora de nosso caos maquiado em ordem<sup>13</sup>.

Os itens que acabamos de apresentar constituem a grade de análise que pretendemos utilizar para uma detida investigação em obras literárias. A delicadeza da tarefa é evidente. Pois como o indicou a psico-retórica os instrumentos que parecem mais técnicos e também aqueles que se avultam os riscos de passar ao lado do essencial. Os analistas já sabem que nada pode tomar o lugar do refinamento de uma escuta fluante. De sorte que o discurso do imaginário, como material privilegiado introduz aos arcanos da loucura só quem conquista o sexto sentido que os árabes denominaram "firasa"<sup>14</sup>.

13 - Sobre essa **Ordem do Mundo** em relação a qual o louco escolhe o exílio, e sobre a problemática desse exílio, é útil consultar Gerard Méchoulam (op. cit., II: La Névrose Collective, espec. p. 67-68, 80-100, 110-113, 134-144).

14 - Cf. Carlo Guinzburg. **Mitos, Emblemas, Sinais**. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, p. 179.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AUROUX, S. (1985). La Linguistique Fantastique. In: **Le Langage** (infra) p. 141-149 (p. 146: La glossalalie).
- ALVES, R. A. (1989). **Conversas com Quem Gosta de Ensinar**. São Paulo, Cortez e Autores Associados. 23ª ed.
- ARRIVÉ, M. (1986) **Linguistique et Psychanalyse**. Paris, Méridiens - Klincksieck.
- BAJOMÉE, D. et HEYNDELS, R. (1985). **Écrire dit-elle: Imaginaires de Marguerite Duras**. Bruxelles, Presses de l'Université Libre.
- BAJOMÉE, D. (1985). **avant-propos. La nuit, l'effacement, la nuit**. (no livro precedente).
- BELLEMIN-NOÛ, J. (1982). Psychanalyse et Pragmatique. Paris. **Critique**, mai, nº 420, p. 406-422.
- \_\_\_\_\_. (1988). **Psicanálise e Literatura**. São Paulo, Cultrix.
- \_\_\_\_\_. (1983). **Grávia au Pied de la Lettre**. Paris. P.U.F.
- BESSIERE, J. (1988) (ed.). **L'ordre du Descriptif**. Paris, P.U.F. Ler Kremer-Marietti, A. Peut-on faire une Théorie de la Description. p. 9-22.
- BORGOMANO, M. (1985). "Le Corps et le Texte". In: Bajomée et Heyndles p. 49-62.
- \_\_\_\_\_. (1987). **Duras: une Lecture des Fantômes**. Lausanne Cestre.
- BOURDIEU, P. (1989). **O Poder simbólico**. Lisboa, Difel.
- CAMPOS, AUGUSTO e HAROLDO de. (1966). **Sousândrade**. Poesia. Rio de Janeiro, Agir (introd.).

- CERTEAU, M. de (1987). **Histoire et Psychanalyse entre Science et Fiction**. Paris, Gallimard (essais).
- \_\_\_\_\_. **Marguerite Duras: on dit**. In: Bajomée et Heyndels. Chelli, m. (1985). **Le Langage Poétique**. In. Vários: **Le Langage**. (infra) P. 175-184.
- COOPER, D. (1986). **Le Langage de la Folle**. Paris, Seuil.
- DANON-BOILEAU, L. (1987). **Le sujet de l'Énonciation**. Paris, Ophrys.
- DELAY, P. (1985). Pouvoir du Langage et Langage du Pouvoir. In: Vários: **Le Langage** (infra) p. 220-238.
- DELEUZE, G. (1988). **Foucault**. São Paulo, Brasiliense.
- DETAPE, E. (1986). Le Non-dit par-delà ce qui est dit. In: **Le Langage**. (infra) p. 60-73.
- DURANDEAUX, J. (1982). **Poétique Analytique**. Paris, Seuil.
- FOUCAULT, M. ver Guillinger (infra).
- GOMES, A. de O. (1990). **Introdução a poemas/Poems** de Gérard Manly Hopkins. São Paulo, Companhia das Letras.
- GORI, R. (1978). **Le Corps et le Signe dans L'Acte de Parole**. Paris, Dunod.
- GRIMAUD, M. (1976). **vers une Poétique Psychanalytique** (Tese de Doutorado). University Microfilms Internacional. Ann Arbor. Michigan 2v.
- GUIMARÃES, E. J. **História e Sentido na Linguagem**. Campinas, Pontes. Ler. E. J. Guimarães. **Enunciação e História**. p. 71-79.
- GUILINGER, L. (1986). Le pouvoir du Discours et le Discours du Pouvoir dans l'Oeuvre de Michel Foucault. In: Vários: **Le Langage** (infra) p. 210-228.
- HANRION, R. (1986). Le Modèle Linguistique et les Sciences Humaines. In: Vários: **Le Langage** (infra) p. 117-126.
- JOACHIM, S. (1989). Poética: uma leitura psicanalítica. In: **Talre: Revue du Centre de Recherches et d'Études Lusophones et Intertropicales**. Université de Grenoble III, v. I, nº 1, p. 111-127.
- KLEIN, G. (1986) **Science-Fiction et Psychanalyse**. In: Gérard Klein et al. (mesmo título). Paris, Dunod, P. 47-151.
- KIBEDI-VARGA. (1982). **Teoria da Literatura**. Lisboa, Presença.
- LOPES, R. S. B. (1989). **Mulher ao pé da letra**. (Tese de Doutorado) U.F.M.G.
- MAGALHÃES, L. S. e Vallejo, A. (1981). **Lacan: Operadores da Leitura**. São Paulo, Perspectiva.
- MAHONY, P. (1990). **Psicanálise e Discurso**. Rio de Janeiro, Imago.
- MAKWARD, Ch. (1978). Structures du Silence/ du délire. In: **Poétique**, nº 35, septembre, p. 314-324.
- MARINI, M. (1985). L'autre corps. In: Bajomée et Heyndels (supra) p. 21-48.

- MAZZOLA, M. (1985). La Psychanalyse et le Langage. In: Vários: **Le Langage** (infra) p. 127-140.
- MENAHEN, R. (1986). **Langage et Folle**. Paris, Belles-Lettres.
- Nouvelle Revue Française de Psychanalyse**. Paris, Gallimard. Ns. 3 (Lieux du Corps), 8 (Le Dedans et le Dehors), 23 (Dire), 37 (La Lecture).
- ORLANDI, E. P. (1989). Ver Guimarães, E. J. (supra). Ler: Silêncio e Implícito. p. 39-46.
- PLAZA, M. (1986). **Écriture et Folle**. Paris, P.U.F.
- ROCH LECOURS, A.; Lavallée-Huyn, G. et Navet, M. (1982). Études françaises, Montreal, Printemps, 1982, 18/1: La Schizographie ou l'Écriture indocile. p. 61-92.
- ROUANNET, M. H. (1987). Encenação em circuito fechado, p. 61-134. In: M. E. Chaves de Melo e M. H. Rouannet. **A Dificil Enunclação Literária**. Rio de Janeiro, Achiamé.
- THÉVOZ, M. (1986). **Le Langage de la Rupture**. Paris, P.U.F.
- VÁRIOS. (1985). **Le Langage**. Paris, Bréal.
- WIEDER, C. (1988). **Eléments de Psychanalyse pour le Texte Littéraire**. Paris, Bordas.
- WRIGHT, E. (1984). **Psychoanalytic Criticism**. London, Methuen.

## **A PRESENÇA DA REPETIÇÃO NA FALA E ALGUMAS PERSPECTIVAS DE TRATAMENTO \***

*Luiz Antônio Marcuschi (UFPE)*

### **1. A Presença da Repetição na Fala**

Num dos seus conhecidos trabalhos sobre a relação entre fala e escrita, W. Ong (1987) distingue entre culturas **primariamente orais** e **secundariamente orais**. No primeiro grupo situam-se os povos sem escrita e no segundo os indivíduos em culturas com escrita. A expressão "secundariamente" lembra que todas as culturas, mesmo as que fazem intenso uso da escrita, continuam servindo-se da oralidade de uma forma decisiva. Ao caracterizar os traços básicos da oralidade, Ong distingue dois modelos:

- (a) **modelos mnemônicos:** repetição, ritmo, antítese, aliteração, epítetos, assonâncias etc,
- (b) **modelos formulaicos:** fórmulas consagradas, adágios, provérbios, ordenação temática etc.

Observa-se que ambos têm a ver com estratégias de repetição, apesar de Ong não estar caracterizando os tipos de repetição, mas sim os traços da oralidade. Por isso mesmo é interessante o fato de, sem citar Ong, e analisando especificamente as repetições, Tannen (1989:17) chegar a uma posição semelhante ao distinguir dois grupos de estratégias de envolvimento baseadas na repetição:

- (a) **estratégias baseadas no som:** padrões baseados no ritmo e padrões baseados na reiteração.
- (b) **estratégias baseadas no significado:** indiretude, elipse, tropos, imagens etc.

Isto torna a repetição uma estratégia central da oralidade, identificando-a como de natureza formulaica. Partindo de

estudos feitos por Hymes, Becker e Bolinger, Tannen (1989-37) conclui que “a língua é menos livremente gerada, mais pré-padronejada do que a maioria das atuais teorias lingüísticas reconhecem”. Por outro lado, a repetição constituiria o fio condutor da interação ao propiciar o envolvimento dos falantes em seus negócios interacionais.

Diante disto pode-se admitir que a **repetição** é, ao lado da **hesitação, correção, paráfrase e marcadores conversacionais**, uma das características da construção textual na fala, embora constitua um capítulo bastante discriminado pelas gramáticas normativas, sobretudo na forma lexical.

A retórica soube discernir uma grande quantidade de formas de repetição definindo-as em suas estruturas e realizações típicas, tais como anadiplose, símproce, diácope, epanástrofe, epanalepse, epânodo, epífora, palinlogia, aliteração, paralelismo, anáfora, e muitas outras, geralmente vistas em contextos literários e eruditamente classificadas como **figuras de linguagem**. A este respeito lembro o **Dicionário de Figuras de Linguagem** de S. Cherubim (1989), que registra 32 figuras de linguagem baseadas em algum tipo de reiteração, o que significa 30% de todos os 102 termos registrados no pequeno dicionário. O autor subdivide essas figuras em dois blocos: (a) figuras de harmonia, baseadas sobretudo no som (tais como a aliteração, assonância, eco e onomatopéia) e (b) figuras de repetição (tais como as citadas acima). Esta observação não deixa de ser notável e a constatação se reconfirma ao abrirmos qualquer dicionário de retórica ou estilística.

O mais notável, porém, é que todos estes tipos realizam-se com a mesma estrutura e recursos similares na fala espontânea do dia a dia. Tome-se o caso de pomposa denominação **epanalepse** que não é mais do que um elemento produzido no início e final de oração, como na produção encontrada no nosso dia a dia: “*já lavei o seu carro já*”. Do mesmo modo a **epanástrofe** é uma figura comum na fala, a que chamamos de **quiasma sintático** como “*uma boa atendente / uma atendente boa*”. Contudo, a diferença é crucial, pois em contextos de planejamento lingüístico pouco transparente como a fala, aquelas figuras ficam empanadas e a um observador exigente dão a impressão de caos.

A repetição é tão característica da fala que a partir dela

os estudiosos da literatura grega, especialmente da *Ilíada* e da *Odisséia*, descobriram que Homero reproduzira em sua monumental e genial obra uma grande parte da própria tradição oral. Segundo observa Ong (1987:23-36), a "questão homérica" a respeito da origem da *Ilíada* foi solucionada por Parry no momento em que ele relacionou a poética de Homero aos métodos da composição oral. A forma do hexâmetro é adequada à repetição formulaica, a principal característica da fala. Foi, pois, o alto grau de formulaicidade da poesia de Homero (ditos, provérbios, clichês, repetições constantes) que permitiu a afirmação de que Homero fundamentalmente assentara no papel parte da tradição oral popular.

Segundo acertadamente observa Ong (1987:39-40), uma cultura primariamente oral tem que desenvolver técnicas especiais para a memorização do saber e das descobertas a fim de que se transmitam. Com isso "os pensamentos devem tomar a forma de modelos sólidos ritmicamente equilibrados, como a repetição ou antítese, aliteraões ou assonâncias, epítetos ou na forma de outras expressões formulaicas enfeixadas em coleções temáticas standartizadas, pois só assim qualquer um poderia reconhecê-los, memorizá-los e passá-los adiante". Esses condicionamentos mnemônicos determinariam até mesmo a própria sintaxe, no dizer de Havelock (apud Ong, 1987:40).

Harweg (1986:16) frisa apropriadamente que a noção de repetição na linguagem comum do dia a dia não tem a mesma acepção que na Lingüística. Para a Lingüística de Texto por exemplo a repetição é um fenômeno situado no nível do item lexical e quando muito no do sintagma e mais raramente no da oração. Já no dia a dia, quando dizemos que alguém se repete muito, apontamos para níveis mais altos do discurso, ou seja, para o nível das idéias.

Sem aprofundar aqui a questão, observo que a maioria dos autores na área da Lingüística de Texto, ocupados preferencialmente com as produções na modalidade escrita, apontam a repetição como um dos recursos importantes para a estruturação coesiva da superfície textual. Mas ali a repetição se dá com características bem diversas do que na fala. Na maioria dos casos são retomadas implícitas que garantem as relações referenciais em sentenças sequenciadas, não sendo necessária a repetição do item lexical. O fato de uma expressão **relacionar** indivíduos, objetos, situações ou eventos atribui-se por

vezes ao nosso conhecimento de mundo ou à estrutura geral da informação, ou então à sinonímia ou outros fatores não específicos do sistema lingüístico. Isto ocorre também na fala, mas em menor grau se consideramos que na fala as retomadas lexicais são mais comuns.

Com isto podemos afirmar que as repetições constituem formulações típicas de um planejamento lingüístico **ad hoc**. Esta organização local leva a que se produzam segmentos inteiros duas vezes, seja por motivo de interrupções, interferências externas ou outros. Na escrita, com a possibilidade de revisão e editoração com apagamentos sucessivos, só se obtém a **versão final**, o que é impossível na fala, já que aqui nada se apaga, de modo que a repetição passa a fazer parte do próprio processo edição. Por isso mesmo B. Wackernagel-Jolles (1971:241) considera que a repetição é em primeiríssima linha uma prova de **naturalidade** do texto oral. As repetições e outros fenômenos como as hesitações e cortes que podem ocorrer durante a escrita vão sendo regularmente (aparados) nas sucessivas revisões a que o texto vai sendo submetido no ato da formulação.

Por outro lado, como o texto conversacional vai sendo compreendido na medida em que é produzido, a repetição serve de suporte natural para o processo de compreensão. Tanto evidencia como o falante **se compreende**, quanto indica como pretende que o ouvinte o compreenda. Revela, pois, uma socialização cognitiva ou uma **cognição social**. Considerando-se a característica da fala com tendência ao envolvimento e menor compacidade que a escrita (cf. Chafe, 1979), em virtude de processamento e produção realizados no tempo real e sem possibilidade de revisão, é natural que o falante se repita com certa freqüência. Não se trata de um problema de acesso limitado ao acervo lexical disponível na memória, mas de uma marcação rítmica do foco de atenção entre outras coisas.

Contudo, é normal que no fluxo da fala corrente não nos demos conta da quantidade de repetições que realizamos. Isto tanto em relação ao falante como ao ouvinte, de modo que a compreensão do texto oral espontâneo se dá por uma estratégia natural de eliminações ou idealizações empreendidas pelo ouvinte, algo assim como uma constante atividade de cópi-descagem imediata do texto oral.

Para Blanche-Benveniste (1987), a língua falada, por se apresentar como um **borrão** do texto pretendido, do qual nada se apaga, pode ser vista como um **laboratório especial da sintaxe**. e um dos aspectos mais salientes dessa sintaxe, tanto da frase como do texto, é a técnica ou o mecanismo da repetição. Segundo a mesma autora (1987:124), o borrão envolve vários fenômenos de "titubeio" ("bafouillage") tais como as hesitações, os retoques, as perplexidades lexicais, os comentários e outros dessa ordem, frequentes na maioria dos textos de língua falada. Ela sustenta que tais fenômenos não são desprezíveis, nem devem ser eliminados da análise sintática, pois não são aleatórios e sim "regulados pela gramática", ou seja, são sintaticamente explicáveis. Por isso mesmo defende a tese de que um modelo sintático adequado deveria dar conta desses fenômenos, integrando-os em suas explicações.

Não obstante isso, surgem muitas questões relevantes ainda não de todo esclarecidas, pois temos que distinguir entre identidade e diferença de referentes a fim de saber se estamos diante de um ou mais de um complemento de um dado verbo em casos de coordenações como o seguinte (tomo o exemplo de Blanche-Benveniste 1987:126):

**Je pense à lui, à lui, à lui.**

O verbo "penser" tem, em princípio, apenas um complemento e não vários, mas é possível imaginar que aí não se trata de uma identidade referencial no caso do **à lui** que ocorre três vezes. Podemos supor a seguinte interpretação:

**Je pense à lui Paul, à lui Pierre, à lui Jean.**

As realizações concretas da língua falada, quando contém tais listas nem sempre supõem identidades e isto tem consequências diretas na análise sintática. Isto leva a autora a dizer que "Cil nous semble que tout modele syntaxique qui fait état d'un niveau abstrait d'unités syntaxiques et d'un niveau concret de réalisations aboutit au même genre d'analyse que celle que nous proposons" (p. 126). A proposta de Blanche-Benveniste é de que não se deve proceder a uma limpeza ou idealização dos dados concretos da língua falada, sobretudo nos casos de coordenação, tais como os apontados. Resumo dessa posição da autora é a afirmação de que "le 'dit' et le 'dire' étaient moulés dans les mêmes moules syntaxiques" (p. 150), ou seja, toda a formulação lingüística na fala se dá ao

longo de um eixo paradigmático que considera a construção sintática em andamento como seu leito normal. Seja na coordenação de enunciados em listas, seja na busca de uma palavra, seja na montagem de contrastes e oposições ou em qualquer outro contexto sintático.

Creio de suma importância, pois, a decisão de não descartar os fenômenos de reiteração na fala tendo em vista que não constituem simples reflexo de um **não-planejamento** da fala. Já observava Labov (1972:186-191) que o postulado da homogeneidade dos falantes e da língua é pernicioso, não passando de um mito. A propósito, convém lembrar as palavras de Labov (1972:188) por serem um momento de grande lucidez:

"At one time, linguists of the Bloomfieldian school asserted that native speakers never made mistakes. But the opposite point of view prevails today: that speech is full of ungrammatical forms since the difficulties of performance stand in the way of the full display of the speaker's competence. It is generally believed that a corpus drawn from spoken language does not form a good evidence, since it will contain many examples of badly formed sentences which the speakers themselves condemn and change when their attention is drawn to them".

Em nota de pé de página, Labov lembra que Chomsky (1965:58) se referia ao caráter "degenerado" da língua falada como um argumento a mais para sua posição inatista:

"the child must have an inborn theory of language, since he could not induce rules from the ungrammatical speech with which he is surrounded".

Em contraposição, Labov (p. 203) sustentava que a fala não é tão agramatical como se poderia concluir a partir da observação superficial da conversação. Lembra que vários estudos empíricos por ele conduzidos revelaram que cerca de 75% das sentenças da fala são gramaticalmente bem-formadas, seja qual for o critério de boa-formação. E que com umas poucas regras de edição seria possível chegar a menos de 2% como mostram estudos ainda inéditos de Labov (1966). De resto, na fala sobre temas bem conhecidos baixaria o número das sentenças agramaticais a menos de 10%, mesmo sem editoração

alguma.

Mesmo sem ter feito qualquer tipo de levantamento sistemático da fala no português brasileiro sob o aspecto enfocado por Labov, suponho que os resultados por ele encontrados poderiam facilmente ser afirmados também para a produção oral em nosso contexto. No caso específico dos materiais do NURC isto é insofismável. Mas aí alguém poderia objetar tratar-se de falantes cultos com alta influência da escrita em sua fala. Contudo, esta não é uma interferência tão decisiva quanto parece.

Com isto um dos interesses no estudo da repetição reside na sua importância para a descrição gramatical, tal como sugere Wunderlich (1986) ao analisar as **perguntas-eco**. Pois tudo indica que a repetição tem influências relevantes no processo de descrição gramatical da língua e leva à indagação já feita em outras oportunidades a respeito do escopo da gramática, isto é, quais são os componentes básicos e qual o domínio específico da sintaxe? Isso aponta para as possíveis funções icônicas da repetição na organização gramatical da língua. Aliás, vale a pena investigar até que ponto o princípio funcional da iconicidade na língua (Haiman 1980) atua na repetição, tal como defende Ishikawa (1991).

As repetições, não obstante operarem no nível discursivo, também exercem pressões sobre a organização sintática, afetando de algum modo a forma das sentenças e a própria ordem dos seus constituintes. Já que a repetição opera tanto em domínios de uma sentença como de várias, ela comanda, em certos casos, formas supra-sentenciais. E isto pode acarretar deslocamentos de porções discursivas inteiras para outros pontos da sequência (como no caso das elipses), impondo assim constantes adaptações e até restrições nas construções sintáticas.

Creio que não será exagerado supor, neste momento, com as observações feitas até o presente, que a repetição, ao lado de vários outros mecanismos de alta recorrência na fala, é uma característica essencial não só da interação verbal mas também da produção linguística resultante nessa interação verbal, seja ela na forma dialógica ou monológica. No restante deste trabalho será perseguido o objetivo básico de tornar evidente a tese de que a repetição é essencial à fala. Talvez tenha

sido esta constatação o que levou muitos estudiosos a comparar a fala com a escrita tendo a repetição como um dos traços distintivos.

## **2. Algumas Perspectivas de Tratamento da Repetição na Língua Falada**

Embora limitados na abrangência, já são variados os estudos existentes sobre a repetição na fala. Constata-se que o assunto vem assumindo, aos poucos, relevância cada vez maior. Hoje existem algumas coletâneas de textos sobre o tema, como o número especial da Revista **TEXT**, 7:3 (1987); o recente volume editado por Johnstone (1991); a obra de Tannen (1989, 1987, 1985) com abordagens sistemáticas; algumas Dissertações de Mestrado no Brasil, tais como Ramos (1983) e Bessa Neto (1991); e uma certa quantidade de artigos dedicados ao assunto. A rigor, nenhum boom editorial. Apenas um tema que está entrando no foco das atenções.

Em seu breve estudo introdutório sobre repetição, Johnstone (1987) cataloga os trabalhos existentes sobre o tema em quatro categorias considerando os focos de interesse envolvidos. A seguir apresento estas perspectivas complementando-as com outras observações e dois aspectos não contemplados pela autora.

(a) **repetição como mecanismo de coesão do discurso:** Johnstone observa que a repetição é o primeiro mecanismo coesivo adquirido pela criança e o último a ser perdido na afasia ou esquizofrenia. Entre os que tratam a repetição dentro desta categoria figuram os trabalhos de Halliday/Hasan (1976) e a maioria dos lingüistas de texto como Harweg (1986). Ochs (1979) mostra como a repetição fonológica, a repetição lexical e os paralelismos sintáticos são recursos comuns no "planejamento do texto oral". Tannen (1987, 1989) defende que uma das funções da repetição é a conexão, ou seja, a organização de estruturas paralelas, listas, manutenção de referentes etc. No Brasil, situaria grande parte do estudo de Bessa Neto (1991) nesta linha, já que ela tenta mostrar como a repetição lexical é um mecanismo coesivo. Koch (1989 e 1991) traz valiosas observações neste sentido. Importante aqui são as investigações de Dutra (1992) sobre os padrões entoacionais na

narrativa que se repetem operando como fator de coesão.

(b) **a repetição como mecanismo retórico:** são conhecidos os estudos da retórica clássica que definiu uma série interminável de **figuras de linguagem** mostrando o funcionamento da repetição com finalidade estilística e retórica. Esta linha de trabalho é hoje retomada por muitos autores como a própria Johnstone em seus estudos sobre o árabe; além desses, Johnstone situa aqui os trabalhos de Sherzer (1983) e Witherspoon (1977) sobre o efeito retórico da repetição nas culturas indígenas. Eu situaria nesta área parte dos trabalhos de Tannen (1989) sobretudo os que se reportam à repetição como fator estilístico e poético. Alguns dos trabalhos de Jakobson (p. ex. 1968) situam-se nesta categoria.

(c) **a repetição como mecanismo de efeito semântico:** neste caso estão os trabalhos que buscam mostrar como as listagens, as reduplicações e os paralelismos criam efeitos de sentido e modificam o conteúdo das expressões repetidas. O mais conhecido é o trabalho de Jakobson (1966) sobre o paralelismo na poesia russa. Os estudos de Wierzbicka (1986) também podem ser situados nesta categoria. Além destes poderia lembrar outros como os de Ramos (1983), Norrick (1987), Marcuschi (1991) e Ishikawa (1991) e, naturalmente, uma série de observações esparsas de Tannen (1989).

(d) **a repetição na aquisição e no ensino da língua:** a própria organização dos materiais de ensino é grandemente feita com base na repetição de paradigmas, métodos mnemônicos e processos de substituição ou outros. Na aquisição da língua o estudo da repetição vem se tornando um lugar comum observam Snow (1972), Ferguson (1977), ao notarem a frequência com que os adultos repetem as crianças com o objetivo de reconstruírem as estruturas. Keenan (1977), Schieffelin (1979), Brown (1970) e muitos outros acham-se nesta linha.

Além destas quatro categorias apontadas por Johnstone para agrupar os estudos sobre a repetição, eu acrescentaria outras duas que me parecem não estarem incluídas nestes conjuntos.

(e) **a repetição como processo de padronização sintática:** e nesta categoria acham-se os estudos de Blanche-Benveniste (1979, 1984, 1987), os de Weiss (1975), Wackernagel-Jolles (1971), Wunderlich (1986), Perini (1980) entre

outros. Este será um aspecto bastante explorado em Marcuschi (1992), já que um dos postulados centrais é o de que a gramática **emerge** no processo discursivo, ou como sugere Blanche-Benveniste, a repetição pode ser tida como uma das provetas do "laboratório da sintaxe" que é a própria fala. Embora situada num paradigma teórico bem diverso, a posição de Hopper (1987) insere-se nesta categoria, ao se insurgir contra as abordagens apriorísticas. Situo neste contexto os estudos que vêm sendo desenvolvidos por Braga/Roncarati (1988), Roncarati (1991) sobre as (estruturas paralelas), observando os aspectos sintáticos das repetições.

(f) **a repetição como promotora da interação:** aqui estão os achados mais importantes de Tennen (1987 e 1989) que mostra de modo muito claro o caráter de envolvimento da repetição. De igual modo os estudos de Chafe (1981 e 1985), Ishikawa (1991) e Norrick (1987) podem ser situados neste contexto ao se ocuparem, com o aspecto de envolvimento. Ramos (1983) e Bessa Neto (1991) apresentam contribuições nesta categoria. O texto de Travaglia (1988) e Hilgert (1989) são explícitos ao se colocarem nesta perspectiva na análise da repetição. Marcuschi (1992) também se insere neste veio.

É evidente que as linhas gerais desenhadas acima por Johnstone (1987) e completadas por mim não abarcam em detalhes alguns aspectos que podem ser relevantes para entender melhor a questão geral envolvida pelo fenômeno da repetição na fala. As observações a seguir pretendem suprir esta lacuna.

A função da repetição na composição do texto falado vem sendo estudada desde que Weiss (1975) mostrou como ela colabora na organização dos vários aspectos sintáticos e dá origem a construções típicas da fala. Posteriormente, Güllich e Kotschi (1987) sugeriram a hipótese de que a repetição, ao contrário de outras ações, não era um ato de fala e sim uma atividade de formulação ou composição textual. Esta linha de análise é rica por incorporar dois aspectos básicos: (a) o aspecto textual e (b) o aspecto interacional.

Wackernagel-Jolles (1971) toma a repetição como uma das características essenciais da fala, no que é secundada por Betten (1985) que a utiliza como um dos critérios (entre outros) para identificar a naturalidade das falas em dramas alemães

dos anos sessenta.

Blanche-Benveniste (1984) analisa algumas formas de repetição mostrando os fenômenos sintáticos envolvidos e sua relação com o problema semântico da **denominação**, i.e., da identificação de referentes. Wierzbicka (1986) vê na **reduplicação sintática** um dos traços relevantes para a construção de uma **gramática ilocutória** da língua.

Tannen (1987) parte do princípio de que, sendo a repetição uma forma de manifestação do caráter formulaico espontâneo da conversação, assume um papel central na produção e compreensão do texto oral. Por outro lado, Tannen (1989) observa que, por ser a repetição a quintessência da poesia a aparecer com grande frequência na fala, ela daria a esta um caráter até mesmo poético. Também os psicolinguistas observaram na repetição um dos pontos de emergência de padrões sintáticos e discursivos baseados em processos de especularidade, reciprocidade e complementaridade (cf. de Lemos, 1986; Keenan, 1977; Roemer, 1982; entre outros).

Ramos (1983) desenvolveu um estudo pioneiro sobre a repetição tentando mostrar como o fenômeno se articulava relacionado à compreensão e por isso mesmo voltado para o ouvinte, seja no nível da sintaxe ou do discurso. Parecem irrelevantes as funções relacionadas às tarefas do falante como tal. A conclusão inicial da análise de Ramos (1983:7) é a de que a "presença da repetição não está relacionada a nenhuma língua especificamente, mas ao processo de interação linguística propriamente dito". Isto significa que seu papel principal e quase exclusivo liga-se à função comunicativa.

Bessa Neto (1991), além de propor uma metodologia geral para determinar todos os tipos de repetição, trabalhou em detalhe a repetição lexical sob o ponto de vista de seus tipos formais e suas funções. Fez isto no texto narrativo e comparando o fenômeno na fala com a escrita. Relewa dizer que a fala apresentou um número de ocorrências essencialmente mais significativo que a escrita. Para a autora a função básica da repetição liga-se à conexão sendo realizada principalmente com repetições próximas (dentro do mesmo segmento tópico) ou distanciada (em segmentos tópicos distantes). O curioso é que as funções semânticas e enfáticas foram realizadas de preferência pelas repetições contíguas ou próximas e na forma

literal ou parafrástica.

Recentemente, Ishikawa (1991) realizou um estudo sobre a repetição baseada no princípio de iconicidade, defendendo que "a repetição conversacional pode representar significações icônicas no nível do discurso". A tese central é de que a estreita relação entre forma e sentido perpassa o nível fonológico, morfológico e sintático chegando ao discursivo. Isto é visto tanto no caso da auto \_ como da heterorrepetição. Saliente-se que no processo de heterorrepetição, a autora vê um procedimento de "iconicidade interacional" que conduz à construção conjunta de sentidos.

### 3. Alguns Aspectos Problemáticos

O curioso é que, apesar de ser um fenômeno central na fala, a repetição ainda não foi objeto de uma descrição detalhada de sua organização e tudo o que dela se sabe são sempre aspectos isolados. Pois é difícil identificar com clareza o que é ou não uma repetição em virtude de suas variadíssimas formas de realização. Além disso não há ainda uma **tipologia da repetição** sistematicamente elaborada. Entre as existentes lembro apenas algumas, tais como: Ramos (1983); Norrick (1987); Travaglia (1988); Tannen (1989) e Bessa Neto (1991). Em topos temos indicações de como se pode analisar o fenômeno com critérios tanto formais como funcionais. Contudo, não fica claro, na maioria das tipologias, como distinguir os aspectos funcionais dos formais, como mostrou Bessa Neto (1991) que se esmerou em separar os dois níveis.

Não menos difícil é identificar as **funções** da repetição. Em geral são citadas as mesmas, tais como reforço, ênfase, coesão, coerência e efeito estilístico. Também são trabalhadas as funções de facilitação da compreensão como em Ramos (1983). Tannen (1989) e Bessa Neto (1991) Têm apresentado uma série de outras funções. A variedade de funções é grande e a isto acresce o fato de uma repetição num dado contexto poder ser **plurifuncional**, dependendo do ponto de vista em que é tomada. Travaglia (1988) distingue 49 funções na repetição. Algumas das funções mais comuns foram apontadas por Keenan (1977) que relaciona a repetição às atividades comunicativas da criança.

Além dos problemas apontados existem outros que se

referem a questões conceituais e teóricas relativamente delicadas, como a que é apontada por Keenan (1977:127). Segundo a autora, tornou-se um lugar comum na literatura psicolinguística a observação de que as crianças costumam repetir os enunciados dos adultos, como se isto configurasse apenas uma simples tendência à **imitação**. Na verdade, de acordo com a observação de Keenan (1977) a repetição não é uma imitação que configura uma relação formal entre dois enunciados, e sim (um ato social). O fato de a criança não repetir integralmente os enunciados dos adultos, ao contrário do que se poderia pensar, reflete sua **competência** e não sua **incompetência** linguística. Quando o investigador faz uma pergunta do tipo:

- **Is the baby siting down?**

e a criança responde:

- **Uhuh, baby down**

isto é adequado como **resposta** diante da intenção comunicativa do investigador. Para Keenan, "a resposta da criança mostra que ela trata o enunciado do investigador não como um modelo a ser imitado mas como pergunta a ser respondida" (p. 130). Isto leva Keenan a afirmar que "a repetição é provavelmente um dos fenômenos mais mal entendidos na psicolinguística" (p. 132). O fato de a criança repetir outros enunciados indica que "ela está apresentando a se comunicar" (p. 133), não se tratando de um aprendizado casual da gramática, e sim de um aprendizado com fins comunicativos específicos.

Com esta observação final pretendi sugerir que a repetição tem sido malentendida não apenas na psicolinguística, mas, de um modo geral, em todos os estudos linguísticos. Hoje já se percebe que a repetição é mais do que uma simples característica da fala. Trata-se de um mecanismo muito complexo que contribui de forma decisiva no processamento (composição e compreensão) do texto falado, operando como um recurso central no planejamento textual. Seu papel vai desde a promoção do envolvimento interpessoal até a organização de estruturas sintáticas, passando por funções discursivas, seja de ênfase, reforço, contraposição, confirmação, auxílio na tomada de turno e sequenciador dos tópicos discursivos, entre muitos outros de enorme relevância na interação verbal.

## Fontes de Referência

- BESSA NETO, Regina. 1991. **A Repetição Lexical em Textos Narrativos Orals e Escritos**. Diss. Mestrado, UFMG, Belo Horizonte, mimeo. 235 pp.
- BETTEN, Anna. 1985. **Sprachrealismus im deutschen Drama der siebziger Jahre**. Heidelberg, Carl Winter \_ Universitaetsverlag.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire. 1984. La dénomination dans le français parlé: Une interpretation pour les "repetitions" e les "hesitations". **Recherches sur le Français Parlé**, 6: 109-130.
- BLANCHE-BENEVENISTE, Claire, 1987. Syntaxe, Choix de Lexique, et Lieux de Bafouillage. **DRLAV**, 36-37: 123-157.
- BLANCHE-BENVENISTE, Claire, et al. 1979. des Grilles pour le Français Parlé. **Recherches sur le Français Parlé**, 2:163-204.
- BRAGA, Maria Luiza. 1991. Estruturas Clivadas. UFF. Niteroi, mimeo.
- BRAGA, Maria Luiza & Cláudia RONCARATI. 1988. Estruturas Paralelas. UFRJ/UFF. Rio de Janeiro, mimeo.
- BROWN, Roger, 1970. Three Processes in the Child s acquisition of Syntax. In: R. BROWN. **Psycholinguistics**. New York, The Free Press. pp. 75-99.
- CHAFE, Wallace. 1981. Integration and involvement in speaking, writing, and oral literature. In: D. TANNEN (ed.). **Spoken and Written Language: Exploring Orality and Literacy**. Norwood, NJ. abblex. pp. 35-53.
- CHAFE, Wallace. 1985. Linguistic differences produced by differences between speaking and writing. In: D. OLSON et. al. (eds.). **Literacy, Language and Learning: The Nature and Consequences of Reading and Writing**. Cambridge, Cambridge University Press. pp. 105-123.
- CHERUBIM, Sebastião. 1989. **Diclonário de figuras de Linguagem**. São Paulo, Pioneira.
- CHOMSKY, Noam. 1965. **Aspects of the Theory of Syntax**. Cambridge, Massanchusetts, MIT Press.
- DUTRA, Rosália. 1992. A repetição como elemento de coesão nas narrativas orais: estrutura e entoação. UFMG, Belo Horizonte, mimeo.
- FERGUSON, Charles, 1977. Baby Talk as a simplified register. In: C. SNOW & C. FERGUSON (eds.). **Talking to Children: Language Input and Acqulsition**. Cambridge University Press. pp. 209-235.
- FRANK, Dorothea, 1980. **Grammatik und Konversation**. Kronberg, scriptor.
- GOFFMAN, Irving. 1981. **Forms of Talk**. Philadelphia, University-of Pennsylvania Press.

- GÜLICH, Elizabeth; Thomas KOTSCHI. 1983. Les marqueurs de la reformulation paraphrastique. **Cahiers de Linguistique Française**, 5:305-351.
- GÜLICH, Elizabeth & Tohomias KOTSCHI. 1987. Reformulierungshandlungen als Mittel der textkonstitution: Untersuchungen zu franzoesischen Texten aus mündlicher Kommunikation. In: W. MOTSCH (org.). **Satz, Text, sprachliche Handlung**. Berlin, Akademie-Verlag, Studia Grammatica, XXV. pp. 198-269.
- HALLIDAY, M.A.K. & R. HASAN. 1976. **Cohesion in English**. London Longman.
- HARWEG, Roland, 1986. Wiederholung lexikalischer Elemente und Textkonstitution. In: W.W. HEYDRICH/J.S. PETOFI (eds.), **Aspekte der Konnexität und Kohärenz von Texten**. Hamburg, Buske, pp. 16-41.
- HAIMAN, John. 1980. Iconic and Economic Motivation. **Language**, 59:781-819.
- HILGERT, José Gaston. 1989. **A Paráfrase. Um Procedimento de Constituição do Diálogo**. Tese de Doutorado, Dept<sup>o</sup> Letras Clássicas e vernáculas, USP. São Paulo, mimeo. 462 pp.
- ISHIKAWA, Minako. 1991. Iconicity in discourse: The case of repetition. **Text**, 11-14:553-580.
- JAKOBSON, Roman. 1966. grammatical Parallelism and its Russian Facet. **Language**, 42:399-429.
- JACOBSON, Roman. 1968. Poetry of Grammar and Grammar of Poetry. **Lingua**, 21:597-609.
- JOHNSTONE, Barbara. 1987. Introduction. **Text**, 7-3:205-214.
- JOHNSTONE, Barbara. (ed.). 1991. **Repetition in Discourse**. Vol. I. Norwood, NJ. Ablex.
- KEENAN, E.O. 1977. Marking it last: Uses of Repetition in Children's Discourse. In: S. ERWIN-TRIPP & C. MITCHELL-KERNAN(eds.). **Child Discourse**. New York, Academic Press. pp. 125-138.
- KOCH, Ingedore Villaça. 1989. **A Coesão Textual**. São Paulo. Contexto.
- KOCH, Ingedore, Villaça. 1991. Reflexões sobre a Repetição. IEL. UNICAMP. Campinas, mimeo. 6 pp.
- LABOV, William. 1972. **Sociolinguistic Patterns**. Philadelphia, University of Pennsylvania Press.
- LEMOES, Claudia Th. G. de. 1986. A sintaxe no espelho. **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, 10:5-15.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1991. Bases para uma definição da repetição na língua falada. **ANAI DO V ENCONTRO NACIONAL DA ANPOLL**. Área de Lingüística. Porto Alegre, ANPOLL, pp. 359-371.

- MARCUSCHI, Luiz Antônio. 1992. **A Repetição na Língua Falada: Formas e Funções**. Tese de Concurso para Titular. Recife, UFPE, mimeo, 196 pp.
- NORRICK, Neal. 1987. Functions of repetition in conversation. **Text**, 7.3:245-264.
- OCHS, Elionor. 1979. Planned and unplanned discourse. In: T. GIVÓN (ed.). **discourse and Syntax**. New York, Academic Press. pp. 51-80.
- OSCH, Elionor; Bambi B. SCHIEFFELIN; Martha. PLATT (1979). Propositions across Utterances and Speakers. In: E. OCHS/B.B. SHIEFFELIN (eds.). **Developmental Pragmatics**. New York, Academic Press, pp. 251-268.
- ONG, Walter. 1987. **Orality and Literacy. The Technologizing of the Word**. London, Methuen, 1982.)
- PERINI, Mário A. 1980. a função da repetição no reconhecimento de sentenças. **Ensaio de Linguística**, UFMG, pp. 111-123.
- RAMOS, Jânio. 1983. **Hipóteses para uma Taxonomia das Repetições no Estilo Falado**. UFMG, Belo Horizonte, Diss, Mestrado. mimeo. 137 pp.
- ROEMER, Danielle M. 1982. Semantic and Syntactic Parallelism in Children's Storytelling. **Sociolinguistic Working Paper**, Nr. 102, Nov. 1982, Texas.
- RONCARATI, Cláudia. 1991. Reiteração e Paráfrase em estruturas paralelas. UFRJ, Rio de Janeiro, mimeo. 14 pp.
- SCHERZER, Joel. 1983. **Kuna Ways of Speaking: An Ethographic Perspective**. Austin, University of Texas.
- SCHIEFFELIN. 1979. Getting it together: An Ethnographic approach to the Study of the development of communicative competence. In: E. OCHS & B.B. SHIEFFELIN (eds.). **Developmental Pragmatics**. New York, Academic Press. pp. 73-108.
- SLOBIN, Dan I. 1968. Imitation and grammatical development in children. In: N. S. ENDLER/ R. BOUTLER & H. OSSER (orgs.). **Contemporary Issues In Developmental Psychology**. New York, Holt Rinehart & Winston, pp. 437-443.
- SNOW, Charles. 1972. Mother's speech to children learning language. **Child Development**, 43:549-565.
- TANNEN, Deborah. 1985. Repetition and variation as Spontaneous formulaicity in Conversation. Georgetown University. Mimeo. 54 pp.
- TANNEN, Deborah. 1987. repetition in conversation: Toward a poetics of talk. **Language**, 63.3:574-605.

- TANNEN, Deborah. 1989. **Talking voices: Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse**. Cambridge, Cambridge University Press.
- TEXT 7-3 (1987). Special Issue. Perspectives on Repetition. Ed. By B. Johnstone.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. 1988. Considerações sobre a repetição na língua oral e na conversação. IEL, UNICAMP, Campinas, mimeo. 71 pp.
- WACKERNAGEL-JOLLES, Barbara. 1971. **Untersuchungen zur gesprochenen Sprache: Beobachtungen zur Verknüpfung spontanen Sprechens**. Goeppingen, Kümmerle.
- WEISS, Andreas. 1975. **Syntax spontaner Gespraechе**. Düsseldorf, Schwann. Vol. 31 do IDS na série **Sprache de Gegenwart**.
- WIERZBICKA, Anna. 1986. Italian reduplication: cross-cultural pragmatics and illocutory semantics. **Linguistics**, 24:
- WIERZBICKA, Anna. 1987. Boys Will be Boys: 'Radical semantics' vs. 'Radical Pragmatics'. **Language**, 63:95-114.
- WITHERSPOON, G. 1977. **Language and Art in the Navajo Universe**. Ann Arbor, Univ. of Michigan Press.
- WUNDERLICH, Dieter. 1986. Echofragen. **Studium Linguistik** 20:44-62.

---

\* Este trabalho reproduz, com uma série de modificações, partes do cap. 1 e do cap. 2. da Tese para o Concurso de Titular em Linguística, realizado na UFPE em agosto de 1992.

## **O DISCURSO INDÍGENA: UMA ABORDAGEM "PRAGMÁTICA" (\*)**

*Gilda Maria Lins de Araújo \_ UFPE*

### **0 - INTRODUÇÃO**

De uma concepção de índio como obstáculo à colonização portuguesa no Brasil, ou empecilho ao progresso ainda nos dias de hoje, à convicção de que ele efetivamente representa uma comunidade tão importante quanto a não-índia quando, na base de critérios científicos e humanísticos, analisa-se sua contribuição ao todo que é o Brasil, caminhou-se muito.

Nesta caminhada, uma análise do discurso intercultural (com o estudo de um aspecto da manifestação do discurso do índio - A COMPETÊNCIA COMUNICATIVA - ) é um passo importante, talvez o mais importante, visto que tem como objetivo primordial contribuir para o desenvolvimento de uma compreensão intercultural em nosso contexto.

O discurso do índio aqui tratado, embora veiculado em língua portuguesa, revela marcas sociais, ideológicas, culturais e lingüísticas de uma identidade cultural indígena.

Ora, o grau de distância intercultural pode influir no grau de sucesso comunicativo. Neste sentido, nossa abordagem se propõe a elucidar a alguns aspectos até então obscuros da problemática de desentendimento e do malentendido na comunicação entre pessoas que falam a mesma língua e/ou são originárias de culturas diferentes.

Esta consideração sugere-nos como hipóteses que: 1 - Haveria equivalência funcional entre a capacidade comunicativa do índio e a do não-índio; 2 \_ O índio teria consciência cultural da percepção errônea que o não-índio tem dele. Todas duas em virtude de exigências da natureza e objetivos de nosso trabalho: verificar, no discurso do índio, a sua competência

---

(\*) Este ensaio retrata, em linhas gerais, a proposta da tese que defendemos na USP, em 02 de junho de 1992, sob o título: "O discurso do índio: subsídios para a comunicação intercultural".

comunicativa, e analisar o jogo de imagens nele refletido, como contribuição para uma desejável melhoria da comunicação entre índios e não-índios.

## **1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

### **1.1 - Noções básicas**

Para o encaminhamento da noção de competência comunicativa, embora todas as teorias da Análise do Discurso, ~~seja~~ **seja** dúvida, apresentem aspectos extremamente interessantes, optou-se pela Teoria da Enunciação como linha teórica fundamental desta pesquisa. Foi ela que, preocupada com a interação social do homem ~~na~~ **na** e ~~pela~~ **pela** linguagem, se mostrou mais apta não só a oferecer soluções para as questões teóricas do trabalho (a questão dos avaliativos, das imagens, dos atos de argumentar), como também a permitir uma aplicação ao estudo das relações discursivas, no nível da análise e das interpretações de textos que, acreditamos, trará subsídios à compreensão da linguagem do índio, tônica desta pesquisa. Destacamos, então, os postulados teóricos e metodológicos da teoria da enunciação e da análise do discurso a partir de colocações apresentadas por C. K. Orecchioni (1980) e das formulações de Michel Pêcheux (1978) relativas à teoria das imagens.

Valemo-nos, ainda, do conceito de competência comunicativa nos termos propostos por Ulrich Haug e Georg Rammer (1979), e do esquema de imagens de Michel Pêcheux ampliado por Haquira Osakabe, cuja obra (1979) foi realmente fundamental para as decisões teóricas e metodológicas que orientaram o trabalho.

Assim, como suporte teórico central, considerar-se-ão os elementos constitutivos das condições de produção do discurso: o jogo de imagens que os interlocutores sempre manifestam ou consideram no discurso efetivamente produzido, e os atos de argumentar.

Ao lado, então, da competência lingüística, em sentido escrito, ou **saber gramatical**, cabe-nos investigar sobretudo os graus de competência comunicativa revelados no discurso do índio. Entendemos por competência comunicativa, ou **saber de uso**, nos termos de Ulrich Haug e Georg Rammer,

apoiados em Dell Hymes, não só o aprender palavras, seus significados e regras de conexão mas, sobretudo, o saber usar, na interação com os outros, orações situacionalmente adequadas, e, especificamente, com um objetivo a ser alcançado (1979:87).

Haug e Rammer nos remetem ainda a Haqira Osakabe (1979:49-50; 58-59) para quem “no caso do discurso, o que conta é não apenas aquilo que o locutor faz ao dizer, mas também o fim (o grifo é nosso) a que se destina seu ato de dizer” (p. 57). Em outras palavras, um agir para influir na conduta do outro, segundo os teóricos da competência comunicativa.

Trata-se, pois, de encarar a competência comunicativa vinculada a uma compreensão da linguagem \_ linguagem é comunicação e comunicação de sentidos numa relação de intersubjetividade \_ para se demonstrar que o índio, na posição de locutor, consegue proferir um discurso significativo, passar eficazmente uma mensagem, atingindo a seu objetivo (o de influir na conduta do outro a quem efetivamente ele se dirige), não obstante os preconceitos e as discriminações que normalmente incidem sobre o uso que ele faz da língua portuguesa.

Para o estudo da organização dos textos e do componente intercultural aí presente, fez-se necessário o aproveitamento das propostas de autores referentes ao componente intercultural, com uma revisão da literatura disponível sobre o assunto.

Convém ainda apontar que, quanto às condições de produção, deverá ser levada em conta a especificidade do índio enquanto produtor do discurso, focalizando-se, naturalmente, a importância dos papéis em virtude do lugar social que cada um deles ocupa na sociedade indígena e sua respectiva projeção na sociedade nacional como um todo. Isto porque fundamentalmente o trabalho procura verificar a competência dos índios autores nos textos analisados, sem perder de vista, por um lado, a questão da identidade cultural e, por outro, o da prática lingüística intercultural, voltada “para o aprimoramento do ser humano como ente comunicador amante da paz” (Gomes de Matos, 1990:95).

Serão vistas, pois, posições teóricas sobre os limites ou o imbricamento entre competência lingüística no sentido escrito e competência comunicativa, o que implica considerações,

no nosso entender, acerca dos procedimentos avaliativos, da representação das imagens e dos atos de argumentar bem como uma visão de compreensão intercultural, inerente ao conceito de competência comunicativa nos termos que estamos propondo. Assumimos, pois, diante do texto, segundo a linha adotada por Haquira Osakabe (1979:46), uma "perspectiva pragmática" que coloca em evidência o problema das condições de produção como quadro prévio e necessário a uma observação interna de cada realidade discursiva.

Nesse sentido, são considerados, numa seqüência, como pressupostos teóricos:

- o **texto** como estrutura lingüística superior à frase e sempre contextualmente condicionado;
- o **discurso** com todas as suas circunstâncias;
- o **emissor** perante a subjetividade dêitica e perante a subjetividade não-dêitica;
- o **receptor**, caracterizado como alocutário e/ou não-alocutário;
- o **referente**, inserido ou refletido na competência cultural e ideológica;
- a **mensagem**, no contexto da enunciação no qual ela se enraíza, e a natureza dos efeitos que por ela se pretende obter, isto é, a adesão do interlocutor.

## 1.2 - Os procedimentos avaliativos

Segundo C. K. Orecchioni, a problemática da enunciação pode ser definida como "a pesquisa dos procedimentos lingüísticos (dêiticos, modalizadores, termos avaliativos, etc)" pelos quais o locutor imprime sua marca no enunciado, se inscreve na mensagem explícita ou implicitamente e se situa em relação a ele (distância enunciativa)" (1980:32).

No estudo da enunciação já Émile Benveniste<sup>(1)</sup> propusera que o **sujeito da enunciação** só o é na medida em que ele é um **eu**, portanto algo insubstituível numa situação cada da própria ilocução e que leva em conta o interlocutor, o lugar, o

(1) BENVENISTE, Émile, cujas idéias fundamentais se encontram na obra traduzida para o português: **Problemas de Lingüística Geral** (I), SP: Nacional, EDUSP 1976, (II) Campinas, SP: Pontes, 1989; e no antigo *L'appareil de l'énonciation*, *Langages* 17, Paris: Didier-Larousse.

momento, o próprio tema. Daí porque a relação do sujeito com seu discurso é sempre tensa e momentânea, na medida em que ele tem que produzir necessariamente um discurso singular que corresponde à necessidade do momento. Assim, na instância da enunciação, o emissor que se situa como sujeito do discurso na posição de locutor frente ao alocutário, interagindo, ou seja, a dualidade de interlocutor não tem que ser apenas admitida, mas deve constituir o próprio cerne da análise do discurso. A enunciação, na sua natureza é, pois, um processo de apropriação da língua pelo locutor que simultaneamente implanta o outro, postula um alocutário. Neste ato, necessariamente será condicionado por fatores sócio-culturais (de caráter permanente) e por fatores situacionais (de caráter acidental), pelas circunstâncias, pelo tema.

Portanto, na enunciação, ato de produção do enunciado pelo locutor, as marcas que este imprime a seu enunciado evidenciam, através do modo como se constroem, uma maneira de pensar e de agir, em função de seu ouvinte: ao produzir o seu discurso, recorre ao jogo de imagens mútuas que se pressupõem fazer locutor e alocutário; que se pressupõe fazer locutor e ouvinte sobre o **referente**, com o objetivo preciso e determinado de influir na conduta do **outro**, a quem efetivamente o discurso é dirigido.

Considerar as condições de produção do discurso em sentido estrito (contexto da enunciação) e em sentido amplo (contexto sócio-cultural), implica pois: 1º) que a interpretação semântica de um enunciado só se torna possível se admitirmos que ele se insere numa determinada situação discursiva, pois que todo enunciado é, em princípio, enunciado situacional, na medida em que, sem os seus dados situacionais, ele é muitas vezes incompreensível. Portanto os enunciados são analisados em sua relação uns com os outros e com o usuário, enquanto texto. 2º) que sejam consideradas também as relações de produção, ou seja, - **o fazer do sujeito da enunciação**; - as relações entre enunciados produzidos e principalmente as que se estabelecem entre o emissor e o receptor.

Quanto às marcas de subjetividade, Orecchioni propõe como tipos principais: de um lado, os marcadores de natureza dêitica; e, de outro, os marcadores modalizantes (tomando o termo num sentido amplo) e marcadores que contêm semas

avaliativos-axiológicos e afetivos, que implicam um juízo ou um atitude particular do sujeito da enunciação.

Do quadro enunciativo proposto por Orecchioni, vale-mo-nos dos termos locutor e alocutário (e/ou não-alocutário) que correspondem ao emissor e ao receptor, respectivamente, ocupando o primeiro a posição de produtor, e o segundo, a de intérprete. O alocutário destinatário direto é aquele que se define pelo fato de que é explicitamente considerado pelo emissor L como seu parceiro na relação de locução. O não alocutário, o destinatário indireto, não integrado na relação de locução propriamente dita, funciona, adverte a autora, como "testemunho da mudança verbal" (op. cit. 23). Tanto um quanto outro, contudo, podem estar presentes fisicamente na situação de comunicação ou ausentes dela; pode cada um ter ou não a possibilidade de responder.

### 1.3 - A Representação das imagens

Para organizar a presente discussão acerca da representação das imagens sobre que se chamou atenção no tópico anterior, retomem-se as perguntas dos quadros de Michel Pêcheux reformulados por Osakabe (1979:59) para quem a pergunta fundamental não é mais localizável em A (emissor) ou B (receptor) mas sobre A e B no desdobramento de duas outras perguntas a serem comentadas mais adiante:

- 1 - "Qual imagem faço do ouvinte para falar dessa forma?
- 2 - Qual imagem penso que o ouvinte faz de mim para que eu lhe fale dessa forma?
- 3 - Que imagem faço do referente para lhe falar dessa forma?
- 4 - Que imagem penso que o ouvinte faz do referente para lhe falar dessa forma?
- 5 - Que pretende do ouvinte para lhe falar dessa forma?"

Observe-se que as duas primeiras questões estão vinculadas a valores individuais e/ou coletivos \_ inferidos através de recursos avaliativos, anteriormente citados. Quando trata dos dados situacionais, Orecchioni (1980:20) afirma que "todos esses dados não são pertinentes senão sob a forma de 'imagens', de representações que os sujeitos enunciadore se constroem, e que é necessário em particular admitir em sua

competência cultural as imagens (I) que o emissor (A) e o receptor (B) se fazem deles mesmos e de parceiro discursivo, ou seja, os quatros elementos que Michel Pêcheux (1969) simboliza".

Trata-se de imagens reveladas nas unidades subjetivas, já mencionadas, e provenientes, no caso do corpus por nós analisado, de um julgamento avaliativo e discriminatório. As duas perguntas subseqüentes dizem respeito à imagem que os interlocutores fazem do assunto tratado. E a última, ao ato que o locutor visa praticar pela fala na relação dele com o ouvinte, pois no discurso o que vai contar, segundo opinião de Haquira Osakabe, autor da nova proposta, repetimos, "é não apenas aquilo que o locutor faz ao dizer, mas também o fim a que se destina seu ato de dizer" (op. cit.:57) O sujeito da enunciação, ao produzir o seu discurso, recorre ao jogo de imagens mútuas e sob o efeito de imagens culturalmente determinadas, o locutor, organizando o seu discurso, nele se apresenta como sujeito da enunciação e como sujeito ideológico na tentativa de reverter a imagem contrária à sua que o alocutário tem do referente. É que (uma vez que a imagem se acha definida, há que se definir um tipo de ação, e tal ação não se define senão à medida que sejam visados alguns resultados no próprio ouvinte), imagens que indicam o engajamento, argumenta o autor no qual embasamos o encaminhamento da nossa proposta (Osakabe, op. cit.:57).

A definição desse interesse próprio requer esquematização prévia de alguns componentes fundamentais:

- 1 - A seqüência verbal emitida por um destinador na sua relação com o destinatário não é puramente informativa. Ela processa, além do "efeito de sentido" pensado por Michel Pêcheux, uma relação de intersubjetividade. C. K. Orecchioni, quando crítica e propõe alternativa ao esquema de Roman Jakobson, se junta a essa opinião. Para ela "falar, não é seguramente trocar livremente informações que passam harmoniosamente, indiferentes às condições concretas da situação de alocação e às propriedades específicas dos parceiros da mudança verbal. (. . .), a tendência atual da lingüística seria antes (. . .) acentuar o fato de que 'dizer' é ao mesmo tempo 'fazer', e qualquer que seja a ambiguidade desses termos, assi-

...milar linguagem a um 'prática', a uma 'praxis', a uma 'produção', a um 'trabalho'..." (1980:8);

- 2 - Das duas perguntas: o que A pretende de B falando dessa forma? O que A pretende A falando dessa forma? acrescidas por Osakabe ao quadro de Pêcheux, a primeira é de importância vital para o conceito de competência comunicativa que esse trabalho assume. É que essas duas perguntas "instauram um novo elemento nas condições gerais de produção, na medida em que elas colocam em jogo não apenas a imagem que A e B fazem de si, entre si, ou sobre o referente, mas também a própria natureza do ato que A pratica ao falar de determinada forma e da natureza do ato que A visa em B" (Osakabe, op. cit.:49-50).

#### 1.4 - A Questão dos Atos

Segundo ainda Osakabe, cujo trabalho contém as idéias e noções básicas para a análise de nosso corpus e encaminhamento das discussões acerca da competência comunicativa, a organização argumentativa do discurso compreende três atos \_ o de promoção, o de envolvimento e o de engajamento.

O estudo da organização argumentativa de um discurso depende substancialmente das considerações feitas anteriormente sobre as condições de produção, isto é, "depende das imagens mútuas que se pressupõem fazer locutor e alocutário; depende das imagens de que pressupõem fazer locutor e ouvinte sobre o referente; depende, em último lugar, dos atos de linguagem que o locutor realiza no momento do discurso" (Osakabe: op. cit. 96-123), como deste todo depende, também, a nossa visão de competência comunicativa a ser sumariamente mostrada no decorrer do item 2.

Esses três atos, podem ser vistos sob dois aspectos distintos, ambos salientando sua natureza pragmática: o primeiro deles refere-se ao caráter eminentemente atuacional de cada um deles, já que evidencia o sentido ativo do próprio locutor em relação ao ouvinte (o locutor estimula o espírito do alocutário com o objetivo de captar a benevolência das partes: os constituintes e o público no nosso caso específico); o segun-

do aspecto refere-se à sua complementariedade necessária, à medida que cada um deles se revela (pensando sua natureza pragmática situada no ouvinte) como incompleto para a obtenção de um efeito de sentido no ouvinte. "É o conjunto dos três atos que permite a cada um justificar-se na sua função pragmática, isto é, na sua relação com um fim determinado que o locutor visa obter no ouvinte" (Osakabe, op. cit.:97). Por isso mesmo a esses atos ligam-se dois atos perlocucionários: persuadir e convencer. Enquanto o primeiro, pelo seu caráter particular, se atém a inferências que podem levar o ouvinte à adesão aos argumentos apresentados, o segundo, pelo seu caráter universal, conduz a certezas.

Retomando o que se disse anteriormente a respeito da questão concernente às imagens, é em decorrência da divergência entre a imagem que o locutor e ouvinte têm do referente que aquele produz efetivamente o seu discurso. Ele parte do pressuposto de que a imagem que faz do referente é virtualmente distinta da imagem que pressupõe que o ouvinte faz desse mesmo referente. Neste sentido, Haquira Osakabe afirma que: "O ato de argumentar constitui uma espécie de operação que visa fazer com que o ouvinte não apenas se inteire da imagem que o locutor faz do referente, mas principalmente que o ouvinte aceite essa imagem" (op.cit.:82), razão pela qual a informação veiculada a partir de um ato de argumentação até sujeita a ser alterada pelo próprio interesse que envolve esse mesmo ato.

Assim, o primeiro ato se baseia inteiramente sobre as condições definidas pelas imagens mútuas que se fazem locutor e ouvinte. É através desse primeiro ato que o sujeito promove o ouvinte a um lugar de decisão nas relações políticas. O segundo ato traz aos discursos os elementos extralingüísticos: de um lado, a noção pressuposta sobre política e que constitui parte das condições definidas pela imagem que o locutor pressupõe que o ouvinte faz dele; e, de outro lado, a imagem que o locutor faz do referente e aquela que ele pressupõe que o ouvinte faz desse mesmo referente. O terceiro, o ato de engajar o ouvinte na posição política do locutor ou em ato concreto que contribua para a consecução prática dessa mesma posição, segundo a tipologia do discurso apresentada pelo nosso autor de referência: "Esse ato de engajamento constitui

o ato último, que explicita a própria finalidade do discurso" (op. cit.:107).

Sob a direção deste autor, adiantamos que, no caso dos discursos abordados, o ato de argumentar parece estar fundado em três atos distintos que guardam entre si uma relação aproximada à relação do tipo implicativo: um ato de promover o ouvinte para um lugar de decisão na estrutura política (ato de promoção); um ato de envolvê-lo de forma tal a anular a possibilidade de crítica (ato de envolvimento); e um ato de engajar o ouvinte numa mesma posição ou tarefa política (ato de engajamento). É contudo, no terceiro deles, que se instaura a argumentação propriamente dita, na busca de convencer, apresentando provas; e comover, por meio de apelos emocionais.

Penetramos, pois, no terreno das condições de produção e concluímos, como Osakabe, que "essas condições podem ser determinadas basicamente segundo três critérios complementares: em primeiro lugar, o critério das imagens pressupostas, que o locutor faz do ouvinte e vice-versa; em segundo lugar, o critério da imagem que o locutor faz do referente e da imagem que ele pressupõe que o ouvinte faz desse mesmo referente; em terceiro lugar, o critério da intenção do ato que o locutor visa praticar sobre o ouvinte e do ato que pratica para a obtenção daquele resultado" (op. cit.:92).

### 1.5 - A Noção de Compreensão Intercultural

A pesquisa discute aspectos da linguagem do índio visando a contribuir para uma comunicação intercultural. Neste sentido é que a análise lingüística caminha em direção a um aspecto de manifestação do discurso do índio \_ a competência comunicativa \_ sem perder de vista, por um lado, a questão da identidade cultural; por outro, o da prática lingüística intercultural \_ na perspectiva de que o índio venha a ser compreendido e, conseqüentemente, respeitado pela sociedade envolvente. É preciso reiterar como prioritário e inevitável o compromisso das sociedades pluralistas por **conciliar** a preservação da identidade etnolingüística, por um lado, e o momento da comunicação intercultural e plurilingüe, por outro.

"Compreender uma cultura estrangeira desafia nossas

próprias afirmações básicas e requer que nós reconstruamos o contexto original de uma cultura para entender seus símbolos em termos do povo que os tem criado" (Lothar e Haack, 1988:12).

Portanto, é necessário para a compreensão intercultural que nós mudemos nosso quadro de referência. Urge, ainda, esclarecer a diversidade de conceituação dos fatos sociais e culturais de um povo para outro, o que faz com que os índios e os não-índios reconheçam o choque cultural não como necessariamente um conflito mas prioritariamente como uma forma de aprendizagem (uma experiência em auto-compreensão e mudança) para os povos confrontantes, aprendizagem que se concretiza na efetiva comunicação entre estes mesmos povos. Peter Adler, (1986:28), interpreta choque cultural como uma experiência de aprendizagem intercultural que leva ao crescimento pessoal profundo, porque "é causado pelo encontro de um indivíduo de uma herança cultural com as diferenças apresentadas por outro sistema no qual ele está imerso".

A compreensão intercultural \_ condição para uma efetiva comunicação entre os dois povos \_ e o respeito à identidade étnica, inviabilizam que a educação bilingüe sirva de reforço ao dominador, uma vez que implica em uma nova postura ideológica do não-índio. Este empenhar-se-á em fazer com que seu parceiro comunicacional compreenda o que ele, o falante, está dizendo e empenhar-se-á em interpretar a intenção comunicativa do receptor. Com isso, será evitado o colapso comunicativo em situações inter-étnicas.

Assim, o estudo da comunicação intercultural põe em destaque "os processos que estão subjacentes a toda comunicação mas que muitas vezes passam despercebidos quando a comunicação é bem sucedida" (Tannen, 1986:203). A coexistência de duas civilizações significa, no nosso entender, promover a compreensão intercultural, pois entre os componentes inerentes à competência comunicativa - o da consciência ou compreensão intercultural - exige da pessoa não só o contacto mas também que apresente seus conceitos, crenças e valores a partir de diferentes perspectivas. A compreensão intercultural nos ajuda a ganhar uma melhor auto-compreensão. "É preciso uma prontidão para o respeito e aceitação, e

uma capacidade de participar” nos ensina Robert G. Hanvery (1986:18). Nessa participação, percorre-se um continuum, uma sequência de tipos (ou modalidades) de consciência intercultural: do mero conhecimento, passando por situações de conflito cultural, ao processo de empatia que, para o autor supracitado, significa “a capacidade de se imaginar em outro papel dentro do contexto da cultura própria de alguém” (op. cit.:22); é pôr-se no lugar dos outros, com o indivíduo aprendendo que nenhuma cultura é inerentemente melhor ou pior do que outra. Vivenciando o processo de choque cultural, aprende-se a legitimizar sistemas culturais diferentes: não se vê mais tal cultura em termos avaliativos dicotômicos como “subdesenvolvido” versus “desenvolvido”, “moderno” versus “primitivo”, tão inadequadamente usados na relação entre índios e não-índios. A incapacidade de adaptação intercultural e interpessoal impede a comunicação, pois a competência da comunicação exige a habilidade para se relacionar efetivamente com outras pessoas no processo, cujo componente importante é a habilidade para expressão, respeito e a consideração positiva por outra pessoa, vendo-a no seu contexto sócio-cultural. Portanto, nós precisamos de um manejo reflexivo e auto-crítico de nossas próprias imagens e estereótipos, como também daquelas imagens dos outros: cada um se vê diferente do que o outro vê (como o índio se vê, como o não-índio vê o índio; como o não-índio se vê, como o índio vê o não-índio). O entendimento intercultural, então, ajuda-nos a ficarmos conscientes da relatividade de nosso conhecimento, tanto quanto da nossa cultura.

A compreensão intercultural é importante, mesmo porque, como nos adverte Lothar (op. cit.:1), “Se nós queremos sobreviver num mundo onde nações estão se tornando cada vez mais interdependentes, nós precisamos aprender a resolver nossos problemas e conflitos pacificamente, e isso só será possível se nós compreendermos e respeitarmos uns aos outros. Nenhuma nação ou cultura pode existir independentemente por mais tempo”, opinião esta que se junta às palavras de Gomes de Matos (1984:65): “Ser empático em vez de agressivo, é aprimorar as relações entre pessoas”.

Foi dentro dessa perspectiva que se elaborou a tese.

Para o embasamento teórico procedeu-se, assim, a uma série de leituras, tendo-se citado somente as específicas para

este trabalho, isto é, aquelas que contêm as idéias e noções básicas para a análise do corpus: os "procedimentos avaliativos" seguindo C. K. Orecchioni que, na quase totalidade da sua obra, trata desses recursos; em seguida, o jogo de imagens, tendo por base o esquema de Michel Pêcheux, tal como nos é apresentado por Haquira Osakabe. Ainda a organização argumentativa do discurso: promoção, envolvimento, engajamento. A focalização, das diversas competências, discutidas no corpo de toda tese, e os pontos mencionados constituem pressupostos para o encaminhamento de um conceito ampliado de competência comunicativa.

## **2 - UMA PEQUENA AMOSTRAGEM**

A partir da perspectiva teórica desenvolvemos, na segunda parte do trabalho, a nossa análise lingüística e pragmática dos processos lingüístico-gramaticais e pragmáticos no discurso de JURUNA, RAONI e KRENAK, mostrando que esses três índios organizam seu discurso de maneira adequada e objetiva, e ainda comunica de forma persuasiva o seu ponto de vista. No que diz respeito à análise lingüístico-gramatical, verificamos algumas ocorrências de transgressão a normas da gramática da língua portuguesa, (uso culto), pouco ou quase relevantes, tendo-se em vista a consecução dos objetivos a que se propunham os locutores. Observamos, posteriormente, que as informações necessárias para que a intenção possa ser apreendida de forma devida são armazenadas através dos valores culturais, históricos e ideológicos que perpassam os textos, trabalhados na análise pragmática. Como a interpretação da intenção comunicativa só é possível captar-se tomando por base esses valores, e se essa menobra interpretativa deve ser auxiliada pelo contexto lingüístico e pela situação em que o discurso é produzido, é evidente que esses recursos são indispensáveis para que se compreenda e se interprete a fala dos locutores. Pudemos, assim, demonstrar que o discurso do índio vê-se marcado pela incidência inquestionável de uma competência comunicativa.

Qualquer análise do texto indígena implicará ainda a consideração de uma dupla perspectiva: reversão da imagem negativa que lhe imputa o não-índio e consecução da adesão

do seu ouvinte às suas reivindicações. Deverá ainda evidenciar a inter-relação existente entre os procedimentos avaliativos ressaltando, ao mesmo tempo, que é sobre tal base que é constituído o discurso indígena. Nos discursos examinados, essa organização argumentativa revelou-se de modo similar, mas não idêntica, pelas condições específicas que o leitor/ouvinte conhece de cada um dos locutores, isto é, a questão central e analisada em produções lingüísticas (discursos políticos), pertencentes a dois momentos da participação do índio no contexto político da sociedade nacional brasileira e que constroem histórias concretas da relação entre índios e não-índios. Tais textos abordam condições específicas de desenvolvimento das sociedades indígenas desde o período colonial, oferecendo-nos bases históricas para melhor compreender as escolhas enunciativas de Juruna, Roani e Krenak, bem como suas posições ideológicas no quadro da realidade indígena brasileira. Entre os textos, alguns são comentados (razões de estruturas e de tema), e comparados com os resultados da análise de três discursos (um de cada um dos três índios)<sup>(2)</sup>.

Nos referidos textos vêm marcados os três atos distintos: Juruna<sup>(3)</sup> **promove** o povo carioca e os deputados e, por eles, o povo brasileiro a uma posição de destaque ou de decisão; envolve, ao demonstrar a improcedência da fala do presidente avaliando-lhe a posição diante dos problemas nacionais e se auto-avaliando, em relação às exigências da coletividade; e engaja a todos os seus ouvintes, explícitos e implícitos.

RAONI<sup>(4)</sup>, em função da imagem positiva que imputa ao alocutário (os senhores constituintes), tenta levá-los a uma adesão, fruto de julgamento que considere **tanto a atitude do povo não-índio**, atitude nefasta ao índio; **quanto a do povo do Cacique**, a partir da chegada do branco invasor, atitude de um desprotegido.

(2) - Juruna e Krenak, em graus de instrução formal diferentes; Raoni, sem instrução formal.

(3) - Chamo atenção para alguns dados que me parecem relevantes para uma maior compreensão do conteúdo pragmático do texto: discurso, **sem revisão**, dirigido à Câmara dos Deputados, em 15/04/1983, como repõe ao Presidente da República de então, João Batista Figueiredo, identificado por catálise.

(4) - Discurso pronunciado perante à Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas, dos Deficientes e das Minorias, em 22 de abril de 1987

KRENAK<sup>(5)</sup>, do começo ao final, conscientemente, realiza, através de dois caminhos bem nítidos \_ o de comover, por meio de apelos emocionais, e o de convencer, por meio de apelo ao fato, à razão \_ os três atos referidos por Haquira Osakabe (1979:96-98).

Finalizamos, ainda com as palavras do introdutor da análise do discurso no Brasil: "Esse procedimento coloca em evidência o papel que tem o locutor nos processos de construção e manipulação de efeito de sentido que visa atingir no ouvinte, e, nesta medida, evidencia e dá prioridade ao papel da subjetividade de um discurso em que, no fundo, o locutor não pretende falar por si mesmo, mas em nome da **função e do papel** exteriores à sua própria individualidade" (op. cit.:121-122).

Como salientam no curso da análise, o índio, em sua prática discursiva, procura, freqüentemente, enfatizar o objetivo de sua fala resultando daí o aparecimento de certos valores. Esses valores realizam, de alguma forma, em sua construção, a união dos opostos: ora o mais e o menos aculturado se encontram: KRENAK e RAONI; ora é a vez do menos e do mais ou menos RAONI e JURUNA; e, também, o mais e o mais ou menos KRENAK e JURUNA.

Nos efeitos de sentido decorrentes das intenções comunicativas destaca-se, sob este aspecto, a figura de Krenak, na busca de provar a sua legitimidade indígena, e a de Juruna, a sua legitimidade branca. O discurso de Krenak é um veículo de identificação do que é o **ser índio**. O de Juruna constrói-se no intuito de mostrar as diferenças dos dois mundos (o indígena e o não-indígena). Apresenta-se, assim, como o instrumento por meio do qual a comunidade não-índia precisa atender, respeitar e aceitar a presença do índio parlamentar. Raoni equilibra os interesses em conflito. Tudo faz crer, então, que a relação de Raoni e de Krenak com os não-índios distancia-se do momento tenso da época de Juruna dando já mostras de um maior entrosamento intercultural.

---

(5) - Discurso pronunciado perante à Subcomissão dos Negros, das Populações Indígenas, dos Deficientes e das Minorias, em 21 de maio de 1987, por ocasião das Audiências Públicas com as Populações Indígenas (no encerramento dessas Audiências).

A noção de compreensão intercultural, permitindo inferir as relações que se estabelecem entre o plano lingüístico e o plano interpretativo, nos deu margem a uma abordagem complementar da noção de competência comunicativa. Esta, por sua vez, permitiu-nos estabelecer mais eficazmente a articulação entre os níveis lingüísticos e culturais de acordo com a intenção argumentativa.

A nossa análise revelou, portanto, que o índio, consciente da imagem negativa que o não-índio faz dele, constrói o seu discurso tão eficazmente quanto faz aquele que o discrimina.

E os resultados obtidos nessas análises, permitem-nos sugerir algumas diretrizes que poderão orientar a sociedade índia e a não-índia na produção de prática discursiva harmoniosa entre ambas, enquanto subsídios para uma comunicação intercultural.

### **3. À GUIA DE CONCLUSÃO**

Acreditamos que os resultados da nossa pesquisa fortalecem a convicção geral da necessidade de uma interação verdadeiramente humana entre essas duas raças, buscando-se soluções propícias ao estudo da comunicação entre esses dois povos.

Em suma, espera-se que se concretize uma ecolingüística cultural em que seres humanos se respeitem e aprendam a entender seus contextos, a natureza em que convivem e da qual vivem.

Destinando-se os resultados da pesquisa prioritariamente ao índio - a quem cabe, principalmente, a tarefa de promover a sua própria realidade - não deixamos de almejar que pelo menos alguns dentre eles possam confrontar-se com as informações que procuramos veicular.

## BIBLIOGRAFIA

- ADLER, Peter, S. (1986) "Culture Shock and the Cross-Cultural Learning Experience". In: Louise Fiber LUCE and Elise C. SMITH (editores). **Toward Internationalism - Readings In Cross-Cultural Communication**. 2ª ed. Cambridge, Massachussets: Newbury House Publishers p. 13-23.
- BENEVISTE, Émile (1970). "L appareil Formel de l'énonciation". In: **Langages**, 17 Paris: Didier - Larousse p. 12-18.
- \_\_\_\_\_. **Problemas de Lingüística Geral** (10. 1986. SP. Ed. da USP; (II). 1989. Campinas: SP: Pontes.
- BREDELLA, Lothar (1980) "How Intercultural Understanding Possible?" In: Lothar BREDELLA and Dietmar HAACK (eds.) In: **Perceptions and misperceptions: The United States and germany**. Studies in Intercultural Understanding. Tübingue. Gunter Narr, Velarg XII, p. 1-15.
- COSTE, Daniel (1988). "Leitura e Competência Comunicativa". In: Charlotte GALVES et al (orgs.) **O Texto: escrita e leitura**. Campinas: Pontes, p. 11-29.
- DUCROT, Oswald et al (1980). "Analyse de textes et linguistique de l'énonciation". In: **Les mots du discours**. Paris: Les Éditions de minuit, p. 7-56.
- FAGUNDES, Valda Oliveira (1987). **O discurso do Júri: aspectos lingüísticos e retóricos**. SP: Cortez Ed.
- FÁVERO, Leonor Lopes (1987). "Competência textual e ensino de língua materna". In: **Anais do I CELLIP**. Universidade Estadual de Londrina, Paraná. p. 396-399.

- FONSECA, Fernanda Irene e FONSECA, Joaquim (1977). "A competência comunicativa". In: **Pragmática Lingüística e Ensino do Português**. (Col. Lingüística e Pedagogia). Coimbra: Livraria Almedina, p. 51-92.
- \_\_\_\_\_. (1977). "Para uma análise pragmática do texto". In: **Pragmática Lingüística e Ensino do Português**. (Col. Lingüística e Pedagogia). Coimbra: Livraria Almedina, p. 113-139.
- GOMES DE MATOS, Francisco (1984). "Agressão Verbal ou Empatia?". In: **Revista de Cultura Vozes**. Petrópolis: Rio de Janeiro, Dez., p. 64-65.
- \_\_\_\_\_. (1990) "A Lingüística, a Serviço da Paz". In: **Estudos Universitários de Lingüística, Filosofia e Literatura**. (Homenagem ao Prof. Dr. Sílvia Elia). Leodegário A. de Azevedo Filho (org.). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Sociedade Brasileira de Língua e Literatura, p. 93-95.
- HANVERY, Robert, G. (1986). "Cross Cultural Awareness, Toward Internationalism". In: *Readings in Cross: Cultural Communication*. 2 vol. ed. Cambridge Massachussets: Newbury House Publishers, p. 13-23.
- HAUG, Ulrich y RAMMER, Georg. (1979). **Psicología del lenguaje y Teoría de la Comprensión** (Versión española de Francisco Meno Blanco). Biblioteca Romántico Hispánica. Madrid: Editorial Gredos.
- HYMES, Dell, (1972). "On Communicative Competence". In: **Sociolinguistics**. First publishedd, J. B. Pride and Janet Holmes. penguin Books Ltda. Harmon desworth, middlesex, England, P. 269-293.
- KERBRAT - ORECCHIONI, C. (1980). **L'énonciation - De la subjectivité dans le langage**. Paris: Armand Colin Éditeur.
- KOCK, Ingedore G. V. (1984). **Argumentação e Linguagem**. SP: Cortez Ed.
- \_\_\_\_\_. & TRAVAGLIA, Luiz Carlos (1989). **Texto e Coerência**. SP: Cortez Ed.
- MAGALHÃES, Maria Izabel e RICARD, Stella Maris Bortoni (1981). "O fator cultural na compreensão da leitura". In: **Ensaio de Lingüística Aplicada do Português**. Brasília - DF: Thesaurus, p. 103-146.
- MAINGUENEAU, D. (1989). **Novas tendências em análise do discurso**. (trad. Freda Indursky). Campinas, SP: Pontes - UNICAMP.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio (1983). **Lingüística de Texto: o que é e como se faz**. Série Debates - Recife - Mestrado em Letras e Lingüística - UFPE.

- ORLANDI, Eni P. (1986). "Uma retórica do oprimido. Os Discursos dos Representantes Indígenas". In: **Trabalhos em Lingüística Aplicada**. nº 7, Campinas: UNICAMP/IEL, p. 61-79.
- OSAKABE, Haquira (1979). **Argumentação e Discurso Político**. SP: Kairós Liv. Ed. Ltda.
- PAGÉS, R. (1955). "Image de l'émetteur et du récepteur dans la communication". In: **Bull. Ps.** VIII mims. 7-8, p. 452-460.
- PALÁCIO, Adair Pimentel et al. (1986). **A visão do índio no livro didático**. NEI/CNPq. Recife: Pindorama Ed.
- PÊCHEUX, Michel (1978). **Hacia el Análisis Automático del Discurso** (Versión Española de Manuel Alvar Ezquerro). Biblioteca Románica Hispánica. Madrid: Ed. Gredos.
- POSSENTI, Sírio (1988). **Discurso, Estilo e Subjetividade**. SP: Liv. Martins Fontes, Ed. Ltda.
- SILVA, Rosa Virgínia Mattos et al. (1988). **Sete estudos sobre o português Kamayurá**. Salvador: Centro Editorial e Didático UFBA.
- SLAKTA, D. (1971). "Esquisse d Une Théorie Léxico-Semantique: Pour une Analyse du texte politique (Cahiers de Doleances)". In: **Langages** 23, Paris: Didier \_ Larousse.
- TANNEN, Deborah (1985). "Cross-Cultural Communication". In: Teun a. van Dijk (editor). **Handbook of Discourse Analysis**. London: Academic Press, Vol. 4.
- TARONE, Elaine & YULE, George (1989). **Focus on The language learner. Approaches to identifying and meeting the needs of second language learners**. Oxford: Oxford University Press.

## **AS PARTÍCULAS MODAIS E O ENSINO DE ALEMÃO PARA ESTRANGEIROS**

*Elizabeth Marcuschi - UFPE*

O presente estudo aborda aspectos teóricos e aplicados de um fenômeno lingüístico de elevada incidência na língua falada alemã: as Partículas Modais (PMs). Nosso interesse pelo tema surgiu, basicamente, a partir de observações feitas durante atividades de ensino-aprendizagem do alemão para brasileiros (confirmadas por depoimentos dos estudantes), ou seja, que a questão das PMs é um dos aspectos que maiores dificuldades cognitivas provocam no aluno de alemão.

Apesar da frequência significativa de PMs na produção oral de nativos, elas foram, durante muito tempo, praticamente ignoradas pelas gramáticas, dicionários e léxicos, cuja motivação maior centrava-se no tratamento de fenômenos próprios da língua escrita. Considerava-se as PMs elementos lexicais vazios de significado e, por isso mesmo, prescindíveis de uma descrição mais acurada. Essa postura trouxe evidentes consequências para as atividades de tradução e para o ensino de alemão para estrangeiros, contribuindo para que, frequentemente, o alemão ensinado e traduzido no exterior não correspondesse ao alemão falado na Alemanha.

Dado que as PMs ocorrem de forma esporádica na escrita, encontrando seu locus privilegiado na oralidade, foi só a partir do interesse da Lingüística pela fala que os teóricos, por assim dizer, "descobriram" as PMs, passando a lhes reservar um espaço maior em suas pesquisas. Hoje, no bojo dos trabalhos desenvolvidos (cf. Weydt, 1969, 1977, 1983; Altmann, 1976; Gornik-Gerhart, 1981; Hentschel, 1986, entre outros), já é possível detectar descrições minuciosas deste fenômeno, visto tanto global quanto isoladamente. Os interessados podem até mesmo lançar mão de um "Pequeno Dicionário de Partículas", publicado por Weydt e Hentschel (1983), onde os autores descrevem as funções de 26 PMs. Conta-se ainda com um manual de exercícios (Weydt et alii, 1983), que procura tornar mais sistemática e eficiente a aquisição das PMs por estrangeiros.

Contudo, apesar do "boom" de publicações ocorrido,

lacunas ainda permanecem, preponderantemente nas áreas de análises contrastivas e de ensino de alemão para estrangeiros. Buscando superar estas lacunas, o presente trabalho propõe-se a apresentar uma contribuição ao estudo teórico e aplicado das PMs visando, principalmente, o estudante brasileiro.

Embora as PMs tenham sido identificadas em um número expressivo de línguas, autores têm salientado (cf. Weydt, 1977) que é na língua alemã que elas podem ser sistematicamente descritas, onde chegam mesmo a substituir elementos comunicativos não-verbais (como a gesticulação) ou entoacionais. Assim, em seus enunciados, os falantes alemães recorrem, intuitivamente e a todo momento, às PMs sem que, no entanto, os leigos consigam descrever suas regras de uso.

Aparentemente, essas partículas podem ser omitidas sem que o conteúdo semântico do enunciado se modifique. Veja-se os exemplos abaixo, com as respectivas traduções para o português:

- |                                  |                   |
|----------------------------------|-------------------|
| (1) Arbeitest du da?             | Você trabalha aí? |
| (2) Arbeitest du <b>denn</b> da? | Você trabalha aí? |

Observe-se que a partícula **denn** parece nada acrescentar, em termos de significado, à indagativa do falante. Contudo, entre os dois enunciados existem, do ponto de vista pragmático, diferenças sensíveis. Em (1), o falante solicita uma informação, cuja resposta pode ser "sim" ou "não", sendo que em (2) realiza um ato ilocutório indicador de surpresa. Essa distinção, desempenhada em alemão pela partícula "denn", seria percebida, em português, no enunciado em questão, através de recursos como a entoação, o alongamento da vogal (i), entre outros.

Pesquisas realizadas com falantes alemães nativos (cf. Weydt et alii, 1983) revelaram que os mesmos avaliam as falas de nativos ou estrangeiros, permeadas de PMs, como "naturais", "fluente", "autênticas", "participativas". Ao contrário, as falas sem modalizadores foram percebidas como "frias", "secas", "reservadas", "sem envolvimento". Na mesma linha, estrangeiros auto-avaliam suas produções lingüísticas como parcimoniosas no emprego de PMs, o que acarreta dificuldades de ordem interacional, principalmente quando se trata de transmitir opiniões pessoais, que transcendem à mera troca de informações.

Estas pesquisas vieram corroborar os estudos teóricos de Weydt (1969) que, ao delinear o tipo de função exercida pelas PMs, distingue dois níveis de realização da língua: o nível da intenção e o nível da representação.

Para o autor, a função da PMs deve ser vista ao nível da intenção do falante, ou seja, ela expressa a posição do falante diante do enunciado emitido. Diferencia-se, desta forma, do significado ao nível da representação, que expressa o "dito", ou seja, o conteúdo semântico tacitamente estabelecido para a representação de objetos referenciais.

Assim, no exemplo (2) acima identifica-se, ao nível da representação, **du** (você) como um dos interlocutores, **arbeitest** (trabalha) é a ação a ele atribuída e **da** (aí) é entendido como dêitico de lugar, onde o interlocutor desenvolve a ação referida. Já **denn** não é passível de análise ao nível da representação, mas sim ao nível da intenção, apontando para um estado de perplexidade do falante. Uma característica inerente às indagativas com **denn** é o fato de que aquele que indaga tem certeza que o ouvinte sabe a resposta à sua pergunta, ou seja, **denn** funciona como um dos elementos que, na intenção, identifica uma indagação de caráter retórico.

Generalizando-se, é possível afirmar que as PMs fornecem ao ouvinte "dicas" sobre a posição do falante diante do que enuncia. Elas transmitem ao ouvinte mais do que os vocábulos constitutivos de indagativas, ordens, afirmações, etc., informam ou, dito de outra forma, as PMs configuram ao enunciado determinado valor ilocutório que, sem elas, não seria percebido.

Gornik-Gerhardt (1981), partindo de uma análise funcionalista da linguagem atribui às PMs funções expressivas e interativas, na medida que fazem referências ao contexto, ao interlocutor e à coesão do discurso. Para a autora (1981:27), no entanto, "o uso do conceito de função não deve implicar que as PMs sejam palavras vazias, palavras sem significado (. . .) mas sim, que as PMs são portadoras de um tipo particular de significação" que só pode ser apreendido em contextos específicos. Ainda assim é possível afirmar que, do ponto de vista semântico, as partículas são elementos lingüísticos que não interferem nas condições de verdade-falsidade do enunciado. Na realidade, elas não integram o núcleo semântico de um

enunciado, devendo ser categorizadas como elementos básicos na configuração dos atos de fala.

A função comunicativa das PMs no interior dos enunciados depende, diretamente, das condições contextuais de produção, podendo vir ou não em conjunto com outros indicadores pragmáticos. Quando descotextualizadas, as partículas deixam de incorporar a função de que eram portadoras no interior do enunciado, ou mesmo num contexto mais amplo. Saliente-se, pois, que a escolha de determinada PM, num contexto específico, não é aleatória, já que deve haver compatibilidade entre o tipo de fala proferido e a partícula selecionada. Delineia-se, dessa forma, uma via de mão dupla, ou seja, não apenas a função da PM é dependente do contexto, mas ela também acrescenta ao contexto um novo significado de conotação pragmática.

Seguindo os autores acima mencionados, considera-se aqui como um dos traços pragmáticos definidores de PM o fato de indicarem o posicionamento do falante frente ao enunciado por ele emitido. Como exemplo de palavras da língua alemã com esse tipo de função, tem-se : aber - auch - bloss - denn - doch - eben - etwa - halt - einfach - ja - mal - erst - vielleicht - eigentlich - nur - ruhig - schon - wohl.

Em regra geral, os estudos sobre PMs dedicam-se à sua descrição semântico-pragmática, desconsiderando outros níveis de análise. Mesmo concordando que aquele é o traço básico das PMs, o nível morfosintático não pode ser ignorado. Saliente-se aqui, que as PMs possuem palavras homônimas, ao nível da representação, classificadas como advérbios (na sua maioria), adjetivos, conjunções, e que, frequentemente, funcionam como elemento complicador na aprendizagem das partículas. Considere-se os exemplos abaixo:

- (3) Das Kind war **vielleicht** frech. O (a) menino(a) foi mesmo atrevido(a).
- (4) Kommst du heute abend? **Vielleicht**. Você vem hoje à noite? Talvez.

No exemplo (3), **vielleicht** é usado enquanto PM, qualificando a avaliação do falante diante de determinado fato. Simultaneamente, ao recorrer à partícula "vielleicht", o falante busca conseguir a concordância do ouvinte para com seu posicionamento. Em (4) **vielleicht** é um advérbio, sendo empre-

gado como resposta a uma indagativa do interlocutor. Ao contrário deste, a PM não pode, isoladamente, atuar como resposta a uma indagativa. Outro elemento distintivo entre as PMs e seus homônimos são os traços suprasegmentais. O acento do enunciado pode recair sobre os homônimos, o que raramente ocorre com as partículas. Observe-se os exemplos a seguir, que trazem **eben** acentuado e não-acentuado:

Acentuado (advérbio de tempo)

- (5) Das hat er mir **ében** geschenkt. Ele acabou de me presentear isso. (Há pouco).

Não-acentuado (PM)

- (6) Das hat er mir **eben** geschénkt. Ele me presenteou isso. (Portanto, me pertence).

Os enunciados (5) e (6) apresentam idêntica distribuição sintática no interior da frase. Contudo, a acentuação divergente a eles atribuída possibilita a identificação de **eben** enquanto advérbio de tempo ou PM.

Do ponto de vista morfológico, a característica básica das PMs reside no fato de não serem passíveis de flexão. Todavia, sendo esta uma peculiaridade comum a outras partículas, não pode ser tida como definidora, mas deve ser considerada em conjunto com outras características, principalmente as de natureza pragmática.

Ao nível sintático alguns aspectos merecem ser destacados, ou seja, as PMs:

- não ocupam a primeira posição na estrutura frasal;
- podem ser, em regra, eliminadas dos enunciados, sem que estes se tornem agramaticais;
- não constituem, isoladamente, um enunciado completo;
- não podem ser negadas (sempre que presentes em enunciados negativos ocupam posição anterior ao item lexical negativo);
- ocupam posição posterior à do verbo;
- atuam como constituintes do enunciado como um todo, não se agrupando com constituintes específicos.

As pesquisas até aqui realizadas no campo da sintaxe não permitem ainda sistematizações mais amplas, o que dificulta sua aplicação no ensino de alemão como língua estrangeira. Além disso, como constata Weydt (1981:53) "o estudo

sintático até o momento diz respeito exclusivamente a partículas isoladas no âmbito de frases gramaticalmente corretas. Já a formulação de regras referentes à combinação de duas partículas causa dificuldades". Consequentemente, para os falantes estrangeiros, a produção espontânea de duas ou mais partículas combinadas implica em questões de ordem pragmática, sintática e até mesmo cognitiva, ainda não resolvidas.

As dificuldades acima levantadas são reforçadas em virtude de duas circunstâncias básicas, de ordem pedagógica:

- os diálogos naturais estão sujeitos a limitações concretas em sala de aula;
- o tratamento dado às PMs nos livros didáticos é ainda insatisfatório.

Embora, a partir da proposta de ensino comunicativo, o índice de PMs nos livros didáticos seja mais significativo, seu enfoque qualitativo deixa ainda a desejar. As partículas permanecem como elementos lingüísticos de "segunda ordem" na medida que não são trabalhadas dentro de uma abordagem teórico-metodológica consequente.

Ainda que as PMs apresentem dificuldades de ensino-aprendizagem ainda não devidamente discutidas, alguns passos podem ser sugeridos para que sua aquisição ocorra de forma mais agradável e eficiente. Nesse sentido, três fases devem ser basicamente consideradas pelo(a) professor(a). Vale ressaltar que essas fases obedecem a um mero princípio de sistematização, não devendo ser entendidas como numa sequência temporal, já que estão interligadas. São elas:

a) **Fase de Sensibilização:** aqui o aluno é levado a desenvolver uma sensibilidade lingüística para com as PMs, deixando de percebê-las como elementos "vazios";

b) **Fase de Estratégias Cognitivas:** as dificuldades advindas do fato que as partículas possuem homônimos podem ser, em parte, superadas através de estratégias como a comparação PM-homônimo, quanto a seus traços sintático-semântico-pragmáticos, agrupando-os a partir das funções que exercem no interior do enunciado. Outra estratégia eficiente é a que recorre ao trabalho contrastivo, de forma a explicitar o recurso lingüístico que, em português, poderia expressar o valor intencional, interacional e ilocutório contido nas PMs do alemão;

c) **Fase de Exercícios:** essa fase deve visar, preponderantemente, a aquisição produtiva e contextualizada do valor ilocutório das partículas. O aspecto entoacional deve receber atenção especial. Bastante produtivo é quando, no decorrer do processo, alunos e professor(a) constroem, coletivamente, um "Pequeno Manual de Uso das Partículas", com intuito de, progressivamente, sistematizar o conhecimento adquirido.

Frente ao que foi exposto podemos concluir que tanto a Linguística Teórica quanto a Aplicada têm uma expressiva contribuição a dar ao estudo das PMs, desenvolvendo pesquisas que possibilitem uma descrição mais acurada da motivação interna que rege as PMs. Na medida que se reconhece o importante papel que as partículas desempenham no contexto interativo, compreende-se que elas não podem continuar sendo ignoradas no ensino-aprendizagem de alemão para estrangeiros. Assim, considera-se que a contribuição mais expressiva deste trabalho não está em trazer respostas definitivas às colocações feitas, mas justamente em levantar questionamentos que merecem ser investigados.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, Hans (1976). *Die Gradpartikel Im Deutschen*. Tübingen, Max Niemeyer.
- CL MENT, D. e THUMMEL, W. (1975). *Grundzüge einer Syntax der Deutschen Standardsprache*. Frankfurt, Suhrkamp.
- GORNIK-Gerhardt, Hildegard (1981). *Zu den Funktionen der Modalpartikel "schon" und einiger ihrer Substituentia*. Tübingen, Gunter Narr.
- HENTSCHEL, Elke (1986). *Funktion und Geschichte deutscher Partikeln*. Tübingen, Max Niemeyer.
- KEMME, Hans-Martin (1979). *Ja, Denn, Doch, usw. Die Modalpartikeln Im Deutschen*. Munique, Goethe-Institut.
- LEVINSON, Stephen (1990). *Pragmatik*. Tübingen, Max Nimeyer.
- WEYDT, Harald (1969). *Abt nungspartikel. die deutschen Modalw rter und ihre franz sischen Entsprechungen*. Bad Homburg, Gehlen.

- WEYDT, Harald (1977) (org.). **Aspekte der Modalpartikeln**. Tübingen, Max Niemeyer.
- WEYDT, Harald (1981). Methoden und Fragestellungen der Partikelforschung. In: H. Weydt (org.). **Partikeln und Deutschunterricht**. Heidelberg, Julius Gross. pp. 45-64.
- WEYDT, Harald et alii (1981). **Kleine deutsche Partikellehre**. Stuttgart, Ernst Klett.
- WEYDT, Harald e HENTSCHEL, Elke (1983) Kleines Abt nungsw r-terbuch. In: H. Weydt (org.). **Partikeln und Interaktion**. Tübingen, Max Niemeyer, pp. 3-24.

## **COMUNICAÇÃO, LITERATURA E INFORMÁTICA APLICADA AO ENSINO DE LÍNGUAS ESTRANGEIRAS**

*Yaracylda O. Farias - UFPE*

A conceito de comunicação abordado neste trabalho é o que diz respeito ao processo de aprendizagem, sendo pois, uma noção pedagógica que se estabelece num ambiente que parte da confiança, que nasce do fato de se estar bem e se sentir à vontade, que conduz assim o aprendiz a se sentir motivado a expressar sua opinião assim como se interessar pela dos seus colegas. Uma vez criado este clima, a comunicação se exerce como sendo a troca de opiniões, de sentimentos, de experiências, apelando para uma interação constante dentro do grupo.

O objetivo da pesquisa foi a criação do conteúdo e a elaboração das atividades de um tutorial para o ensino do francês língua estrangeira (CELIA).

A especificidade da pesquisa é o elo entre a literatura (cultura) e a língua falada com auxílio da informática e através dos princípios da Expressão Livre, prática pedagógica desenvolvida na França por Michel Gauthier, oriunda das teorias de Freinet, Montessori e Decroly. Esta pedagogia prevê a valorização da expressão do aluno e o respeito ao seu ritmo de aprendizagem.

Neste trabalho, o estudo de textos literários é desenvolvido numa perspectiva de comunicação onde o computador é uma ferramenta e não um objeto de coerção. Para tal, a reformulação de conceitos pedagógicos e lingüísticos bem como mudanças na conduta pedagógica fez-se mister.

Através de textos literários contraídos (dos quais conservamos sobretudo os discursos dialogais) que representam uma situação, um acontecimento, permitimos ao aluno expressar suas impressões, julgamentos, ou "viver" a mesma aventura que os personagens da história. Os textos são "pretextos" para uma comunicação entre o aluno e a máquina. Mas isto não impede a existência da língua escrita e por conseguinte apresentamos textos onde coabitam tempos literários como o "passé simple" e o discurso conversacional, como nos textos extraídos de obras de Colette e Zola.

A contração dos textos literários compôs um capítulo especial da Tese haja vista a importância e o aspecto judicioso deste assunto.

Como utilizar a literatura para praticar a língua? O caso pode dar margem à controvérsia; poder-se-ia cogitar que o estilo literário não é o mais indicado para a aprendizagem da língua na perspectiva da abordagem comunicativa. Nós respondemos que os textos escolhidos não representam um modelo de língua e sim uma situação, um pretexto para a conversação; além do mais, nós partimos da literatura por ser ela um meio de expressão de um povo e veículo de sua cultura. Por outro lado, somos da opinião que a literatura deve ser demitizada, ou popularizada: que ela saia das prateleiras das bibliotecas. De modo geral nossos alunos lêem muito pouco, menos ainda quando se trata de literatura estrangeira, muitos recorrem à crítica literária sem ter passado pela obra. Há quem tema a literatura, vendo-a singularmente como produto e objeto das elites. É contra esta concepção que entendemos lutar, fiéis ao nosso propósito de liberdade e de abertura que nos guiou não somente na escolha dos textos literários como também em todos os níveis da elaboração de conteúdos e atividades.

A língua literária, pedagogicamente, dá lugar à língua corrente, ou seja, o fato de apresentar textos literários não implica forçosamente em se exercitar com os alunos a língua literária.

Na pedagogia tradicional, o ensino das literaturas estrangeiras implicava na aprendizagem da estilística e da gramática antes da prática da língua estrangeira. A comunicação em sala de aula era feita em língua materna. Porém, o advento do francês fundamental, ocasionou, na França, o desmoronamento desta antiga tendência pedagógica e fez com que a língua escrita fosse totalmente rejeitada.

O tutorial CELIA é a ponte entre estas duas teorias. A partir de um texto de um grande autor o aluno é levado a se expressar na língua coloquial e não num estilo literário. O ponto relevante deste tutorial consiste, por um lado, em deixar o domínio da gramática e por outro, em pôr também ao alcance de um público não erudito, ou seja a massa, um conhecimento considerado elitizado.

### **A metodologia da pesquisa**

A partir de experiências positivas observadas e vividas com a pedagogia da Expressão Livre no Instituto Universitário de Tecnologia da Paris V, decidimos encarar o desafio de aplicar o método Gauthier ao francês língua estrangeira no Brasil. Partimos da escolha de quinze textos de autores franceses. A escolha destes textos foi submetida a critérios tanto psico-pedagógicos como lingüísticos. Em seguida, passamos à contração dos referidos textos em pequenas narrativas onde predomina o discurso conversacional para facilitar a passagem à língua falada e à situação de comunicação. Tendo efetuado as contrações dos quinze textos, selecionamos finalmente seis deles e os classificamos por tema para compor o que chamamos a primeira parte de CELIA.

### **A exploração de textos literários**

Permitindo ao leitor várias leituras possíveis, \_ no sentido em que o documento é rico em informações culturais que são postas à sua disposição e não impostas \_, a exploração dos textos representa uma inovação pedagógica. Na apresentação de um texto, o usuário pode, se assim o desejar, ter explicações para todas as palavras.

Para cada uma delas estão previstas explicações em três níveis diferentes: sentidos virtuais e atualizados, expli-

cações estilísticas contextuais e prertextuais, explicações metalingüísticas com quadros morfossintáticos. Cabe ao aluno escolher que tipo de explicação ele deseja ter, escolhendo entre as três janelas que lhe serão propostas cada vez que ele selecionar uma palavra do texto.

Na nossa concepção o aluno é livre para escolher o seu ritmo de trabalho, por isso todo e qualquer texto poderá ser o primeiro ou último. Não existe uma ordem de seqüência dos disquetes nem muito menos dos exercícios propostos em relação aos textos, uma vez que o aluno pode retroceder (solicitar o texto) ou avançar quantas vezes quiser. A qualquer momento, o texto (ou os textos) base poderá ser solicitado acionando-se uma tecla função.

### **As atividades propostas**

São atividades de comunicação onde o aluno desenvolve suas estratégias de aprendizagem, assim como o seu raciocínio, sendo encorajado a agir e se posicionar diante das situações e dos temas apresentados.

O essencial, para nós, são os exercícios nos quais o aluno se expressa na língua estrangeira. Ele pode fazê-lo em dois níveis:

- O texto de origem, rapidamente decifrado, é um pretexto para fazer com que o educando se expresse como se estivesse (ou tivesse estado) na mesma situação; o exercício lhe faz viver aventuras imaginárias como na simulação "Le combat de phoques" (o combate de focas) no didático "La petite plage" (simulação de uma cena onde os alunos interagem como personagens que brincam na praia);
- Ou então, o texto é rico em informações culturais, literárias, e o objetivo da expressão é fazer com que o aluno expresse as nuaças, as riquezas que ele sente neste texto: é o comentário dirigido (dirigido através de questões e de projetos de respostas, do didático). Para ajudar este comentário dirigido, há a segunda janela da apresentação de texto;
- Em último lugar, há o exercício escolar (que nós desescolarizamos) da "tradução", exercício voltado para o sentido, para a compreensão; e no qual o computador aceita várias traduções.

Para que este trabalho fosse possível, necessitamos de um longo período de elaboração das previsões ou seja da memória passiva dos didáticos. De um lado houve a elaboração dos conteúdos a serem apresentados aos usuários, por outro lado houve a preparação das análises de respostas em termos de previsões. Para cada frase proposta ao aluno era necessário prever quais as traduções possíveis aceitáveis. Analisamos e esquematizamos as frases (em árvores), que previam não somente a passagem à estrutura subjacente como também as mudanças de registros de língua, levando-se em conta variantes gramaticais judiciosas, numa média de noventa combinações possíveis. O mesmo tipo de trabalho foi feito nos programas de análise de respostas para previsão das formulações nas atividades de simulação, de lógica e de expressão.

Para concluir esta apresentação retomamos os objetivos da Tese e do tutorial em si. A Tese, sendo de caráter operacional, destina-se à experimentação. Ela participa dos projetos de criação de um laboratório Informático de pedagogia experimental na UFPE.

CELIA não é um método de aprendizagem: é o brotar de uma futura mediática pelo computador, eis porque não há progressão linear nem relação de dependência entre os didáticos que o compõem, permitindo maior liberdade aos usuários. Ele não pretende substituir as aulas de conversação, mas aparece como seu complemento, ou poderá ser totalmente independente de um contexto escolar, utilizado por particulares desejosos de uma imersão na cultura estrangeira. A troca de idéias que é proporcionada pelos didáticos do tutorial, implica um intercâmbio cultural entre os dois países, França e Brasil. Através dos textos nós levamos a civilização do país cuja língua é o veículo.

### **Implicações teóricas**

Nosso trabalho representa o resultado de inúmeras reflexões pedagógicas que foram transportadas ao computador. Fomos conduzidos a tecer uma nova concepção da contribuição da Lingüística ao Ensino de Línguas.

O papel do professor é o do observador: ele aprende com a sua própria aula. Segundo a Expressão livre, o profes-

sor é aquele que atentamente assiste o que se passa na classe e que parte desta observação em busca de uma teorização, ou seja, são as suas observações dos fatos, inspirações e condutas pedagógicas que o conduzem a uma reflexão lingüística e não o contrário. No apogeu do estruturalismo, os professores "consumiam" a lingüística; partindo das teorias lingüísticas vigentes na época poucos observavam o que realmente se passava em sala de aula: a inadequação do estruturalismo ortodoxo aos anseios do alunato, o massacre da espontaneidade.

O professor deve estar atento aos efeitos de moda que também prevalece nas ciências, tendo sempre em meta a satisfação e o proveito dos seus alunos.

---

1 - (Communication en expression libre par le moyen de l' informatique appliquée), Tese de Doutorado defendida na Universidade René Descartes, Paris V, em março de 1990, por Yaracylda O. Farias, sob a orientação do professor Michel Gauthier, tendo obtido Distinção da Banca com "Mention Très Honorable".

## PODER NAS INTERAÇÕES VERBAIS ENTRE OS SEXOS

*Judith C. Hoffnagel - UFPE*

Há um crescente interesse na Lingüística em investigar como as estruturas lingüísticas (fonológicas, sintáticas, lexicais e pragmáticas) servem a funções sociais. Uma das questões sendo investigada é a de poder e como relações de poder são expressas através da linguagem. Um estudo, por exemplo, tem como objetivo mostrar como “estruturas lingüísticas são usadas para explorar, sistematizar, transformar e frequentemente ocultar, análises da realidade; para regular as idéias e o comportamento dos outros; para classificar e avaliar pessoas, eventos e objetos, e para enfatizar status institucionais ou pessoal” (Fowler et al. 1979:3). O estudo se baseia em três proposições sobre como a linguagem funciona na prática social (1979:1):

- 1) a linguagem que usamos e que nos é dirigida incorpora pontos de vista ou “teorias” específicas da realidade;
- 2) a variação em tipos de discurso é inseparável de fatores sócio-econômicos. Isto é, as variações lingüísticas refletem e, o que é mais importante, expressam ativamente as diferenças sociais estruturadas;
- 3) o uso de linguagem não é meramente um efeito ou reflexão da organização ou dos processos sociais; ele é uma parte do processo social. É o uso da linguagem que constitui os significados sociais e assim, as práticas sociais.

A maioria dos estudos sobre linguagem e poder tem como enfoque a análise do discurso institucionalizado onde os eventos interacionais têm um objetivo definido, as situações e contextos são caracterizados por normas convencionalizadas e um dos participantes representa um papel que resulta de sua posição na instituição. É essa posição que legitima seu poder ou controle sobre o discurso. Exemplos do discurso institucionalizado são aqueles entre médico-paciente; professor-aluno; juiz-testemunho; empregador-empregado, etc.

Embora as conversações casuais ou espontâneas tenha sido objeto de estudo por etnometodólogos e lingüistas (cf. Sacks, Schegloff & Jefferson 1974; Schenkein 1978) há mais

de quinze anos, poucas têm sido analisadas em termos das relações de poder manifestas nelas. Aliás, o esquema proposta por Sacks, Schegloff & Jefferson pressupõe uma situação de igualdade entre os participantes na conversa. Hoje, porém, é muito claro que mesmo nas conversas casuais, os interlocutores são frequentemente desiguais numa variedade de dimensões sociais (idade, sexo, raça, classe, lugar de origem).

Uma exceção a essa situação se encontra na literatura sobre linguagem e sexo onde vários autores (cf. bibliografia em Thorne, Kramarae & Henly 1983) sugerem que a chamada diferença entre a fala feminina e masculina se deve à diferenciação dos papéis que o homem e a mulher assumem em sociedade. Segundo Zimmerman & West (1975:125) "o poder e o domínio que são privilégios dos homens em certos contextos e situações da vida social, adquirem formas definidas e padronizadas, sendo exercidas também na interação conversacional com as mulheres".

## **PODER, CONTROLE E ASSIMÉTRIA**

É interessante notar que mesmo na literatura sobre linguagem e sexo que trata de poder, a noção de poder em si, não é discutida. Por isso, nesta seção apresento o conceito de poder e os conceitos relacionados de controle e assimetria.

Kress e Fowler (1979:63) sugerem que as relações comunicativas em geral são assimétricas no sentido de que "um participante tem mais autoridade que o(s) outro(s). . . que a relação é mais ou menos competitiva, uma negociação pelo poder". Para estes autores toda aparência de intimidade, solidariedade e cooperação nas relações comunicativas seria ilusória, embora admitem que os autores nesta competição não estão necessariamente conscientes desta negociação de poder em que estão envolvidos. Isto porque, segundo Fowler e Kress (1979:185-186), existem significados sociais expressos na estrutura sintática e lexical duma língua natural que são articulados quando falamos. Não existem discursos que não incorporem estes significados. Nossas "seleções organizadas" dentre estes significados representam nossas "teorias práticas" da natureza dos eventos comunicativos em que participamos: fomos socializados para ter essas teorias e nossas se-

leções são, em geral, automáticas. e como van Dijk (1987:16) lembra, "é através do discurso que pessoas 'aprendem' adquirir, manter ou aceitar poder. E ainda mais crucial, é através do discurso que desenvolvem as cogitações sociais que legitimam o poder".

O mesmo autor observa que poder é uma noção que no macro-nível se refere ao poder social (por exemplo, o poder econômico, político, cultural, etc.). No micro-nível é o exercício das prerrogativas oriundas dessas estruturas mais latas que se manifestam na organização local das relações interpessoais. A noção de poder, portanto, inclui os seguintes aspectos (cf. Marcuschi 1988; van Dijk 1987; Fowler 1985; Fairclough 1989):

a) o poder é analisado em relação a conceitos tais como dominância, influência, força, autoridade, prestígio, coerção, manipulação, persuasão, e legitimação;

b) embora possamos falar de poder individual (baseado, por exemplo, em força ou autoridade), a maioria das formas de poder é baseada no poder social que as pessoas derivam da sua posição em grupos, classes ou instituições;

c) o poder é uma noção relacional em que um indivíduo A exerce controle sobre outro B, significando que poder é uma propriedade de uma relação específica entre A e B;

d) o poder é uma propriedade específica da interação e, como tal, nem sempre é exercido de forma explícita, sobretudo nas relações discursivas;

e) a execução do poder por A normalmente só faz sentido se o controle de A sobre B serve os interesses de A; isto é, contribui para a manutenção da posição sócio-econômica ou cultural preferida por A;

f) o poder baseia-se em geral na posse de recursos socialmente valorizados mas desigualmente distribuídos, tal como status, conhecimento, especialização, etc.

A noção de poder implica numa situação assimétrica. A assimetria descreve uma relação de desequilíbrio ou desigualdade. Num evento de fala, por exemplo, uma relação assimétrica implica em que um dos participantes tenha mais poder ou autoridade que o(s) outro(s). A assimetria pode ser expressa em diferenças quanto às formas de tratamento usadas entre os participantes; quanto ao estilo (formal, informal); quanto ao tipo de atos de fala (comandos, ordens, promessas, pedidos,

etc.). Em resumo, como lembra Marcuschi (1988:58) "na assimetria pode-se notar uma diferença de poder social, pessoal e institucional; uma diferença na seleção de recursos lingüísticos; uma diferença de identidade social com componentes de classe, personalidade e status. Estes são os ingredientes que compõem a distância social entre os participantes".

Possuir poder numa interação implica na possibilidade de controlar o desenvolvimento da interação e as pessoas que nela participam. Ao mesmo tempo, segundo Marcuschi (1988:61), o poder pessoal aumenta na medida em que o indivíduo acumula possibilidades de controlar outros e sugere que os membros mais fortes numa interação têm a possibilidade de exercer controle direta e indiretamente: diretamente através dos atos de fala explicitamente manipulativos tais como dar ordens, inquirir, proibir, etc.; e indiretamente, ao definir o que poder ser discutido, iniciar ou concluir tópicos, e determinar o estilo do discurso.

Nas duas décadas de estudos sobre linguagem e sexo, estimulados principalmente pelo Movimento Feminista, vários aspectos da relação entre linguagem, sexo e poder têm sido alvo de reflexão e estudo. Podemos dividir estes estudos em dois grandes conjuntos: o primeiro inclui os estudos sobre sexismo lingüístico onde temos os estudos de como mulheres e homens são representados na linguagem, mostrando a discriminação de mulheres pela maneira em que se fala delas ou se refere a elas. É neste conjunto também que temos as várias tentativas de mudar a linguagem (especialmente na língua inglesa). Aqui se trata do poder histórico que os homens têm em termos de negar às mulheres espaço, falado ou escrito, na sociedade em geral.

O segundo conjunto de estudos investiga o uso diferenciado da linguagem por mulheres e homens. O empenho nestes estudos está no sentido de identificar e explicar este uso diferenciado. Segundo Coates (1988:65-66), as duas abordagens principais neste segundo conjunto de estudos se baseiam em dois pontos de vista sobre o status da mulher na sociedade: um que vê mulheres como um grupo minoritário, oprimido e marginalizado e outro que simplesmente vê mulheres como sendo diferentes dos homens. Relacionado ao primeiro ponto de vista é a abordagem que Coates denomina de

**dominância.** Pesquisas adotando esta abordagem interpretam as diferenças lingüísticas na competência comunicativa de homens e mulheres como uma reflexão da dominância masculina e submissão feminina prevalente na sociedade em geral.

A outra abordagem chamada por Coates de **diferença**, enfatiza a idéia de que mulheres e homens pertencem a subculturas diferentes e as diferenças no seu comportamento comunicativo refletem estas subculturas diferentes. A diferença básica entre as duas abordagens é que na primeira, enquanto mostra as diferenças entre os sexos e enfatiza a submissão da mulher, ao mesmo tempo tende a perpetuar o estereótipo da mulher como uma falante fraca ou frágil e de uma certa forma inepta ou incapaz.

A segunda abordagem embora demonstre as diferenças entre os estilos femininos e masculinos de falar, tende de interpretar essas diferenças de forma positiva, principalmente ao valorizar o estilo feminino. Isto é, em vez de ver a linguagem da mulher como inferior a do homem, vê-la como simplesmente diferente.

Uma das observações mais nítidas que surge dos muitos estudos sobre linguagem e sexo é que mulheres tendem a organizar sua fala cooperativamente enquanto os homens tendem a organizar sua fala competitivamente. Estes diferentes modos de organização implicam em diferentes regras de conversação. Especificamente mulheres e homens diferem nas suas expectativas do que constitui um componente normal de conversação, de como as conversações devem progredir, da importância de respeitar o direito do falante corrente terminar seu turno, e da importância de apoiar ativamente o falante corrente. Parece que nas conversações entre os sexos, as mulheres se esforçam mais em manter e facilitar a conversação.

A seguir discuto brevemente alguns dos fenômenos lingüísticos e interacionais associados com as diferenças na fala de mulheres e homens e que contribuem para a situação assimétrica nas conversações entre os sexos. Ao mesmo tempo que resumo as conclusões encontradas na literatura (principalmente das línguas inglesa e alemã), comentarei os resultados, ainda parciais, da pesquisa *Linguagem da Mulher*.<sup>1</sup>

1. **PERGUNTAS.** Segundo Fishman (1980), o significado de perguntas parece ser diferente para homens e mulheres. Estas usam perguntas mais como parte duma estratégia geral para a manutenção da conversa. Perguntas são atos de fala que requerem um ato de fala subsequente \_ a resposta, assim que usando perguntas desta maneira é um meio de assegurar que a conversa continue. Os homens por sua vez tendem a interpretar as perguntas como simples pedidos de informação. A diferença aqui é vista como sendo entre modos diretos e indiretos de agir, sendo que quem tem mais poder pode agir diretamente.

Na pesquisa *Linguagem da Mulher* (doravante LM), uma análise de cinco conversações espontâneas entre homens e mulheres (35 minutos), mostrou que as mulheres fizeram mais perguntas do que os homens. Quando analisada a produção masculina e feminina em termos da função das indagações, nota-se uma diferença que corrobora a tese de Fishman. Enquanto os homens fizeram mais perguntas de conteúdo (com função de pedir informação), as mulheres produziram mais perguntas com a função de esclarecimento (pedido de elaboração do tópico do outro)<sup>2</sup>. Este resultado é interessante porque perguntas que pedem esclarecimentos têm mais a ver com problemas endotextuais e normalmente ocorrem quando há um baixo índice de compreensão mútua ou algum tipo de assimetria na relação, com o menos poderoso fazendo os pedidos de esclarecimento.

2. **LIGAÇÕES ENTRE TURNOS DE FALA.** Quando um falante toma o turno na conversação ele pode começar ao reconhecer explicitamente a contribuição do(s) falante(s) anterior(es) e pode então falar um tópico diretamente ligado com o que aconteceu anteriormente. Parece que este padrão é tipicamente adotado por mulheres. Por outro lado, os homens não sentem a necessidade de fazer uma ligação com a contribuição do falante anterior, e é muito mais provável que o homem ignore o que foi falado antes e começa diretamente a falar no seu próprio tópico. Dados preliminares da LM tendem a confirmar este comportamento masculino, embora falte ainda uma análise sistemática deste aspecto.

3. **MUDANÇA DE TÓPICO.** Mudanças entre tópicos nas conversas entre homens tendem a ser abruptos, enquanto as mulheres tipicamente constroem suas contribuições em cima da fala anterior assim que as mudanças de tópicos são graduais. Os resultados da LM confirmam esta tendência. A mudança de tópico implica no fechamento do tópico em curso e a introdução de um novo tópico. O modo mais eficaz de propor tópicos novos é ir afirmando o que se pretende dizer, ou seja, mediante uma estratégia assertiva. Essa estratégia é usada preferencialmente pelos homens, o que também lhes garante o maior número de tópicos e lhes dá um domínio sobre a orientação dos assuntos na conversação<sup>3</sup>.
4. **INTERRUPÇÕES.** Interrupções, ou a fala de outro falante durante o turno do falante corrente, fazem parte da conversa relaxada e informal entre iguais. Mulheres frequentemente fazem comentários e respostas mínimas durante o turno da outra. No contexto da interação entre só mulheres, tal comportamento não é visto como uma tentativa de negar o direito do falante corrente completar seu turno, mas como evidência de uma ouvinte atenta e participativa. As interrupções dos homens, do outro lado, parecem ter como finalidade, a tomada do turno e portanto estão percebidos como uma tentativa de negar o direito do falante corrente de terminar seu turno. Segundo Zimmerman e West (1975), nas conversas entre os sexos, o uso de interrupções pelos homens resulta no fato de que as mulheres deixam de falar.
- Diferente dos resultados citados por Zimmerman e West, na LM não há diferenças muito significativas em termos de números de interrupções feitas por homens e mulheres. Nas conversas espontâneas, porém, tanto homens e mulheres interrompem mais o interlocutor do sexo oposto do que o do mesmo sexo, que pode indicar que conversas entre os sexos são mais problemáticas.<sup>4</sup>
5. **O ATO DE OUVIR.** Na conversa os participantes têm dois principais papéis, como falantes e como ouvintes. Várias pesquisas mostram que as mulheres valorizam o papel de ouvinte. Elas usam respostas mínimas, não interrompem no

sentido de tomar o turno, e ativamente encorajam outros a falarem. Homens parecem ver a conversa como uma competição onde a meta é a de ser o falante. Isso significa que suas estratégias conversacionais envolvem a tentativa de tomar o turno quando possível e mantê-lo. O papel de ouvinte não é valorizado pelos homens. Essa situação se confirma na LM onde nas conversas espontâneas mistas, das manifestações de ouvinte, 70% foram produzidas por mulheres e apenas 30% por homens.

Em conclusão, pode ser argumentado que sua competência num estilo diferente daquele do homem causa as mulheres ficarem em desvantagem na conversa com os homens. Nas conversas mistas mulheres fazem mais trabalho interativo, apoiando os tópicos dos outros, respeitando os turnos dos outros, facilitando o fluxo conversacional através do uso de perguntas.

O resultado disso é que os homens controlam e portanto, dominam a conversa entre os sexos.

## NOTAS

1. A pesquisa **A LINGUAGEM DA MULHER: O MODO FEMININO DE FALAR**, desenvolvido por Judith Hoffnagel e Elizabeth Marcuschi, teve seu início em 1988 com financiamento da Fundação Carlos Chagas e CNPq, (cf. Hoffnagel e Marcuschi 1988, 1992; Marcuschi e Hoffnagel 1990).
2. Não foram incluídas aqui as perguntas retóricas nem as "tag questions" (perguntas póspostas do tipo *é bonita, não é?*).
3. Nas conversações espontâneas e diálogos do NURC entre homens e mulheres analisadas pela LM, 109 tópicos foram introduzidos, 61% por homens e 39% por mulheres.
4. Um fato interessante, porém, é que no caso das mulheres 35% das suas interrupções vem em o que Sacks, Schegloff e Jefferson (1974) chamam de "possible completion point" enquanto apenas 24% das interrupções dos homens ocorrem nesta condição. Isto significa que as mulheres são talvez mais sensíveis às regras da conversação.

## IBLIOGRAFIA

- COATES, JENNIFER. 1986. **Women, Men and Language**. London, Longman.
- FAIRCLOUGH, NORMAN. 1989. **Language and Power**. London, Longman.
- FISHMAN, PAMELA. 1980. Conversational Insecurity. In Giles, Robinson and Smith, eds. **Language: Social Psychological Perspectives**. Oxford, Pergamon Press, pp. 127-132.
- FOWLER, ROGER. 1985. Power. In van Dijk, ed. **Handbook of Discourse Analysis**. London, Academic Press, 4:61-82.
- FOWLER, ROGER e KRESS, GÜBTER. 1979. Rules and regulations. In Fowler et al. **Language and Control**. London, Routledge & Kegan Paul, pp. 26-45.
- FOWLER, ROGER et al. 1979. **Language and Control**. London, Routledge & Kegan Paul.
- HOFFNAGEL, JUDITH e MARCUSCHI, ELIZABETH. 1988. Linguagem e Sexo: estudos sobre a fala feminina. **Investigações** 1:39-49.
- HOFFNAGEL, JUDITH e MARCUSCHI, ELIZABETH. 1992. O Estilo Feminino na Interação Verbal. In Costa e Bruschini, orgs. **Entre a Virtude e o Pecado**. São Paulo, Rosa dos Tempos, pp. 119-146.
- KRESS, G. e FOWLER, R. 1979. Interviews. In Fowler et al. **Language and Control**. London, Routledge & Kegan Paul, pp. 63-80.
- MARCUSCHI, ELIZABETH e HOFFNAGEL, JUDITH. 1990. Formas indagativas na Interação Homem e Mulher. **A Mulher na Literatura** 3:296-311.
- MARCUSCHI, LUÍS ANTÔNIO, 1988. Manifestações de Poder em Formas Assimétricas de Interação. **Investigações** 1:51-70.
- SACKS, H. SCHEGLHOFF, E. e JEFFERSON, G. 1974. A Simplest Systematics for the Organization of Turn-taking for Conversation. **Language** 50:696-735.
- SCHENKEIN, J. 1978. **Studies in the Organization of Conversational Interaction**. New York, Academic Press.
- THORNE, B. KRAMARAE, C. e HENLY, N. 1983. **Language, Gender and Society**. Rowley, MA., Newbury House.
- VAN DIJK, T.A. 1987. Social Cognition, Social Power and Social Discourse. Trabalho apresentado no International Conference on Social Psychology and Language. Bristol. (mimeo)
- ZIMMERMAN, E. e WEST, C. 1975. Sex Roles, Interruptions and Silences in Conversation. In Thorne e Henly, eds. **Language and Sex: Difference and Dominance**. Rowley, MA., Newbury House, pp. 105-129.

**ESTRATÉGIAS DE CRIAÇÃO DE HUMOR  
NA ENTREVISTA TELEVISIVA  
- ESTUDO DE CASO -**

*Isaltina Mello Gomes \**

**1. INTRODUÇÃO**

Largamente utilizada, a entrevista jornalística é uma técnica de perguntas e respostas que visa captar informações ou opiniões e difundí-las através dos meios de comunicação de massa. Seu emprego objetivo, também, ilustrar e dar credibilidade ao assunto em foco. Nos veículos de comunicação tudo corre contra o relógio, e a entrevista perde traços do diálogo, onde tem origem, e adquire características de uma técnica mecânica e fria.

Acreditamos, no entanto, que antes de qualquer crítica em relação à impessoalidade da entrevista, deve-se considerar que os processos de interação são distintos quando se tem intenções diferentes. Numa entrevista em que se pretende cavar a confissão de alguém, a maneira de perguntar, de esperar a resposta, de prosseguir com novas questões é bem diferente de quando se quer apenas obter uma informação factual. Isto significa que a entrevista é um "gênero tipológico" com vários subtipos específicos.

Tomando como objeto deste estudo a entrevista televisiva, torna-se, então, necessário distinguir suas diferentes perspectivas de utilização. Se a entrevista vai ser utilizada apenas como um fragmento dentro de um programa, não existe razão para querer demonstrar uma atitude de humanização do contato interativo. Se, ao contrário, a entrevista for exibida em um programa específico, onde haja espaço para troca de informações, opiniões e experiências, aí sim, é necessário passar ao telespectador o fenômeno da identificação entre entrevistador e entrevistado naquele evento interativo.

Nesse último grupo situam-se os programas de entrevista

ta televisiva, que têm invadido as grades de programação das emissoras brasileiras. "Existem hoje, em exibição na TV Cultura de São Paulo, TVE do Rio de Janeiro e nas redes SBT, Record, Manchete e Bandeirantes, nada menos que 20 programas que têm em debates e entrevistas o prato predileto, num total de 81 horas e trinta minutos por semana" (Revista Veja, 1992:92). O levantamento feito pela Revista Veja constatou, ainda, que esse gênero de programa só perde para os telejornais, com 95 horas e quinze minutos semanais.

Os programas de entrevista, na maioria das vezes, têm como objetivos informar e, também, entreter o público-alvo. Em consequência, são mais informais e, por isso mesmo, aproximam-se das interações que ocorrem no dia-a-dia (material empírico mais adequado à Análise da Conversação). Para este estudo, decidimos analisar um exemplo de entrevista televisiva que ocorre nos programas de entrevista, pois atende perfeitamente aos requisitos básicos da conversação.

Outra decisão significativa neste trabalho foi a opção pela análise do programa **Jô Onze e Meia**, por reunir características curiosas em termos de Análise Conversacional. O apresentador Jô Soares, um misto de jornalista, humorista, artista e "velho amigo", conquista de imediato - salvo raras exceções - público e entrevistado. "Seu carisma arrasta personalidades da vida política e cultural do país, que se submetem, sem queixas, a uma saraivada de perguntas inteligentes" (Revista Veja, 1992:92). As entrevistas ocorrem num clima de descontração mesmo quando são abordados assuntos sérios. Jô Soares procura deixar o convidado à vontade, estimulando-o a se soltar. Assim, ele consegue criar um contexto de humor que, muitas vezes, interfere sobre a informação, subvertendo a técnica de entrevista.

Na realidade, essa subversão é aparente, pois a função do humor ultrapassa o limite do fazer rir. É também uma estratégia utilizada para informar e denunciar, "permitindo inclusive criticar e dizer coisas que ditas fora do humor certamente gerariam problemas, conflitos, consequências desagradáveis para quem as dissesse" (Travaglia, 1990:66). A afirmação de Travaglia pode ser facilmente constatada no programa **Jô Onze e Meia**, onde as entrevistas que abordam questões políticas têm melhor aproveitamento humorístico.

## 2. METODOLOGIA

Após a definição do programa alvo de análise, passamos à gravação de várias entrevistas, das quais seria selecionada apenas uma: a que reunisse a maior quantidade de traços que caracterizam as entrevistas realizadas por Jô Soares. Assim, foi selecionada como corpus deste trabalho a entrevista realizada por Jô Soares com o presidente nacional da OAB, Marcelo Lavener, no dia 07 de julho de 1992.

Em qualquer interação os interlocutores lançam mão de variáveis que dependem diretamente do contexto em que estão inseridos. No caso de interações que têm como elementos centrais informações e humor, essa contextualização é, talvez, muito mais importante, pois os enunciados vão depender diretamente do contexto social.

Todo processo de comunicação entre emissor e receptor envolve, também, conhecimento de mundo compartilhado. Para que haja comunicação, é necessário que os interlocutores falem a mesma "língua" e, em se tratando da entrevista jornalística, o público também deve compartilhar do mesmo conhecimento de mundo. Enfim, é básico para o entrevistador, perceber até que ponto o contexto em que ele se situa, condiciona todo o processo de interpretação e dá informações substantivas para fazer essa interpretação.

A entrevista que passaremos a analisar, foi realizada num momento histórico crítico. O caso "PC-Collor", encândalo de corrupção na política, dava tom das conversas em todos os cantos do país. Uma denúncia puxava outra e vimos, pela primeira vez na história brasileira, virem à tona fatos que evidenciam o envolvimento de pessoas do alto escalão governamental com o tráfico de influências e outras atividades relacionadas à corrupção.

Jô Soares aproveitou, com maestria, os fatos em cena. "O gordo sentiu o cheiro de notícia no ar e transformou seu programa numa verdadeira CPI paralela, levando para entrevistar todos os envolvidos no caso PC Farias" (Revista da Tevé, JC, 1992:9). O resultado do seu "faro" foi o alto índice de audiência (8 pontos no IBOPE) para um programa emitido, de segunda a sexta, que entra no ar entre o final da noite e início da madrugada.

### **3. ANÁLISE DO CORPUS**

Para proceder à análise do corpus deste trabalho, vamos, inicialmente, distinguir informação de humor. Em seguida, passaremos a identificar mecanismos lingüísticos que caracterizam a presença do humor. Finalmente chegaremos a estabelecer como se dá essa relação entre informação e contexto humorístico.

#### **3.1. Estrutura da Entrevista**

As entrevistas do programa **Jô Onze e Meia** geralmente seguem a seguinte estrutura: breve apresentação do convidado; parte introdutória (que funciona como “quebra-gelo”); corpo da entrevista; encerramento rápido. Como variáveis, temos o assunto abordado e os momentos onde entra o humor. A presença do humor vai estar vinculada às oportunidades dentro do contexto e, principalmente, às pistas dadas pelo entrevistado.

Vale informar que, por razões metodológicas, estamos, neste trabalho, considerando como situações de humor, aquelas que provocam o riso. Esclarecemos, ainda, que - mesmo sem desconhecer o fato de que o humor também pode envolver informação - a partir de agora utilizaremos a palavra informação somente quando quisermos nos referir à informação séria, isto é, informação não risível.

Na entrevista com Marcelo Lavener, observamos que nos trechos informativos passa-se de um tópico discursivo a outro com naturalidade, chegando a ser difícil separar tópicos. Poderíamos até afirmar que vários sub-tópicos são decorrentes de um tópico maior. Já os trechos humorísticos concentram o maior volume de fala em um único tópico: “ilutres” alunos alagoanos do professor Marcelo Lavener, ficando o restante diluído na parte introdutória e em quatro momentos de informação.

#### **3.2. Onde Reside o Humor**

No corpus analisado, o humor encontra-se vinculado a elementos lingüísticos bem identificáveis. É uma certa entoação dentro de um conjunto de coisas em andamento; são

ítems lexicais específicos, que ditos em outro contexto não provocariam a mesma reação; são repetições de determinadas palavras, que dão um “quê” de ironia.

Veremos que os recursos sintáticos e, principalmente, lexicais são utilizados com o apoio de estratégias que se tornam eficazes para a criação de situações de humor. Vamos então, à dissecação desses elementos.

### 3.2.1. Ambigüidade

A utilização de palavras com sentido ambíguo é um traço característico das entrevistas de Jô Soares. Aliás, não é raro o emprego da ambigüidade lexical para fazer rir. É o que constatamos a seguir:

- (1) M: não era para ser ele 'havia uma disputa muito grande' para ser orador da **turma**' e terminou numa manobra de mestre de que eu não tomei conhecimento' mas até também me beneficiou, porque eu fui o paraninfo da **turma**.

J: ((rindo)) você foi PARANIN::FO DA **TURMA DO PC**"/. . . /

Aqui, a palavra **turma** é empregada por Marcelo Lavener no sentido de turma de concluintes. Jô Soares, por sua vez, aproveita o “gancho” do entrevistado e utiliza a mesma palavra como coletivo de malandros, vivaldinos ou criminosos ao situá-la no contexto da sigla PC no cenário político do momento.

Interessante observar que há momentos em que o próprio entrevistado também utiliza várias vezes uma mesma palavra, em um só turno, com significados diferentes.

- (2) M: era um **talentoso** aluno (+) **talentoso** aluno' bom aluno' é um' um rapaz de origem humilde' mas' que' realmente' **talentoso** (+) e é por isso' pelo **talento** do Cláudio Francisco Vieira que ele foi chamado para a equipe do presidente Fernando Collor' que não costuma chamar pessoas sem **talento** para acompanhá-lo e para é' exercer esse trabalho de assessoria / . . . /

Mais uma vez, voltamos a destacar a importância do contexto para a configuração do humor. Utilizados em outro contexto, termos como “talentoso”, “aviãozinho”, “paraninfo”, “tesoureiro”, “turma” ou “professor” não gerariam humor. Mas nessa estrutura, ditos da forma que são, fatalmente vão provocar risos. Observe-se como são simples e corriqueiras as palavras que, aqui, transformam-se em risos:

- (3) J: oh Marcelo' eu sei que você é de **Alagoas**

M: é verdade

J: e você foi **PROFESSO::R** do Paulo César Farias" ((risos)) / . . . /

- (4) M: posso garantir que isso não ensinei' até porque se tivesse ensinado imagine' se eu fosse **professo:r** de uma pessoa tão **talento:sa** Jô' /.../
- (5) J: ele também gostava de brincar de fazer **aviãozin:ho** na classe" /.../
- (6) M: /.../ mas até me beneficiou' porque eu fui o paraninfo da turma  
J: ((rindo)) você foi **PARANIN::FO da turma do PC**" /.../
- (7) J: /.../você sabe se por aca::so' na é:poca' junto ali ao' aos' às' organizações estudanti:s' aos grêmios' ele era **tesoure:iro** de alguma dessas (entidades)" /.../
- (8) J: quem mais da **turma de Alagoas** estudou com você" /.../
- (9) J: o PC algum dia foi **comunista**" /.../

Da mesma forma, indagar sobre as convicções ideológicas de uma pessoa, em outra circunstância não seria nada demais, mas fazer essa pergunta naquele momento político era fazer uma relação bastante curiosa, que seria interpretada de formas semelhantes por aqueles que compartilhavam do mesmo conhecimento de mundo e estavam inseridos no mesmo contexto. Tudo isso acontece porque a interpretação tem seu frame de organização muito vinculado ao contexto.

### 3.2.2. Repetição

Outro elemento lingüístico utilizado no humor é a repetição. De acordo com Bergson (in: Travaglia, 1990:73) "A repetição pode ser de palavras, gestos, ações etc, e cria uma incongruência ou chama a atenção para algo que a torna cômica". No corpus analisado, verificamos várias situações em que o entrevistador repete palavras do entrevistado exatamente para chamar a atenção e ironizar determinadas informações, como poderemos ver a seguir.

- (10) J: /.../ você foi professor do PC" você é quem ensinou aquilo tudo pra ele"  
M: olhe' olhe' eu' **não posso negar** o fato  
J: ((rindo))**não pode negar** /.../
- (11) J: /.../ como é que ele era bom aluno o PC"  
M: na verdade era um aluno **médio**  
J: **mé:dio**"  
M: inteligente' um aluno esperto' bem articulado' mas **não era muito dado às leituras jurídicas não**  
J: **não gostava** /.../
- (12) M: /.../ e não tinha dificuldade de passar **não**"  
J: **não**  
M: passava sem maiores esforços' mas **consegua**  
J: **consegua** /.../
- (13) M: /.../ também fui professor do **Cláudio Francisco Vieira**  
J: **Cláudio Vieira**"  
M: do Renan Calheiros  
J: **Renan::**" /.../

Essas mesmas palavras, repetidas em outra situação, poderiam indicar simplesmente a intenção de ratificar o que um dos interlocutores acabou de dizer. Mas aqui, neste contexto, o objetivo de ironizar e fazer rir é bastante claro. Vale assinalar que a repetição aqui vem sempre acompanhada de uma entoação enfática ou de realce da expressão.

### 3.2.3. Inversão

Apesar de, no corpus analisado, não ser tão empregada quanto a ambigüidade ou a repetição, a inversão é mais uma estratégia para se criar situações de humor.

- (14) M: mas também' não assumo que tenha ensinado ao PC aquilo que ele anda fazendo  
J: aquilo você não ensinou /.../  
(15) J: o PC algum dia foi comunista" não" que você se lembre"  
M: não' acho que está sendo agora  
J: agora tá /.../

Nestes dois exemplos, através da inversão sintática, consegue-se também destacar e ironizar informações. Interessante observar que no primeiro exemplo a inversão imprime um caráter de pouca confiabilidade ao que foi dito pelo entrevistado, já no exemplo seguinte a inversão dá um caráter de ratificação.

### 3.2.4. Prosódia

Pausas e alongamento de vogais são elementos fonéticos que dão pistas para a percepção dos traços prosódicos como a ênfase e a subida ou descida de tom. No texto analisado, esses elementos funcionam como uma espécie de "tempero" do contexto humorístico. Observe-se os exemplos:

- (16) J: e você foi PROFESSO:R do Paulo César Farias" /.../  
(17) J: ((rindo)) você foi PARANIN::FO DA TURMA DO PC" /.../  
(18) J: /.../ você sa;be' se por aca:so' na é:poca' junto ali ao' aos' às organizações  
estudanti:s' aos grê:mios' ele era tesoure:iro de alguma dessas  
(entidades)" /.../

Tanto o alongamento de vogais quanto a subida de tom permitem, nos dois primeiros exemplos, dar um outro significado às palavras "professor", "paraninfo" e "turma". Já no último exemplo, as pausas também ajudam a sublinhar os termos "acaso", "época", "estudantis", "grêmios" e "tesoureiro", bastante significativos para o contexto.

### 3.2.5. Elementos não Lingüísticos

Os elementos não lingüísticos desempenham um papel fundamental na interação face-a-face. O riso, as gesticulações, os movimentos dos olhos e cabeça podem determinar um significado diferente do que está sendo dito, ou uma ironia a uma afirmação qualquer. É o que percebemos no trecho abaixo.

(19) J: /... / você foi professor do PC Farias" você é quem ensinou aquilo tudo para ele"

M: olhe' eu' não posso negar o fato

J: ((rindo)) não pode negar

Aqui, o entrevistado afirma que não pode negar o fato de ter sido professor do PC, mas o entrevistador - propositalmente - interpreta que ele não pode negar o fato de ter ensinado "aquilo tudo" para ele - o PC. Para criar essa situação de humor, João Soares utiliza, além da estratégia da repetição, o riso e expressões faciais.

Outro trecho bastante interessante onde há o emprego de elementos não lingüísticos é o que vem transcrito em seguida.

(20) J: ((aproxima-se e pega no braço de Marcelo)) vamo fazer um ti ti ti aqui' uma fofoca aqui' (incompreensível) entre nós:s' já que o assunto tá fervendo no ar' como é que ele' era bom aluno o PC" /... /

Neste caso, João Soares arma todo um clima de fofoca, utilizando, através do ato de se aproximar do interlocutor, para demonstrar intimidade, o estereótipo da "comadre" que vive a falar mal da vida alheia. Dessa maneira arranca gargalhadas do público.

### 3.3. Comportamento dos Interlocutores

No texto analisado há bastante equilíbrio entre informações sérias e humorísticas. Mas para os interlocutores, como acontece a relação entre essas duas situações?

Observando-se o tamanho dos turnos, identifica-se comportamentos diferentes para os momentos informativos e humorísticos. Nos trechos informativos os turnos são maiores e quase não há assalto ao turno do outro, mesmo existindo condições propícias para a interrupção (muitas pausas longas e hesitações). Já nos trechos humorísticos, percebe-se uma certa impaciência dos interlocutores, traduzindo-se na maior

agilidade da conversação. Os turnos são bem menores, o número de assaltos aos turnos é maior e o entrevistador aproveita melhor as pistas do entrevistado.

Na maioria das vezes o entrevistador deixa clara sua intenção de criar situações de humor. Mas essas situações acontecem, também, por iniciativa do entrevistado. Em duas ocasiões, ele dá pistas de sua intenção, prontamente aproveitadas por Jô Soares.

- (21) J: Marcelo' desculpe que na abertura ali eu falei um Lavener em vez de Lavener  
M: pra não confundir com Ana Acloli' Ana Gomes' Marcelo Lavener'  
J: [ou Lavener  
M: [Marcelo Lavener  
J: [ou  
M: [de repente eu  
J: [la Marcele  
M: [eu' já me (inclui) dentro dessa turma /.../  
(22) M: /.../ é verdade' bom e nessa parte desses assaltos maiores' nós estamos muito bem' não estamos mal não  
J: não né'' bem servidos /.../

É bastante curioso o momento em que o próprio Jô Soares não percebe a intenção de Marcelo Lavener e intervem, com muita seriedade, com o objetivo de esclarecer a dúvida insinuada por seu interlocutor.

- (23) M: /.../ eu gostaria que as declarações do presidente Collor' correspondessem à verdade' mas na verdade nós lamentamos que isso não seja' como ele imagina (+) não sei se os jornais são de hoje' realmente  
J: de hoje os jornais saíram [hoje  
M: [ou  
quem sabe do começo do século' do terceiro milênio /.../

Acreditamos que essa falha na interpretação tenha sido provocada pelo uso de uma entonação inadequada, e o que deveria sugerir ironia, pareceu dúvida. Em todo o corpus este foi o único caso de má interpretação, nos demais momentos da entrevista parece existir entre os interlocutores uma perfeita compreensão das intenções.

#### 4. CONCLUSÃO

O esperado em qualquer conversação é que exista a troca de informações. A presença do humor nos eventos interativos é o aspecto não-natural, o não esperado. Daí vem a necessidade de se realçar os trechos que ultrapassam o limite da informação. Para que isso aconteça, lança-se mão de recursos e estratégias que irão marcar o contexto humorístico.

Lembramos que os mesmos recursos e estratégias também são usados nos contextos informacionais, com uma diferença: aqui eles são empregados quase que isoladamente. As situações de humor, por sua vez, são bem marcadas por elementos que co-ocorrem. As repetições, por exemplo, vêm sempre aliadas a outras estratégias. É um tom mais acentuado nas palavras repetidas; é o alongamento de vogais; são os movimentos dos olhos, dos ombros, da cabeça. É, enfim um conjunto de coisas que levam a uma determinada interpretação. No corpus analisado é exatamente o contraste entre o **marcado** e o **não-marcado** que vai definir a presença do humor.

O gênero entrevista pode ser visto de formas bem diferenciadas, e com este trabalho tentamos analisar uma dessas vertentes. Esperamos ter, de alguma forma, contribuído para o ainda incipiente estudo do humor na lingüística como também no jornalismo.

## 5. BIBLIOGRAFIA

- A CPI Eletrônica. In: **Jornal do Commercio**. Recife, 02.08.1992, Revista da Tevé, p. 9.
- Com a Língua Solta. In: **Revista Veja**, São Paulo, nº 30, p. 92-93, julho 1992.
- GUMPERZ, John. **discourse Strategies**. Cambridge university Press, 1992.
- HERITAGE, John. Analyzing News Interviews: Aspects of Production of Talk for an Overhearing Audience in: DIJK, Teun A. Van. **Handbook of Discourse Analysis**. v. 3. Orlando: Academic Press Inc., 1985.
- JUAN, Gargurevich. **Generos Periodisticos**. Quito: Editorial Belén, 1982.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática, 1986.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Entrevista - O Diálogo Possível**. São Paulo: Ática, 1990.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. **Notícia um Produto à venda**. São Paulo: Alfa-ômega, 1978.
- MELO, José Marques de. **A Opinião no Jornalismo Brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1985.

- PEPICELLO, W. J. Pragmatics of Humorous Language. In: APTE, Mahadev L. (ed.) **International Journal of the Sociology of Language**, Berlin. New York. Amsterdam: Mouton de Gruyter, nº 65, p. 27-35, 1987.
- PIGNATARI, Décio. **Signagem da Televisão**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- POSSENTI, Sírio. Pelo Humor na Lingüística, In: **Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada (D.E.L.T.A.)**, São Paulo, v. VII, nº 2, p. 491-519, agosto 1991.
- POSSENTI, Sírio. A Imposição da Leitura pelo Texto: casos de humor. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, Campinas, nº 15, p. 111-116, julho/dezembro 1988.
- PRADO, Emílio. **Estrutura da Informação Radlofônica**. São Paulo: Summus, 1989.
- RASKIN, Victor. Linguistic Heuristics of Humor: a script based semantic approach. In: APTE, Mahadev L. (ed.). **International Journal of the Sociology of Language**, Berlin. New York. Amsterdam: Mouton de Gruyter, nº 65, p. 11-25, 1987.
- SHERWOOD, Hugh C. **A Entrevista Jornalística**. São Paulo: Mosai-co, 1981.
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. Uma Introdução ao Estudo do Humor na Lingüística. In: **Revista de Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada (D.E.L.T.A.)**. São Paulo, v. VI, nº 1, p. 55-82, fevereiro 1990.

---

\* Isaltina Mello Gomes é professora de jornalismo no Deptº de Comunicação Social/UFPE e mestranda em Lingüística no Programa de Pós-graduação em Letras e Lingüística/UFPE.

## UMA LEITURA DA ABORDAGEM BAKHTINIANA DO DISCURSO REPORTADO \*

*Dóris de Arruda Cunha - UFPE*

- Como é que aquilo que foi dito por alguém é transmitido para outra pessoa?
- Como é que aquilo que eu digo agora pode ser reconhecido como já enunciado por outra pessoa ou por mim mesma em outro momento?
- Como é que a fala ou um fragmento de fala pode estar deslocado dentro do enunciado que o contém?
- Como é que se explica que um discurso, uma vez retomado, não seja mais o mesmo, que ele seja sempre modificado?

São perguntas que nos colocamos para abordar o fenômeno da transmissão do discurso na fala cotidiana, partindo das formas normatizadas: discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Mas o que preferimos chamar retomada-modificação do **discurso de outrem** não se restringe a essas três formas canônicas.

A maior parte das descrições do trigramma discurso direto, discurso indireto, discurso indireto livre foram feitas no quadro da sintaxe da frase. Essa opção redutora não corresponde à dimensão do fenômeno, que só pode ser compreendido se delimitarmos como fronteira a interação verbal como um todo.

O discurso de outrem não apenas permeia a linguagem, mas é uma das chaves para a sua compreensão, interessando à gramática, à estilística, à retórica, à lingüística e à teoria da literatura. Até pouco tempo, a transmissão da fala foi estudada a partir de textos literários ou jornalísticos; efetivamente, toda a teoria normativa do discurso reportado é decorrente da dis-

---

\* Este artigo retoma com algumas modificações um capítulo da tese de doutorado que defendi em 1990, na Universidade de Paris V, intitulada **Organisation du dialogue, discours rapporté et circulation de la parole, contribution à une approche dialogique du discours d'autrui**, publicada na Bélgica, numa edição conjunta Peeters/Louvain-la-Neuve, 1992.

tinção entre as formas tipograficamente marcadas e não marcadas, sendo estas últimas identificadas por uma suposta correlação dos tempos verbais, independentemente do contexto de produção.

A gramática clássica descreve as três formas de reprodução da fala e dita as regras de constituição, a partir de exemplos literários. O discurso direto é utilizado para reproduzir "textualmente" as palavras enunciadas. A identidade do produtor do discurso original é indicada (antes, após ou numa oração intercalada) pelo narrador. O discurso indireto é a reconstituição da fala de outrem, pelo narrador que transmite apenas a sua substância. Alguns gramáticos consideram o discurso indireto livre como uma forma do discurso indireto. Trata-se dos casos em que as proposições do discurso indireto são independentes sintaticamente da principal (daí a ausência do "que" de subordinação e do verbo "dizer", implícito na proposição que precede a proposição livre). Nesta perspectiva, onde tudo parece simples e definitivo, os gramáticos preservam as transformações dos dêiticos e dos tempos verbais exigidas na passagem do discurso direto para o indireto.

Resumindo, a gramática tradicional se limita à descrição comparativa dos dois tipos de enunciados, excluindo todas as formas de uso que não obedecem à norma da modalidade escrita. Por conseguinte, a gramática normativa não permite abordar a gênese do discurso reportado nem, conseqüentemente, as transformações sofridas pelo discurso original na língua falada.

A gramática gerativa transformacional (Banfield, 1973; Authier, 1978) se propõe a demonstrar que o discurso direto e o discurso indireto não são formas derivadas uma da outra, como deixa supor a gramática tradicional, mas constituem dois modos independentes de transmissão. O seu pressuposto metodológico básico - a descrição de frases gramaticalmente aceitáveis - torna estéril o debate para provar que o discurso direto e o indireto não têm a mesma estrutura profunda. O corpus utilizado - frases isoladas de qualquer contexto - não permite a descoberta de elementos verdadeiramente novos para a compreensão da retomada-modificação do discurso de outrem.

As duas gramáticas colocam os enunciados dentro da

língua, não considerando o discurso reportado enquanto fenômeno relacional, ao mesmo tempo uma "relação de falas" e uma fala relacionante, que concerne, no mínimo, a dois atos de enunciação e três falantes.

As abordagens enunciativas do fenômeno (Authier, 1982; Maingueneau, 1981, 1987) revelam duas tendências:

1. a primeira estende o domínio do discurso reportado ao da heterogeneidade enunciativa manifestada não só ao nível da frase mas do discurso. Às três formas gramaticais são acrescentados: o resumo com citação, a colocação de aspas, alguns empregos do futuro do pretérito no diálogo, as formas marcadas de conotação autonímica (categoria que inclui todas as formas metadiscursivas que rompem a linearidade do discurso para explicar ou especificar o status da palavra), a polisemia, etc.
2. a segunda transfere o interesse para todas as formas de polifonia, ou seja, casos em que pode se ouvir mais de uma voz no enunciado: pressuposições, negações, enunciados metalingüísticos, paráfrases, provérbios, slogans, ironia, além das três formas marcadas de discurso reportado.

Vale ressaltar a importância da perspectiva enunciativa que amplia o campo de observação (até os anos setenta, excluindo os trabalhos de teoria da literatura, o discurso reportado só foi analisado do ponto de vista gramatical). Consideramos, porém, necessário distinguir o discurso reportado da circulação da fala: o primeiro englobaria todos os casos em que o locutor retoma o discurso de outrem ou o seu próprio discurso para transmiti-lo a uma terceira pessoa; a segunda, todas as formas de retomada do discurso do outro no diálogo onde cada turno de fala se constitui em função do turno precedente.

A gramática do discurso<sup>1</sup> se preocupa com a descrição de fatos reais do uso da língua e propõe uma tipologia que mostra a multiplicidade das formas de discurso reportado. A observação do fenômeno num contexto mais amplo - na imprensa e no diálogo infantil - mostra a sua relação com o discurso performativo e metalingüístico e com alguns tipos de tex-

to - narrativo, informativo, explicativo e ficcional. Entretanto, a aplicação dos métodos estruturais da lingüística da frase à lingüística do discurso termina por privilegiar as formas em detrimento de uma descrição mais dinâmica.

Para estudar o discurso reportado nas produções orais, é preciso ir além dos diversos quadros doutrinários e estruturais citados e abordá-lo na perspectiva bakhtiniana - ao nosso ver a mais original e produtiva - do discurso retomado como sujeito a múltiplas acentuações.

É desnecessário apresentar Bakhtin atualmente. Quase todos os trabalhos literários ou lingüísticos fazem referência às propostas teóricas desse pensador, crítico de Saussure desde 1929, que sustentava ser o objeto da lingüística não a língua mas a enunciação dialógica, produto da interação de dois indivíduos socialmente situados. Essa enunciação dialógica não deve ser analisada sem levar-se em conta "a situação social mais imediata e o meio social mais amplo que a determinam inteiramente, e isso do interior" (Bakhtin/Voloshinov, 1977: 124)<sup>2</sup>.

Segundo Bakhtin (1977:124), os problemas sintáticos só podem, ser resolvidos a partir do "estudo das formas da comunicação verbal e das formas correspondentes de enunciação".

A análise do discurso reportado se apresenta, então, como o estudo de um problema de sintaxe específico que, bem colocado, pode dar as bases metodológicas de uma teoria da linguagem. Para tanto, Bakhtin (1977:163) parte dos autores clássicos russos e explicita a importância da análise do discurso reportado como preâmbulo à do diálogo, na medida em que "as tendências fundamentais e constantes da apreensão ativa do discurso de outrem se manifestam no discurso reportado". Em outras palavras, o conhecimento destas formas de apreensão é fundamental para compreender a unidade de base da língua-fala que é o diálogo. Através de uma leitura correta das formas do discurso reportado, é possível conhecer as tendências sociais que estão na origem da **apreensão ativa do discurso de outrem**.

O que se deve entender por **apreensão ativa do discurso de outrem**? A preparação de uma réplica interior e de um comentário atualizado, duas operações que constituem um

todo organicamente ligado e se exprimem no contexto narrativo pelo discurso reportado. A inter-relação dinâmica entre o contexto narrativo e o discurso citado constitui o verdadeiro objeto de estudo do discurso retomado.

Essa importante mudança de enfoque faz surgir uma outra dimensão do fenômeno: o deslocamento do objeto de estudo das formas isoladas para o contexto narrativo, o que permite explicar a relação do locutor com o discurso que ele retoma, a relação das duas enunciações e o gênero do discurso expresso por estas relações.

Bakhtin define duas orientações na interação entre discurso narrativo e discurso reportado. A primeira, designada **estilo linear**, utilizada para transmitir a fala dogmática no russo antigo, conserva o discurso de outrem “na sua integridade”. A segunda orientação, o **estilo pictórico**, transmite o discurso apreendido como um ato social completo. É um discurso individualizado no qual os comentários e réplicas do reportador se misturam com o discurso original, não percebendo o auditor as fronteiras entre os dois. É importante salientar que Bakhtin distingue uma gama de enunciados nesta segunda orientação. Ele ressalta dois tipos:

1. o narrador introduz no seu relato os seus sentimentos (humor, ironia, ódio, alegria, desprezo).
2. o narrador deixa seus personagens falarem com a fala própria, o que confere aos fragmentos reportados um outro valor, tornando-os mais densos e objetivos que o restante do contexto narrativo.

Podemos reencontrar essas orientações da transmissão dos discursos no processo de circulação de textos em culturas de estágios diferenciados, conforme a descrição de Lotman (1976:46): “observa-se uma grande penetração de textos estrangeiros cujas traduções adequadas não podem ser fornecidas, e uma acumulação de inserções textuais não traduzidas naquela cultura”. Essa acumulação de textos estrangeiros, na consciência russa, na segunda metade do século XVIII e no começo do seguinte, ilustraria o estilo linear de transmissão.

Lotman estabelece ainda uma analogia entre este fenômeno e o processo de assimilação pela criança (que possui uma “língua com um pequeno alfabeto”) da língua dos adultos

("língua com um grande alfabeto"). A criança deve transpor para a sua fala os textos dos adultos. Quando são difíceis ou quando ela não consegue traduzi-los, apenas memoriza alguns dos seus fragmentos. Essa analogia nos permite formular a seguinte hipótese: as retomadas no discurso reportado passam por um processo semelhante, ou seja, quando não se domina o tema a ser reportado, a transmissão será linear enquanto que um tema conhecido conduzirá a uma transmissão pictórica.

A abordagem bakhtiniana do discurso de outrem permite enfatizar as particularidades que uma análise puramente sintática negligencia. Assim, por exemplo, é possível estudar a relação que se estabelece entre o tipo de discurso e as formas de transmissão. O discurso literário trata livremente as palavras de outrem transmitindo as transformações na "inter-orientação sócio-verbal"; o discurso retórico (político ou judiciário), que tem necessidade de fidelidade, apresenta o discurso de outrem delimitado por fronteiras nítidas. Outro aspecto ligado ao discurso retórico é a relação entre a tradução da palavra a ser transmitida e a percepção do lugar que ela ocupa do ponto de vista hierárquico, ou seja, o discurso retomado será muito menos influenciado por "réplicas" e "comentários" e terá fronteiras muito mais marcadas se ele for percebido como vindo do alto de uma escala hierárquica.

E como a língua é o produto de uma enunciação concreta ligada à interação social, cujas formas são determinadas pelas condições sócio-econômicas de uma época, Bakhtin propõe uma classificação por períodos:

1. o "dogmatismo autoritário", tendência a transmitir o discurso de forma linear e impessoal característico da Idade Média;
2. o "dogmatismo racionalista", estilo também linear porém mais matizado, próprio dos séculos XVII e XVIII;
3. o "individualismo realista e crítico", estilo ornamentado, com introdução de réplicas e comentários do autor no discurso reportado, observado no fim do século XVIII e início do século XIX;
4. o "individualismo relativista", tendência à diluição do contexto narrativo, indicado como contemporâneo, no momen-

to em que Bakhtin observou estes fatos, ou seja, nos anos vinte.

Foi ele também o primeiro a falar de modelos mistos de transmissão, ao considerar que as relações dinâmicas entre o discurso reportado e o contexto narrativo se exprimem nos esquemas de transmissão do discurso de outrem - o discurso direto e o discurso indireto - que se realizam apenas através de suas variantes. Eis alguns casos citados (Bakhtin/Voloshinov, 1977:171):

"O discurso indireto sem sujeito aparente, e em particular, o discurso indireto livre, que é a última forma de enfraquecimento das fronteiras do discurso reportado. As variantes do discurso direto e indireto que predominam são aquelas que são flexíveis e permeáveis às tendências do contexto narrativo (discurso direto disperso, as formas verbais analíticas do discurso indireto, etc)".

Bakhtin estabelece que o discurso indireto não pode ser reduzido a uma transposição do discurso direto. Ele define o discurso indireto como a semantização das marcas do discurso original - uma semantização produzida pela análise que faz o sujeito reportador dos elementos não lingüísticos e não verbais.

Três variantes do discurso são descritas<sup>a</sup>.

1. **objeto-analítica:** o conteúdo temático é retido e retransmitido após uma decomposição do sentido em constituintes semânticos. Esta variante é encontrada em um contexto dogmático no qual a personalidade do falante não é levada em conta pelo sujeito reportador. Os discursos, citante e citado, não se misturam; as réplicas e os comentários têm um lugar no contexto narrativo mas não se confundem com o discurso de outrem que mantém a sua integridade semântica e a sua autonomia. Trata-se do estilo linear de transmissão.
2. **verbal-analítica:** retoma, de forma analítica, a expressão do locutor. Os elementos marcando a sua subjetividade e o seu estilo são incluídos no discurso indireto de maneira a serem percebidos como específicos. As palavras típicas do locutor são transmitidas com uma "coloração" que serve

também para exprimir as nuances do autor, seu julgamento. Contrariamente à primeira variante, a ênfase é colocada sobre a personalidade do sujeito. É o procedimento mais freqüente na literatura russa, em decorrência da ausência da correlação dos tempos verbais.

3. **impressionista:** procedimento estilístico utilizado na literatura para transmitir os pensamentos dos personagens. O narrador dispõe, neste caso, de toda a liberdade de representação. Esta variante se situa entre as duas primeiras.

Bakhtin assinala ainda uma variante constituída de um discurso direto completando um discurso indireto; para ele, esta seria uma das utilizações pictóricas do discurso indireto.

O discurso direto também apresenta um leque de variantes:<sup>4</sup>.

1. **o discurso direto preparado:** as palavras reportadas são submetidas ao narrador que anuncia no contexto narrativo o tema da fala a ser citada e lhe imprime uma entonação pessoal. Nesse caso, o contexto narrativo torna-se pouco objetivo. Os discursos diretos que prolongam um discurso indireto ou o discurso indireto livre pertencem a esta categoria.
2. **o discurso direto esvaziado de sua substância:** o autor caracteriza de tal forma o herói no contexto narrativo que o conteúdo de sua fala não tem valor por si mesmo. Ela serve apenas para reforçar a representação que o autor dá do seu personagem.

Analisando um relato de Dostoievski, Bakhtin observa uma variante mais complexa: o **discurso reportado antecipado e disseminado no contexto narrativo**, uma "mistura de discursos" (narrativo e reportado) identificada nas mudanças de tom, pelo contraste entre a elevação da sintaxe e a vulgaridade do vocabulário. Com este procedimento, o narrador expõe o herói à gozação e à ironia do autor.

Bakhtin estuda ainda as **perguntas e exclamações retóricas**, formas intermediárias entre o discurso narrativo e o reportado, que, em alguns casos, serve para transmitir o discurso interior. Essas perguntas e exclamações podem ser atri-

buídas tanto ao autor quanto ao herói, mas normalmente o autor assume o discurso do herói, razão pela qual elas não são colocadas entre aspas. Formalmente, estas modalidades são análogas ao discurso indireto livre, porém, Bakhtin as considera um discurso por substituição, uma vez que não existem as marcas gramaticais caracterizando a interferência entre o discurso narrativo e o reportado. Na realidade, há um contínuo entre o discurso direto preparado e essas últimas formas.

Nessa perspectiva, o discurso indireto livre é o esquema mais importante da retomada-modificação, caso extremo de convergência de dois discursos com entonações diferentes. Bakhtin se recusa a considerar o discurso indireto livre como uma simples mistura de discurso direto e indireto. Essa é uma posição nova no estudo da apreensão ativa do discurso de outrem. O discurso indireto livre exprime uma "orientação ativa" que se traduz, não pelas formas gramaticais, mas pela interferência de tons, do contexto narrativo nas palavras reportadas.

Bakhtin retoma o tema da fala de outrem, alguns anos mais tarde, chamando a atenção para a importância dos procedimentos de transmissão, não apenas no discurso romanesco, onde se deve falar de representação do discurso de outrem, mas também nos domínios extra-literários. Tais procedimentos são introduzidos no romance, passando por transformações que os enriquecem e, reciprocamente, as formas romanescas oferecem uma outra percepção da transmissão da fala de outrem.

O estudo da representação desta fala "estrangeira" deve ser precedido pelo da sua transmissão. Basta observar, diz o teórico soviético, as conversações cotidianas, para constatar a frequência das citações e das referências a outrem: a metade ao menos de nossas palavras é emprestada, com graus diversos de exatidão e de imparcialidade. A variedade das formas sintáticas de transmissão do discurso de outrem se explica pelos diferentes níveis relacionados: elaboração verbal e estilística do discurso, procedimentos de encadeamentos interpretativos, reconsideração e reacentuação. Daí a transformação de sentido sofrida por um discurso reportado: por mais exata que seja a transmissão, o fato de isolar o fragmento de fala do seu contexto original para colocá-la em outro lugar cria

uma mudança. Mesmo nos casos de transmissão familiar da fala do outro, em que os elementos situacionais e paralingüísticos são dados, ocorrem modificações. Em outras palavras, toda citação, mesmo a transmissão direta *ipsis litteris* entra em outras redes dialógicas que não são as do contexto original.

Bakhtin (1978:162) aprofunda a reflexão sobre o discurso de outrem e distingue um terceiro domínio: o da "evolução ideológica do homem". Nesse domínio, sua reflexão ultrapassa o quadro da lingüística e da teoria da literatura. Seu alcance é de ordem filosófica: "a fala de outrem não é mais uma informação, uma indicação, uma regra, um modelo, etc; ela procura definir as bases mesmas de nossa atitude com relação ao mundo, e se apresenta como uma **fala autoritária** e como uma **fala interiormente persuasiva**".

A primeira, a **fala autoritária** (religiosa, política, moral, a fala do pai, dos adultos, dos professores) opõe-se à segunda, por ser dada e recebida como tal, quer dizer, como vindo do alto de uma hierarquia. Ela não se confunde com as vozes circundantes, mas se isola como um bloco "compacto e inerte". Por conseguinte, é globalmente transmitida sem modificação de sentido e exige as marcas distintivas do seu isolamento (as aspas são obrigatórias. . .). Nenhum diálogo é possível com o contexto de transmissão. Na literatura em prosa, "ela não pode ser representada mas apenas transmitida" (Bakhtin, 1978:163).

A **fala interiormente persuasiva** (que não emana diretamente de uma autoridade) funde-se com a nossa fala: "a estrutura semântica não está terminada, ela permanece aberta e passível de revelar, em cada um dos seus novos contextos dialógicos, sempre novas possibilidades semânticas" (Bakhtin, 1978:164). Ela é essencial para "o processo da evolução ideológica da consciência individual" pois permite um trabalho experimental e seletivo do pensamento, que dá origem a um pensamento independente.

Esta estrutura aberta se integra, sutilmente, ao novo contexto, sem estabelecer fronteiras com a fala estrangeira. Na literatura, a narrativa de Dostoievski oferece-se como modelo exemplar de uma infinidade de formas de transmissão e de encadeamento de falas secundárias.

Redimensionando e ampliando a perspectiva analítica

do discurso de outrem, Bakhtin propôs uma das abordagens mais ricas e mais frutuosas para essa questão. Muitos autores sacrificaram a fala de outrem à gramática, e o discurso reportado com frequência foi reduzido a objeto de um debate periférico e exclusivamente aplicado. Consideramos **O Marxismo e a Filosofia da Linguagem**, uma obra exemplar, onde a problemática é magistralmente investigada. Encontramos a afirmação categórica que o discurso reportado é discurso dentro do discurso, enunciação dentro da enunciação, mas também discurso sobre o discurso, enunciação sobre a enunciação, o que impossibilita falar de discurso reportado sem considerar o contexto narrativo no qual vem se inserir e no qual circula a enunciação “autônoma” de um outro sujeito.

Bakhtin propõe várias hipóteses de trabalho:

1. não há formas de discurso reportado porém esquemas, configurações de retomadas do discurso de outrem, que tendem para o discurso direto, indireto ou indireto livre, mas que não podem, absolutamente, ser descritos de maneira definitiva e estática;
2. existe uma posição especial do locutor, na sua relação com o discurso de outrem, onde ele se auto-introduz como autor da retomada por meio de descrições, tematizações, etc., antes de reportar e modificar este discurso;
3. além da reutilização do discurso do outro (fazendo com que a retomada-modificação seja, *a priori*, o produto de um encontro de dois discursos), os esquemas são estratégias discursivas elaboradas, não como uma marca de heterogeneidade no interior de uma enunciação monológica, mas como uma nova enunciação dialógica: “os esquemas exprimem uma tendência ativa do discurso do outro. Cada esquema recria à sua maneira a enunciação, dando-lhe assim uma orientação particular, específica” (Bakhtin/Voloshinov, 1977:176).

Esse salto das formas estáticas para esquemas dialógicos não constitui apenas uma mudança de “etiqueta”. O próprio Bakhtin, após ter falado de esquemas, continua a utilizar o conceito de formas. O que muda, na realidade, é a ênfase em uma ou em outra: “o esquema só se realiza na forma de uma

variante específica" (Bakhtin/Voloshinov, 1977:162). A forma existe, evidentemente, mas é apenas a condensação discursiva, o resultado de uma estratégia; é praticamente impossível (diríamos inútil) querer constituir uma lista das formas de discurso reportado, pois é sempre possível encontrar variantes não inventariadas e "é nas variantes que se acumulam as mudanças" (Bakhtin/Voloshinov, 1977:173). É sempre possível, desse modo, encontrar-se novas formas de citação.

### NOTAS

1. Nós nos referimos especificamente ao trabalho de Gaulmyn M. M. de. **Les verbes de communication dans la structuration du discours**, Thèse d'Etat, Université de Lyon/Université de Paris VII, 1983.
2. Esta concepção é atualmente dominante e constitui o ponto de partida dos estudos lingüísticos e dos fenômenos da interação. Cf. por exemplo esta formulação no trabalho de Wastzlavick et al. (**Une logique de la communication**. Paris, Seuil, 1972): "um fenômeno resta incompreensível enquanto o campo de observação não for suficientemente amplo para que se inclua o contexto no qual o dito fenômeno se produziu".
3. Os tradutores da edição brasileira do **Marxismo e Filosofia da Linguagem** chamam a primeira de discurso indireto analisador do conteúdo e a segunda, discurso indireto analisador da expressão. Como utilizamos a edição francesa, preferimos apresentar a tradução literal do francês para esses termos.
4. Interessa apenas ao semiólogo soviético os casos "onde ocorre uma troca de entonações, onde se constata um contágio recíproco entre o contexto narrativo e o discurso reportado" (Bakhtin/Voloshinov, 1977:184).

## BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER, J. "Les formes du discours rapporté", in **DRLAV 17**, 1978.  
\_\_\_\_\_"Hétérogénéité montrée et hétérogénéité constitutive: éléments pour une approche de l'autre dans le discours", in **DRLAV 26**, 1982.  
\_\_\_\_\_"Hétérogénéités énonciatives", in **Langages 74**, 1983.
- BAKHTIN, M. **Esthétique et théorie du roman**. Paris, Gallimard, 1978.
- BAKHTIN, M. e VOLOSHINOV, V. **Le Marxisme et la philosophie du langage**. Paris, Minuit, 1977.
- BANFIELD, A. "Le style narratif et la grammaire des discours direct et indirect", in **Change 16/17**, 1973.
- GAULMAYN, M. M. de. **Les verbes de communication dans la structuration du discours**. Thèse d'Etat, Université de Lyon, Université de Paris, 1983.
- GREVISSE, M. **Le bon usage**. 10<sup>e</sup> ed., Gembloux, Duculot, 1975.
- LOTMAN, Y. M. "La réduction et le déploiement des systèmes sémiotiques (Introduction au problème: le freudisme et la cultutologie sémiotique)", in **Travaux sur les systèmes de signes/Ecole de Tartu**. Bruxelles, Complexe, 1976.
- MAINGUENEAU, D. **Approche de l'énonciation en linguistique française**. Paris, Hachette, 1981.  
\_\_\_\_\_**Nouvelles tendances en analyse du discours**. Paris, Hachette, 1987.

## APPROACHES TO CONVERSATIONAL ANALYSIS

*Kazue Saito M. de Barros - UFPE*

In this paper, I present a brief overview of how conversation has been studied in recent years. The task is challenging, for there is no consensus about what the main perspectives are: Conversational analysis is a relatively new area and much work has been done, addressing different aspects of the study of conversation. Some readers may have difficulty in accepting all of the authors quoted here as conversational analysts; others may find my grouping of the researchers awkward. I would like to stress that the description which follows is not exhaustive: I only give a few examples from each group.

In identifying the perspectives, I observe mainly the methodological attitudes of each group. The headings in Sections 1 to 5 detail the criteria followed in establishing the groupings of research.

### **1. Identifying the speaker's communicative intent: the speech act theory and Gricean maxims as basis**

The work on interaction based on Austin and Searle's speech act theory and Gricean maxims stresses the idea that it is necessary to determine the underlying meaning of an utterance. For that, both the interlocutor and the analyst must be aware of the communicative goal a speaker has when he produces a particular piece of discourse. The analysis is carried out by the observation of the specific goals and beliefs which may be attributed to speakers. The speech act models are hearer-oriented: it is up to them to interpret the illocutionary force of the speakers' act.

As **Ervin-Tripp et al.** point out,

Typical interpretive models for hearers of conventional speech acts have the following features:

1a. The hearer first makes a literal, or if appropriate, idiomatic interpretation of the propositional content and illocutionary force of an utterance.

1b. Following this initial interpretation, the hearer checks the situation and if there is a mismatch between

the literal or idiomatic interpretation and the features of the prevailing situation, the hearer restarts by moving to the next interpretation on a hierarchy of possibilities.

1c. If incongruence remains, the hearer tests hypotheses about the intention of the speaker, given what is said and what the situation is, using implicature or inference.

1d. Finally, the hearer derives the implications for action, if any, from a construal of the speaker's intentions. (1987:108).

Ervin-Tripp et al.'s work compare two models for interpreting requests. The first, which they call a language centred model, is based on the notion that, to process a request, the hearer starts from a literal interpretation of what is said, checks with context, identifies speaker intention, and then proceeds to select the action. The second model, situation-centred, presupposes that hearers start with the situation as basis for interpreting the action. They decide in favour of the contextually based model: the experiments confirm that listeners can interpret requests without explicit language, only based on the situation. They found that interpretation of speakers' intent is neither necessary nor sufficient for hearers' cooperation, except when there is some discrepancy between contextual requirements and verbalized words. In the absence of incongruity, they had the "impression that decisions were made on a practical basis without regard to intention of partners" (1987-141).

In *Therapeutic Discourse*, **Labov and Fanshell** build on the work of the speech act theory. Their method of analysis relies heavily upon the speech act theory's concept of conditions and effects that are formulated from the participants' psychological states. For example, Searle (1980:58) establishes the following as one of the conditions for a promise to be considered valid:

H (hearer) would prefer S (speaker's) doing A (an action) to his not doing A, and S believes H would prefer his doing A to his not doing A. (Searle, 1980:80)

The rules of requests set up by Labov and Fanshell, quoted below, are very much like Searle's:

If A addresses to B an imperative specifying an action X at a time T1, and B believes that

A believes that:

1a. X should be done (for a purpose Y) [**need for action**]

b. B would not do X in the absence of the request [**need for the request**]

2. B has the **ability** to do X (with an instrument Z)

3. B has the **obligation** to do X or is willing to do it.

4. A has the right to tell B to do X, then A is heard as making a valid request for action. (Labov and Fanshell, 1977:78)

The discourse rules that Labov and Fanshell propose amount to rules for the interpretation of speech-act-like expressions. The crucial point is to determine the intended meaning underlying such expressions, which is done by using their background knowledge about the patient's mental state and the social roles of the participants.

## **2. Determining the nature of the event as the basis for analysis: the ethnographic school**

The authors grouped under this approach start their analysis from a detailed examination of the event in which the interaction to be described takes place.

**Hymes** is considered the pioneer and major figure of this way of studying communication. The central concept of this school is "speech community", defined as

a community sharing rules for the conduct and interpretation of speech, and rules for the interpretation of at least one linguistic variety. (Hymes, 1986:54)

In their search for linguistic patterns and regularities, the communication ethnographers base their analysis on the description of the underlying social patterns existing in a certain speech community. For them, one should start with a social group and proceed to consider all the linguistic varieties present within it, rather than starting with any one variety (Hymes, 1986:54). From the characterization of the event, the communication ethnographers can categorize the genre of the text, which should be described in terms of a series of components:

form and content of the message; the setting (the place and time); the scene (the psychological setting); the participants; the intent and effect of the communication; the key (the tone, manner, or spirit); the medium (the channel); the genre; and the norms of interaction.

### **3. Determining the formal units of a text as the starting point: the systemicists and the Birmingham school**

A quite different school from the ethnographic tradition also starts by distinguishing discourse genres as a methodological tool for identifying the structure of a text. This group, though, do not associate the genre of a text with a given speech community, as the ethnographers do. Rather, they determine the genre of a text from certain parameters devised by them, i.e., for them, a text has certain formal units, hierarchically organized. I concentrate, first, on **Halliday and Hasan's** approach to genre classification.

Hasan (Halliday and Hasan, 1989) starts from Halliday's concepts of field, tenor and mode to design a conceptual framework which one can use to identify the social context of a text. The field of discourse refers to what is happening, to the character of the social action which is taking place. The tenor of discourse refers to who is taking part, to the participants statuses and roles. The mode of discourse refers to what part the language is playing, what it is that the participants are expecting the language to do for them in that situation (Halliday and Hasan, 1989:12).

Hasan claims that the concept of "Contextual Configuration" she created is able to predict the "Obligatory" and the "Optional" elements of a text's structure as well as their "Sequence" vis-à-vis each other and the possibility of their "Iteration" (Halliday and Hasan, 1989:56). The obligatory elements define the genre to which a text belongs. For example, the text transcribed further on is defined as belonging to the genre of "service encounter", whose obligatory elements are: Sale Request, Sale Compliance, Sale, Purchase and Purchase Compliance, in that order. Its Contextual Configuration is:

- 1) Field: economic transaction: purchase of retail goods: perishable food. . .
- 2) Tenor: agents of transaction: hierarchic:

customer superordinate and vendor subordinate; social distance: near-maximum. . .

- 3) Mode: language role: ancillary; channel: phonic; medium: spoken with visual contact. . .

The text and its structure are:

SR= [ Can I have ten oranges and a kilo of bananas please?

SC= [ Yes, anything else?  
[ No thanks.

S= [ That'll be dollar forty. (sic)

P= [ Two dollars.

PC= [ Sixty, eighty, two dollars. Thank you.  
(Halliday and Hasan, 1989:59)

To summarize, Hasan's line of research suggests that, to analyse a text, one should start by identifying the text genre. The genre will determine which of its structural parts are obligatory and optional. Their characterization implies a sequential and fixed order of the structural components.

**Sinclair, Brazil, Coulthard** and their associates conducted research on discourse structure found in classroom interaction. Their system is hierarchically organized, i.e., the basic assumption is that a unit at a given rank is made up of one or more units of the rank below and combines with other units at the same rank to make one unit at the rank above. As the systemists, they start their analyses from the text formal units, which are: lesson, transaction, exchange, move and act.

Although their work differs substantially from Labov and Fanshell's as far as the aims of the studies are concerned, they also partially base their analysis on the speech act theory's notions. The works I am referring to are: Sinclair and Coulthard, 1975; Coulthard, 1983; and Sinclair and Brazil, 1982.

Sinclair and Coulthard (1975:27-28) identified 21 "discourse acts", roughly, the grammatical unit clause with **functional** properties.

Examples of acts typical of classroom are:

- 1) evaluate: teacher's "good girl"

- 2) accept: teacher's "yes", "no", "good".
- 3) bidding: pupil's "Miss, Miss"
- 4) cue: teacher's "hands up".

The analyses they provide are bottom-up: they define classes of acts: the major ones are "elicitation, directive, informative" (Sinclair and Coulthard, 1975:28). The acts make up moves: the most common ones in the classroom are "opening, answering, follow-up" (or "initiation, response, follow-up", Sinclair and Brazil, 1982). Such moves combine to form the exchanges. The four major teacher exchange types are: informing, directing, eliciting and checking. Transactions are made up of boundary exchanges at their beginnings and ends, and a series of medial exchanges. They say that, "although they have identified eleven types of medial exchanges, they cannot specify how they are ordered within transactions" (Sinclair and Coulthard, 1975:56). Also, they cannot specify any ordering of transactions within lessons, the highest unit (Sinclair and Coulthard, 1975:59).

Although the analysts from the Birmingham School identify all the categories mentioned above, they have mostly concentrated on studying the exchange 'initiation, response, follow-up', as it is recognized as the "normal form inside the classroom" (Coulthard, 1983:103).

#### **4. Using the turn-taking system as a basis for analysis: the ethnomethodological tradition**

The well-known work by **Sacks, Schegloff, Jefferson** (1974) is directed at extracting the organizational rules underlying the turn-taking system. These rules, they argue, are capable of being at the same time context-free and context-sensitive: although parameters like place, time and identities are not considered in the model, the "variations the parties brought to bear in the conversation would be accommodated without change in the system" (Sacks, Schegloff and Jefferson, 1974:700).

The system is described in terms of two components (the turn-constructive and the turn-allocation components) and a set of rules.

To construct a turn, a speaker may use various types of units: sentential, clausal, phrasal and lexical constructions.

When a speaker starts a determined construction of a turn's speech, he is entitled, in having such a turn, to complete it. The possible completion points are called "transitional-relevance places". Transfer of speakership is coordinated by such points.

The rules of turn-allocation fall into two groups: the next turn can either be allocated by the current speaker or by self-selection.

A local management organization is the "adjacency pair", considered by the ethnomethodologists as a prime structure found in conversations. A term coined by Schegloff (1972), an adjacency pair is a highly organized sequence consisting of two sequential turns which are strongly related to one another. On a speaker's turn, he produces the first part of an adjacency pair, conditioning the interlocutor to produce the second part of the pair. Question-answer, greeting-greeting, invitation-acceptance/decline, compliment-accept, instruct-receipt, ect., are prototypical adjacency pairs.

Taking the adjacency-pair as basic, Schegloff (1972) elaborated the notion of the inserted sequence, in which one question-answer pair is embedded within another.

These authors' turn-taking system has received a number of criticisms throughout the past years, but mention of these lies outside the scope and concern of this work (see, for instance, Power and Martello, 1986; Houtkoop and Mazeland, 1982; O'Connell, Kowal and Kaltenbacher, 1990). I will, however, mention here that many scholars note that the rules of turn-taking are suspended during the development of such units as stories, riddles and jokes, where a single speaker keeps the turn for some time, without negotiating the floor at every possible transitional-relevance place. Houtkoop and Mazeland (1982) refer to these units as "discourse units", a term coined by Wald (1978, quoted by Polanyi and Scha, 1982:143). Units which can be identified as "discourse units" or simply "long turns" (Brown et al., 1984) are also the most frequent in my research on classroom interaction (Barros, 1991).

Below, I describe a system devised for classroom interaction based on Sacks et al.'s model.

According to **McHoul** (1978), the following is the simplest form in which the management of turns at talk for classrooms can be accounted for:

I. For any teacher's turn, at the initial transition-relevance place of an initial turn-constructive unit:

(A) If the teacher's turn-so-far is so constructed as to involve the use of a 'current speaker selects next' technique, then the right and obligation to speak is given to a single student; no others have such a right or obligation and transfer occurs at that transition-relevance place.

(B) If the teacher's turn-so-far is so constructed as not to involve the use of a 'current speaker selects next' technique, then current speaker (the teacher) must continue.

II. If (A) is effected, for any student-so-selected turn, at the initial transition-relevance place of an initial turn-constructive unit:

(A) If the student-so-selected's turn-so-far is so constructed as to involve the use of a 'current speaker selects next' technique, then the right and obligation to speak is given to the teacher; no others have such a right or obligation and transfer occurs at that transition-relevance place.

(B) If the student-so-selected's turn-so-far is so constructed as not to involve the use of a 'current speaker selects next' technique, then self-selection for next speaker may, but need not, be instituted with the teacher as first starter and transfer occurs at that transition-relevance place.

(C) If the student-so-selected's turn-so-far is so constructed as not to involve the use of a 'current speaker selects next' technique, then current speaker (the student), may, but need not, continue unless the teacher self-selects.

III. For any teacher's turn, if, at the initial transition-relevance place of an initial turn-constructive unit either I(A) has not operated or I(B) has operated and the teacher has continued, the rule-set I(A) \_ I(B) re-applies at the next transition-relevance place and recursively at each transition-relevance place until transfer to a student is effected.

IV. For any student's turn, if, at the initial transition-relevance place of an initial turn-constructive unit neither II(A) nor II(B) has operated, and, following the provision of II(C), current speaker (the student) has continued, then the rule-set II(A) \_ II(C) re-applies at the next transition-relevance place and recursively at each transition-relevance place until transfer to the teacher is effected.

McHoul's system reflects a highly formal situation, where "only teachers can direct speakership in any creative way" (McHoul, 1978:188). Students, at transitional-relevance points, can only continue or select the teacher as the next speaker: they can never select another student. When teacher selects, only the selected has the right and obligation to talk, as in Sacks et al.'s system. When a student finishes his turn and he does not select, the turn returns to the teacher. The possibility of a student's self-selection is not accounted for.

##### **5. Investigating how people express and interpret meaning in conversation: the microanalysts or interactional sociolinguists**

Very recent work has concentrated on finding out why conversationalists use a certain element to convey meaning. In other words, the central question for the analysts who belong to this group is how language is used to create sharedness.

The cornerstone of this approach is John **Gumperz**, anthropologist and ethnographer (as he defined himself during his talk at Sociolinguistic Symposium 8, 1989, London). **Tannen** (1984, 1989) and **Schiffrin** (1987) share the same concerns as Gumperz.

Basic to **Gumperz's** (1982) ideas is the concept of "contextualization cues", i.e., the process of signalling meaning by the use of paralinguistic and prosodic features, such as intonation, rhythm, pitch, pause, etc. He investigates the operation of contextualization cues in inter-ethnic communication, especially when the cultural differences between individuals give origin to interactional misunderstandings. Fasold (1990:45) cites an example given by Gumperz (1977) which illustrates such situations. A West Indian bus driver would occasionally say "exact change please", as is usual in English buses. The driver would repeat the sentence to passengers who did not have the money ready or who presented a large note, but, this time, he would say "please" in a louder voice and higher pitch; at the same time, he would pause between "change" and "please". One passenger complained about the driver's impoliteness. According to Gumperz, the bus driver did not mean to be impolite: the loudness, the pitch and the pause employed, for West Indian English speakers, convey routine emphasis. The bus

driver tried to be polite by emphasizing the polite word "please". The source of the problem, then, was that the driver's loudness, pitch, and pause consisted of different contextualization cues for the bus driver and passenger.

Tannen's (1984, 1989) mode of analysis is, according to herself, based on the work of Grumperz and Lakoff (Tannen, 1984:7). Tannen considers that, in choosing the form of an utterance, speakers observe one of Lakoff's Rules of Rapport:

1. Don't impose (Distance)
2. Give options (Deference)
3. Be friendly (Camaraderie). (1984:11)

The speakers choose one of these rules to achieve a particular stylistic effect (quoted above in brackets), i.e., the choice of **stylistic strategies** is aimed at showing speaker's degree of involvement and considerateness towards his interlocutor.

The notion of involvement, also used by Gumperz (in a slightly different way, she argues) is central to Tannen's studies:

an internal, even emotional connection  
individuals feel which binds them to other  
people as well as to places, things,  
activities, ideas, memories, and words.  
(Tannen, 1989:12)

Among the features which show a high-involvement style, Tannen (1984:30) lists pacing. Throughout her work, she gives examples of conversational styles where speakers with high-involvement produce conversations where cooperative overlaps, fast tempo, and gapless turns are the norm.

Schiffrin's (1987) work is also motivated by the attempt to find out more about how people communicate and interpret meaning in conversation. The model she presents for examining "where and why discourse markers occur" is based on (local, i.e., between adjacent units) coherence (1987:24). She starts her argument with Gumperz's (1984) claim that communicative meaning is achieved through the process of the interpretation that a hearer makes of the speaker's contextualization cues. Such cues are reflexive: not only are they constrained by the larger interactional frames in which they are situated, but also they create interpretative contexts through which the

speaker's communicative intention is inferred (Schiffrin, 1987:22). Thus, coherence is the result of

a speaker's successful integration of different verbal and nonverbal devices to situate a message in an interpretative frame, and a hearer's corresponding synthetic ability to respond to such cues as totality in order to interpret that message. (Schiffrin, 1978:22)

Based on this principle, she examines the use of discourse markers: for instance, she identifies that "well" is a marker of response, used when the preceding options given for the coherence of the response are not followed (Schiffrin, 1987:102-127). One example of such an use of "well" (given by Schiffrin, 1987:120) is:

Debby: How did you get the name of the doctor you're using now? Where'd y'find him?

Zelda: **Well** y'mean our family doctor?

By initiating with "well", Zelda's response conveys that she acknowledges the question but needs a clarification before answering it.

Although the three authors mentioned above, in Section 5, have a common underlying concern (to find out how interactionists build up a conversation), they differ in many aspects. For instance, one could argue that Gumperz's analysis involves much more interpretation than Schiffrin's, whose studies are more descriptive. Tannen would lie somewhere in between the two. The difference is due to a series of factors beyond the scope of this review (for instance, methodological standpoints, such as how the sample was collected and who the informants are, their relationship, etc).

Therefore, I would like to stress that, in a more refined commentary, not only could these three authors mentioned above be grouped differently, but all the others referred to from Section 1 to 5 too. Moreover, other approaches could be added, but it is not my intention to provide an exhaustive account of the work done on Conversation / Discourse Analysis. Rather, I have aimed to give the reader a sense of the how diversity of ways in which conversation can be dealt with through different perspectives.

## REFERENCES:

- BARROS, K.S.M. DE. 1991. **Topical Organization in the Classroom: Internal Structure and Conversational Markers**. PhD thesis, University of Essex, U.K.
- BROWN, G. et al. 1984. **Teaching Talk: Strategies for Production and Assessment**. Cambridge: Cambridge University Press.
- COULTHARD, M. 1983 (1st ed. 1977). **An Introduction to Discourse Analysis**. England: Longman.
- ERVIN-TRIPP, S. et al. 1987. Understanding requests, *Linguistics* 25:107-143.
- FASOLD, R. 1990. **Sociolinguistics of Language**. Oxford: Basil Blackwell.
- GUMPERZ, J.J. 1982. **Discourse Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press.
- GUMPERZ, J.J. 1977. Sociocultural knowledge in conversational inference, in Muriel Saville-Troike (ed.), **Linguistics and Anthropology, Georgetown University Round Table on Languages and Linguistics**. Washington DC: Georgetown University Press.
- HALLIDAY, M.A.K. and HASAN, R. 1989. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press.
- HOUTKOOP, H. and MAZELAND H. 1982. Turns and Discourse Unit, Paper written for the X World Congress of Sociology, Mexico City, August 16-21, Amsterdam: University of Amsterdam.
- HYMES, D. 1986 (1st ed. 1972). Models of the Interaction of Language and Social Life, in J.J. Gumperz and D. Hymes (eds.), **Directions in Sociolinguistics: the Ethnography of Communication**. Great Britain: Basil Blackwell.
- LABOV, W. and FANSHELL, D. 1977. **Therapeutic Discourse**. New York: Academic Press.
- MCHOUL, A. 1978. The organization of turns at formal talk in the classroom, *Language in Society*, 7: 183-213.
- O'CONNEL, D.C. et al. 1990. Turn-taking: a critical analysis of the research tradition, *Journal of Psycholinguistic Research*, Vol. 19, No 6: 345-373.
- POLANYI, L. and SCHA, R.J. H. 1982. On the recursive structure of discourse, in **Discourse and Text Proceedings of the Tilburg Conference, 25-26 January**.

- POWER, R.J.D. and MARTELLO, M.F. Dal 1986. Some criticisms of Sacks, Schegloff, and Jefferson on turn taking, **Semiotica** 58(1/2): 29-40.
- SACKS., H., SCHEGLOFF, E. A., and JEFFERSON, G. 1974. A simplest systematics for organization of turn-taking for conversation, **Language** 50(4): 696-733.
- SCHEGLOFF, E.A. 1972. Notes on a conversational practice: Formulating place, in D. Sudnow (ed.), **Studies in Social Interaction**, New York: Free Press.
- SCHIFFRIN, D. 1987. **Discourse Markers**. Cambridge: Cambridge University Press.
- SINCLAIR, J. McH. and D. BRAZIL 1982. **Teacher Talk**. Oxford: Oxford University Press.
- SINCLAIR, J. McH. and COULTHARD, R.M. 1975. **Towards an Analysis of Discourse: The English used by teachers and pupils**. London: Oxford University Press.
- TANNEN, D. 1984. **Conversational Style: Analysing Talk Among Friends**. New Jersey: Ablex Publishing.
- TANNEN, D. 1989. **Talking voices: Repetition, dialogue, and imagery in conversational discourse**. Cambridge: Cambridge University Press.
- WALD, B. 1978. Zur Einheitlichkeit und Einleitung von Diskurseinheiten, in U. Quasthoff (ed.), **Sprachstruktur-Sozialstruktur Zur Linguistischen Theoriebildung**. Kronberg: Scriptor.

## **É CONVERSANDO QUE A GENTE MENOS SE ENTENDE: OPACIDADE E TRANSPARÊNCIA NA COMUNICAÇÃO INTERCULTURAL EM LÍNGUA MATERNA \***

*Inês Signorini - (UFPB/CG)*

### **1. Introdução**

A questão que nos propomos discutir neste trabalho diz respeito a algumas das dificuldades observadas na prática rotineira de quem pretende agir, através da conversa, do diálogo, da troca de palavras, e portanto, através da interação comunicativa, sobre o comportamento, as ações, e sobretudo sobre as convicções, de um interlocutor estranho à sua comunidade interpretativa, no sentido pierceano do termo, isto é, no sentido de um contexto sócio-cultural e discursivo em que há reciprocidade de perspectivas e contratualidade no uso da língua. Uma comunidade interpretativa, porém, não é uma unidade estática, de dimensões e limites nítidos e precisos, ou mesmo institucionalizados. É antes um ponto de convergência mais ou menos fugaz, convergência essa definida a partir de um dado parâmetro dimensionador de relações e perspectivas. Na linguagem comum, essa idéia de comunidade interpretativa se traduz frequentemente em expressões do tipo "pertencer ou não à mesma tribo", "pertencer ou não à mesma turma".

Um episódio recente nos parece esclarecedor do tipo de dificuldades a que estamos nos referindo: num programa da rede estatal de televisão, levado ao ar pouco antes do término dos trabalhos da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigava denúncias de irregularidades nas ações de um empresário ligado ao governo federal, um grupo de jornalistas aventava a hipótese de o vice-presidente da República na época vir a ocupar o cargo de presidente, em consequência de um possível pedido de impeachment do presidente em exercício; para a maioria dos participantes do debate sobre (o que seria o Brasil após a CPI), essa era, porém, uma hipótese dificilmente avaliável em termos de consequências para a vida política do país, visto ser o vice-presidente uma espécie de

enigma no contexto considerado. Nos termos de um desses participantes, "o problema do Itamar" é que, apesar de sua carreira política ser consistente e comprometida com "forças políticas" sobejamente conhecidas, ele havia "mudado de turma" e, em consequência, já não dava mais para saber "qual era a dele" em determinada circunstância. Uma prova disso havia sido dada ali mesmo, quando os debatedores tentavam, em vão, decifrar o sentido real (em contraposição a oficial) de uma visita recente do vice-presidente a uma instituição militar. O dado contextual considerado particularmente relevante, no caso, era o fato de tal visita ter-se dado imediatamente após a posse do vice como chefe interino do Executivo, por ocasião de uma viagem do então presidente da República ao exterior.

Conforme aponta esse exemplo, a "mudança de turma" do locutor implica obrigatoriamente num redimensionamento de perspectivas e, conseqüentemente, numa espécie de deslocamento do sentido: opacificação generalizada de seu discurso e também de suas ações, não só no presente e no futuro, mas também no passado, como é o caso do personagem político focalizado. Posições e argumentos que antes pareciam (ou eram tidos como) transparentes, precisam agora ser decifrados ou, mais precisamente, "deslindados" - no sentido barthesiano do termo (1988) -, com todos os riscos e incertezas inerentes a esse processo de releitura.

A questão da opacidade e da transparência na comunicação entre grupos oriundos de diferentes universos ideológico-culturais, como é o caso das correntes político-partidárias, em questão neste exemplo, e também das várias subculturas presentes na sociedade como um todo, é justamente a das condições de realização do próprio processo comunicativo, isto é, do diálogo como inter-ação, como comunicação, em contraposição a uma possível troca de palavras (Mey, 1987) - amigáveis ou não - em que nenhuma base mínima de acordo é construída para que emergjam as significações interacionais. O fracasso na realização do processo comunicativo se verifica nos debates inócuos, ou ritualizados, nos "diálogos de surdos", nas conversas ditas (esclarecedoras) mas que, ao invés de favorecerem a busca da convergência, com vistas à construção de um acordo mínimo necessário ao diálogo, favorecem o engessamento do impasse e a conseqüente radicalização de

posições e argumentos. Em função da frequência desse tipo de desencontro na vida cotidiana, o problema da opacidade e da transparência na comunicação intercultural não pode ser considerado como marginal dentro da problemática global da comunicação lingüística.

Na verdade, contrariamente ao que prevê tanto o senso comum quanto uma visão informacional, isto é, idealizada, da comunicação lingüística, que acredita no diálogo como troca negociada entre parceiros através de um instrumento neutro (ou neutralizável) - "é conversando que a gente se entende": circulação de informações, transparência e universalidade da linguagem - essa necessidade de "deslindamento" do sentido é inerente ao próprio uso do sistema sógnico como mediador do sentido: na linguagem, a relação entre formas e sentidos é essencialmente indeterminada. E são justamente os mecanismos comunitários de estabilização do sentido, próprios de cada comunidade interpretante - contatos face a face, educação formal, demais instituições burocráticas, por exemplo -, que atuam no sentido de limitar ou controlar essa indeterminação e, conseqüentemente, evitar a deriva, a dispersão na semiosis.

O interesse, portanto, de se focalizar a questão da opacidade e da transparência na comunicação intercultural está em se poder melhor identificar os mecanismos de base comunitária que determinam o processo interacional em qualquer circunstância (Parret, 1983; Signorini, 1991) mas que passam despercebidos na prática cotidiana envolvendo pares sociais e é colocado entre parênteses pelos modelos conversacionais de análise da interação lingüística.

Dois fatores, descritos a seguir, contribuem de maneira decisiva para o fracasso comunicativo em diálogos do tipo em foco: o confronto de perspectivas e de estratégias comunicativas não congruentes.

Os dados que sustentam empiricamente a discussão foram extraídos de situações e de relatos de situações do tipo repasse de informações, de conhecimentos ou saberes, com vistas à transformação do universo ontológico e epistemológico de referência de um dos interactantes, na maioria das vezes de um representante de grupos sócio-lingüísticos e sócio-profissionais de menor prestígio em relação aos grupos representados pelos que detêm as informações, os conhecimentos, a

serem repassados (1): agricultor / técnico agrícola, pesquisador; professor de nível médio ou superior/professor universitário, pesquisador. Os trechos aqui transcritos seguem o padrão proposto por Marcuschi (1986). A barra inclinada (/) assinala as unidades de fala marcada pela prosódia (jatos); quando utilizada em final de turno, essa mesma barra indica interrupção brusca.

A perspectiva de análise desses dados é fornecida fundamentalmente pela lingüística pragmática de inspiração wittgensteineana (Parret, 1988).

## **2. Confronto de perspectivas ou "lógicas" de raiz comunitária**

O primeiro fator que contribui de maneira decisiva para o fracasso, em diferentes graus, da comunicação intercultural é o confronto de perspectivas ou "lógicas" de raiz comunitária não congruentes. E essa raiz comunitária é a base axiológica de que fala Parret (1988): zona de expansão dos valores modais (poder, querer, saber, dever), conjunto de saberes e valores que vão determinar a competência modal da subjetividade autêntica ou identidade do sujeito, assim como os pontos de fuga que vão determinar as perspectivas ideológico-culturais de contextualização dos fragmentos lingüísticos. Como são essas perspectivas que definem os "padrões tácitos de expectativas" (Hundeide, 1985) presentes no diálogo, a falta de congruência deixa à mostra diferenças a nível das "posições interpretativas" dos falantes e das alternativas compatíveis com essas posições.

Na passagem abaixo, em que um técnico relata como e porque se deu o rompimento definitivo do diálogo com um agricultor, a questão da incongruência de perspectivas se traduz muito claramente pelo conflito de valores relacionados a epistemologias sociais diferenciadas: de um lado a exigência da poda da bananeira em nome da produtividade e do lucro (economia de mercado) - produzir "mais e melhor", é o slogan -, e do outro a evidência da desvantagem de uma redução do número de mudas (economia informal) - produzir maior quantidade. E esse exemplo é muito significativo, pois o desbaste da bananeira constituiu, de fato, segundo os especialistas do cor-

pus, um dos (cavalos de batalha) enfrentados pelos programas agrícolas por eles referidos.

/.../

I : (...) quando eu comecei a fazê o desbaste ele mandou pará/ (...) ele explicô o seguinte/ que quanto mai/ é: o tipo da coisa/ quanto mai vaca mai bezerro (+) então quanto mai pé de banana mai cacho de banana certo"/ mai aí eu expliquei pra ele/ eu digo (...) seu Otávio me diz uma coisa (+) se eu butá um prato de comida aqui/ o siô come fica satisfeito/ com um prato cheio"/ ele disse fico/ eu digo e se eu butá pra o siô e pra mim" (+) a gente come fica satisfeito"/ ele disse não mai dá pra passá/ eu digo e se fô pa nói quanto/ eu o siô/ Ramim e outra pessoa" (+) vão ficá os quato com fome ô os quato vão se alimentar bem"/ vão ficá com fome eu digo/ então (+) tai a resposta queu tenho pa dá pa (+) o siô não querê fazê o desbaste/ ele disse mai num faiz/ eu disse então tá certo/ ele disse se quisé fazê pode tirá o sistema daqui queu num quero mai não

/.../

É interessante observar nesse exemplo o modo de construção do argumento pelo técnico: através da analogia com dados experienciais, são apresentadas evidências que levam o interlocutor a admitir a plausibilidade da tese defendida - deve-se podar a bananeira para que ela produza bem -, como o resultado de um raciocínio lógico, no sentido aristotélico. Não são explicitadas, porém, as relações entre essas evidências, ou esses dados, e a tese defendida. Essas relações não explicitadas, apesar de subjacentes ao argumento, constituem a razão dos dados escolhidos pelo locutor serem suporte para a tese: cada broto, para ser produzido, exige garantia de nutrição suficiente.

É importante observar ainda que a "lógica indiscutível" que orienta a construção do argumento e justifica a estratégia de ação do técnico só é de fato (indiscutível) quando se aceitam as premissas sobre as quais ela se assenta, uma espécie de razão última (ground level), que não mais remeteria a nenhuma outra anterior (Johnstone, 1986, a partir de Toulmin) -

num contexto de fartura, comer e comer mal ou quase não comer são possibilidades que se excluem/ na economia capitalista, produzir para a subsistência e produzir para o lucro são possibilidades que se excluem.

Como são as razões últimas, de base axiológica, que vão determinar o tipo de argumento utilizado e as alternativas cabíveis em função da perspectiva adotada, a eliminação dos brotos indesejáveis - ou a necessidade de "matá os fii (filhos)", na versão dos agricultores - é uma alternativa compatível com a perspectiva econômica capitalista ancorada na valorização da produção e do lucro, e que, por força do modo de construção do discurso persuasivo, torna-se uma necessidade irrefutável.

Essa, porém, não é uma alternativa compatível com a posição interpretativa de seu interlocutor, que se vale de um ditado popular, em cuja base axiológica figuram valores mais fundamentais que os relacionados à geração e ao acúmulo de riquezas: num contexto de escassez, onde come um comem dez: não dá para ficar "satisfeito", "mai dá pra passá"/ na economia tradicional, a produção é para a subsistência do núcleo familiar.

O fato de broto da bananeira ser denominado pelos agricultores da região de "fio", "fiote" ou "fi" da bananeira mãe introduz inevitavelmente na discussão acima uma analogia não explicitada com a família - quanto maior o número de filhos maior a força de trabalho disponível, mesmo se subnutrida e desvalorizada como força de trabalho de aluguel. E isso sem falar das implicações éticas da relação também não explicitada entre eliminar os brotos indesejáveis e "matá os fii" como solução para a escassez de alimentos. E nenhuma dessas duas relações, ligadas à experiência cotidiana (modo de vida) dos agricultores, foi prevista pelo técnico na elaboração de seus argumentos e na avaliação dos resultados.

Outro fato importante a ser observado é que as premissas não congruentes, sobre as quais se assentam os argumentos e as ações dos falantes, não são explicitáveis no diálogo, sob pena de se criar de imediato uma situação de impasse e constrangimento. O rompimento, no caso do exemplo acima, é, porém, inevitável, uma vez que, não abrindo mão de suas "lógicas", os interactantes não abrem mão dos seus mo-

dos diferenciados de raciocinar/agir na prática cotidiana, isto é, não abrem mão de perspectivas culturalmente definidas de se atribuir sentido à experiência. É nesse sentido que se pode dizer que a identidade social é estabelecida e mantida em grande parte através da linguagem e se produz na comunicação social (Gumperz, 1982).

Mas quando o especialista - o técnico agrícola, no caso do exemplo acima - se dá conta disso, ele tende a assinalar a diferença e o conflito em termos de (atraso), precariedade de (entendimento), dificuldade de "discernimento" do agricultor que ainda não se convenceu de que "produtividade é sinônimo de tecnologia", de que (a pequena propriedade é uma empresa) e de que, por causa disso, "ele tem que raciocinar em termo de dinheiro" e "deve tê a sensibilidade de investimento". Dificilmente admitiria que não houve diálogo, já que não houve um acordo mínimo a partir do qual se pudesse construir o processo comunicativo, no sentido de uma possível ponte, ou posição interpretativa intermediária (Hundeide, 1985), que deslocasse um e outro de seus respectivos campos de visão, abrindo possibilidades reais de interação e construção do conhecimento. Nesse sentido, porém, a inflexibilidade comunicativa do letrado escolarizado em situações de assimetria sócio-cultural pronunciada, como é o caso nesse exemplo, contribui de forma decisiva para o fracasso do empreendimento, independentemente do grau de boa vontade dos envolvidos (Signorini, 1992).

### **3. Diferentes estratégias de produção/compreensão do persuasivo**

Outro fator que contribui de maneira decisiva para o fracasso na comunicação intercultural do tipo focalizado são as diferenças a nível das estratégias de produção/compreensão dos fragmentos lingüísticos em interações de cunho persuasivo. Por estratégias de produção/compreensão, a lingüística pragmática compreende as habilidades práticas - portanto ligadas à ação e não à introspecção - desenvolvidas no seio de uma comunidade interpretante e expressas através de regularidades no modo de usar a língua em situações corriqueiras (Parret, 1988, a partir de Wittgenstein).

Toda estratégia de produção é também uma estratégia de compreensão, pois possibilita a contextualização das expressões lingüísticas por meio de cadeias inferenciais de natureza interpretativa (dependentes do contexto) e é geradora de expectativas em função da interpretação de contextos. Em outras palavras, as estratégias de produção/compreensão são modos de raciocinar/agir no uso da língua em dado contexto e com vistas a um objetivo dado.

E na condição de práticas socialmente definidas que orientam os programas de ação dos membros de uma comunidade, são racionais e relacionadas com a comunidade através da política (Parret, 1889:53), o que significa dizer que não são nem completamente transparentes (no sentido de públicas e notórias) e nem desvinculadas das formas sociais de exercício de poder e controle sobre situações e indivíduos. É nesse sentido que se pode afirmar que cooperação e boa vontade não são suficiente para o sucesso no diálogo (Mey, 1987) e que a compreensão exige antes compartilhamento de estratégias que habilitem aquele que compreende (a interpretar contextos) perspectivamente, isto é, visando a “significância relevante” e não um conhecimento proposicional ou substancial (Parret, 1988:56-61).

No caso do exemplo nº 1, acima, o não compartilhamento do (conhecimento estratégico da relevância), de que fala Parret, impede a identificação, por parte do técnico, do grau de relevância maior atribuído pelo agricultor ao modo tradicional (e familiar) de se lidar com os problemas de escassez de alimento, em detrimento do modo (científico) (e impessoal) de se lidar com os mesmos problemas. Nesse sentido, a utilização do recurso retórico da analogia entre nutrição vegetal e alimentação humana tem o efeito indesejado, e até certo ponto surpreendente, de fazer com que, aos olhos de seu interlocutor, o discurso do técnico deixe de ser racional e razoável (produzir melhor para o lucro) para tornar-se justamente irracional e até absurdo (produzir menos, “matá os fii”).

A esse respeito, é interessante observar a estratégia retórica de que se vale o coordenador de um programa de geração e adaptação de tecnologia para o campo num debate público com representantes do sindicato de trabalhadores rurais e estudantes universitários. Na passagem abaixo ele relata

momentos de uma conversa não muito amistosa com um agricultor insatisfeito com os rumos do programa e com um estudante que o havia acusado de (ajudar o capital a concentração do capital):

/.../

I : (...) então pro o agricultô/ eu disse meu amigo olha/ (...) nós somos pesquisadores/ e estão dizeno o que estamos fazeno (+) isso é prova que nós tamo cumprino a nossa parte (+) agora (+) se nós geramos o conhecimento e a outa instância que deve utilizá não faz (+) você num pode (+) condená pessoas que tão trabalhano nesse país dessa manera (+) não é justo/ você deve se aliá aos pesquisadores/ pra queles façam coisas cada vez mais reais pra vocês e que tenha uma linguagem adequada pra conversá com essas otras pessoas (+) pa o menino (...) o estudante eu disse pra ele que se fosse explorá o semi-árido na Rússia (+) em Cuba (+) no Brasil ou no Estados Unido/ a caprinocultura seria daquele jeito (+) desde que o nível de (pobreza) consciência nosso seria daquele jeito/ a vara seria aquela vara quele colhe lá (+) o capim seria aquele que tem pra vendê no mercado (+) agora a diferença (+) é que tano no Brasil/ nos Estados Unido/ isso pode i a a a eficiência do homem em gerá mais divisa da propriedade/ podia tê o destino do capital (++) se fosse em Cuba isso iria tê um destino social (++) quem define um regime político não são os pesquisadores (+) o ruim (+)/ ou seja o positivo nisso é qualquê que seja o regime político que: venha se instalá no país tenha soluções pá viabilizá (+) a sociedade

S : sei (+) e aí essa discursão levô a quê"

I : essa é: essa discussão levô ao silêncio (++) certo"

/.../

O que mais chama a atenção nessa passagem é a explicitação sistemática de razões que remetem a uma base axiológica de valores e saberes frontalmente combatidos pelos grupos representados na audiência. Como essa exibição põe a nu as diferenças a nível das posições interpretativas dos interactantes e, a partir daí, põe também a nu as incompatibilidades a nível de alternativas, o efeito produzido é o da agressivi-

dade e o da inflexibilidade de posições e argumentos. O silêncio, apesar de interpretado pelo locutor como um sinal de vitória, de sucesso no debate - calar o interlocutor, liquidar seus argumentos - é apenas o sinal de um colapso comunicativo incontornável.

De fato, fazer calar o interlocutor não é aqui um efeito indesejado ou surpreendente, mas sim uma forma estratégica de demonstração de poder, intimamente relacionada com os modos de raciocinar/ agir da comunidade científica em contexto burocráticos. Em função de sua concepção letrada escolarizada do que seja a linguagem - transparência, universalidade - e de como deve ser usada - objetividade e clareza -, o pesquisador acima contraria as expectativas de uma conversa esclarecedora e, sobretudo, convincente, naquele contexto, em relação às vantagens do programa por ele coordenado. Como a verdade, na perspectiva letrada, tende a ser confundida com uma realidade externa e independente, e não com um efeito de sentido, ao "dono da verdade" não carece nenhum "fazer persuasivo", nenhuma "solicitação de consenso" junto ao seu interlocutor. O conhecimento científico, tido como universal e verdadeiro - "se fosse explorá o semi-árido na Rússia (+) em Cuba (+) no Brasil ou no Estados Unido/ a caprinocultura seria daquele jeito" - é um bem incontestável e um argumento a mais na legitimação das relações de poder e controle presentes no diálogo - (eu sô um pesquisadô) (Signorini, 1992).

A crença na transparência e universalidade da linguagem como instrumento mediador do sentido faz com que a explicitude e o decentramento no discurso, atributos do discurso objetivo, passem a ser tidos como índices seguros de clareza de raciocínio (racionalidade) e justeza de propósitos (neutralidade) no que diz respeito ao locutor, e de conformidade com a realidade das coisas (verdades), no que diz respeito ao referente. Isso faz com que a demanda, formulada pelos interlocutores do pesquisador acima, de (coisas mais reais) para os agricultores e de "linguagem adequada pra conversá" com eles lhe pareça não relevante, senão equivocada, já que o que é relevante são as "soluções pá viabilizá a sociedade", no sentido mais geral e abstrato que se possa atribuir a essa expressão de uso corrente no discurso técnico-científico.

Em última análise, trata-se de uma expressão já rarefeita

no contexto técnico-científico e completamente opacificada no contexto da interação acima focalizada: a “significância relevante” é deslocada da perspectiva imposta por uma afixada busca do bem estar social dos “beneficiados” pelos programas de desenvolvimento (perspectiva da audiência, estrategicamente adotada na divulgação do projeto) para a de uma necessária e desejável rentabilização do capital empregado nos programas de desenvolvimento (perspectiva do corpo técnico-científico, comprometido com os agentes financiadores do projeto). em termos de expectativas, o debate, nesse caso, só se justificaria se se construíssem na interação outras alternativas de sentido, a partir, evidentemente, de um deslocamento de perspectivas que, tais como são apresentadas, se excluem inexoravelmente.

Exatamente como no caso do exemplo anterior, o locutor focalizado nessa passagem, dificilmente admitiria que não só não houve acordo, como também não houve diálogo; que ele e seus interlocutores cruzaram-se ao largo, sem se tocarem, sem atinarem com o que cada um pudesse vir a contribuir para a transformação - e não necessariamente para a solução - de uma situação de impasse. Mais um fracasso, não só comunicativo, evidentemente, como também sócio-político e econômico.

#### **4. Considerações finais**

conforme ilustra a discussão dos exemplos acima, a questão da opacidade e da transparência na comunicação intercultural reintroduz a questão da lógica discursiva que, diferentemente da lógica tradicional, integra o nebuloso (em contraposição a nítido) e o opaco como elementos constitutivos do processo interacional de co-produção de sentidos. O modelo parretiano da comunicação perspectiva através de estratégias de produtos/compreensão procura justamente dar conta desse processo.

Conforme também ilustra essa mesma discussão, as perturbações na comunicação intercultural nos permitem re-situar a noção de comunidade interpretativa como base de ancoramento e perspectiva lastreadora das formas linguísticas: a importância das formas de vida ou condições sociais do falante, e da identidade social ou subjetividade de raiz comunitária,

como elementos constituidores do sentido na comunicação social (Wittgenstein, 1968; Mey, 1987).

Uma terceira contribuição importante do estudo da comunicação intercultural é a de possibilitar uma melhor compreensão dos limites do modelo canônico da comunicação como transferência (ou circulação) de sentidos, que costuma orientar programas importantes de ação social - institucionais ou não -, além dos escolares.

## 5. Notas

- (\*) Versão revista do trabalho apresentado em 17.08 92 em Campinas, por ocasião do Colóquio IEL/DLA nº 09/92.
- (1) Dados referentes ao projeto "Letramento e (in)flexibilidade comunicativa", apoiado pelo CNPq durante o período 1991/92. Descrição mais detalhada em Signorini (1992).

## 6. Referências bibliográficas

- BARTHES, R. (1988) **O rumor da língua**. São Paulo: Brasiliense.
- GUMPERZ, J. J. (1982) **Language and Social Identity**. Cambridge: Cambridge University Press.
- HUNDEIDE, K. (1985) "The tacit background of children's judgements". In J. V. Wertsch (ed.) **Culture, communication, and cognition: Vygotskian perspectives**. Cambridge: Cambridge University Press.
- JOHNSTONE, B. (1986) "Arguments with Komeini: Rhetorical situation and persuasive style in cross-cultural perspective", **Text** 6 (2):171-187.
- MARCUSCHI, L. A. (1986). **Análise da Conversação**. São Paulo: Ática.
- MEY, J. L. (1987) "Poet and Peasant", **Journal of Pragmatics** 11:281-197.
- PARRET, H. (1983) "L'énonciation en tant que déictisation et modalisation", **Languages** 70:83-97.
- \_\_\_\_\_. (1988) **Enunciação e Pragmática**. Campinas: Editora da UNICAMP.
- SIGNORINI, I. (1991) "Opacidade e transparência em interações assimétricas escolarizado/ não escolarizado", **Letras (PUCCAMP)** 11 (1 e 2) (no prelo).
- \_\_\_\_\_. (1992) "Letramento e (in)flexibilidade comunicativa". Relatório CNPq (inédito).
- WITTGENSTEIN, L. (1968) **Philosophical Investigations**. Oxford: Blackwell.

## **PADRÕES ENTOACIONAIS NOS PROCESSOS DE CONTINUIDADE E DESCONTINUIDADE NA FALA \***

*Marília Viana - UFPE*

A interação face a face tem constituído tema de discussão nos recentes trabalhos relativos à fala. Parte-se do princípio de que a "Língua é adquirida e usada no contexto da interação face a face" (Duncan, 1979:1) e que somente através do convívio social diário a criança desenvolve sua habilidade comunicativa, identificando e fazendo uso de recursos (ações) não-verbais ou situacionais (ações cinestésicas, contexto espacial e temporal, modulação da voz, entre outros). As ações não-verbais constituem fator essencial na descrição das ações verbais e exercem papel fundamental na explicação da formação das sentenças (cf. McNeill, 1987). O contexto social (ou situacional) e informacional condicionam as ações lingüísticas dos falantes e orientam na organização dos turnos da fala, observando-se as normas conversacionais (Schegloff e Sacks, 1973) e os fatos ausentes e presentes no momento da interação. O valor das ações lingüísticas resulta da interação desses dois fatores e somente através do estudo dessa interrelação é possível descrever-se o ato comunicativo.

Da mesma forma, a escolha do padrão entoacional pelo falante vai estar relacionada tanto ao contexto situacional quanto ao informacional. O falante seleciona previamente o que constitui parte do conhecimento partilhado (fatos do contexto situacional) e a informação a ser veiculada para organizar a ação lingüística, atribuindo às estruturas segmentais (nível sintático) padrões entoacionais específicos. As hesitações, as pausas, a segmentação da sequência tonal (grupo de unidade tonais) em unidades tonais menores e os tipos de padrões entoacionais a elas associados fornecem pistas ao ouvinte para a organização da fala subsequente, numa sequência de ações relacionadas entre si, contribuindo para o êxito da conversação. A resposta do ouvinte vai estar condicionada às informações suprasegmentais associadas à estrutura lingüística ao nível segmental.

Segundo Bateson (1971) "De todos os elementos e vis-situdes de formação e re-formação dos relacionamentos talvez

o mais interessante seja o processo pelo qual as pessoas estabelecem as regras comuns para a criação e compreensão das mensagens" (p. 22).

A noção de criação de regras de relacionamento interpessoal nas Ciências Sociais estende-se àquela aplicada no estudo da interação verbal. Na interação face a face há de se observar por parte dos falantes (consciente ou inconscientemente) as regras a serem seguidas se quiserem fazer-se entender numa conversação. A troca de turnos é estabelecida a partir de um acordo tácito entre os falantes e o desrespeito a essas normas implica no insucesso da interação, visto não ter sido observado o princípio da cooperação (Grice, 1975).

É nessa direção que Schegloff e Sacks (1973) estabelecem os elementos conversacionais e as regras para seu uso. O princípio da cooperação é enfatizado por esses autores que afirmam que somente através de sua observância é possível superar os problemas que surgem na troca conversacional. Na interação face a face a sequência ordenada dos elementos tem que ser necessariamente obedecida se se quer uma harmonia de ações entre os participantes. As ações lingüísticas se sucedem a partir de uma referência contextual (o contexto situacional e o contexto informacional) que define as condições para a realização da ação verbal e determinam a forma da estrutura sintática (McNeill, 1987). Tudo isso seria bastante simples e não apresentaria maiores problemas se os falantes seguissem as normas incondicionalmente. No entanto, sabe-se que nem sempre isso acontece. Os fatores contextuais atuam de forma variada sobre os participantes. A organização da fala está associada a processos tais como memória, limitações de ordem emocional, entre outros, que, embora não constituam nossa preocupação imediata neste trabalho, sabemos atuam decisivamente do desempenho do falante.

O atropelamento das ações - sobreposição de fala desrespeitando a norma 'fala um de cada vez' (Schegloff e Sacks, 1973) - infringe as regras de relacionamento interpessoal na interação face a face e resulta numa infração ao princípio de cooperação, ferindo a noção de ordem social como colocada por Schegloff e Sacks (op. cit. 290) ao buscarem "explicar os meios pelos quais os materiais (da conversação) são produzidos pelos participantes de tal forma que exibam sua orde-

nação, tenham sua ordenação respeitada e usada de modo que essa observação seja vista como a base para a ação subsequente". Há uma busca de "soluções institucionalizadas" a partir dos elementos de ordenação com o fim de determinar a coordenação das ações dos participantes na interação (cf. Duncan, 1979). Há, portanto uma sequência de ações em que uma ação estará relacionada com outras ações (ou ação) que a precederam. Não se pode deixar de considerar, no entanto, que na interação face a face as ações podem ser de natureza verbal e não-verbal (movimentos do corpo - braços, mãos, expressão facial), obedecendo a uma certa harmonia: um sorriso em desarmonia com a produção verbal pode provocar uma resposta inesperada no ouvinte. Da mesma forma, o uso de padrões entoacionais distintos aplicados a uma mesma estrutura sintática pode provocar diferentes reações no interlocutor.

Duncan (op. cit.) aponta quatro elementos essenciais na interação face a face como variáveis a serem observadas: os participantes (as ações individuais estarão vinculadas às variáveis sequenciais de ações, uma interferindo na outra); os tipos de ações (início, término e duração das ações como indicadores da sequência de ações); ligações entre as ações (observação de como as ações estão ligadas uma às outras - intervalo de tempo entre uma ação e outra, interrelação dos eventos interacionais ou uma combinação dos dois); ações independentes e dependentes (caracterização de cada ação como dependente ou independente na sequência de ações de acordo com as variáveis observadas). As pistas para mudanças de turno e os sinais gestuais são independentes desde que não co-ocorrem necessariamente. Através da observação dessas variáveis na sequência de ações é possível não apenas explorar "a organização dos vários tipos de interação, mas também as diferenças individuais presentes na organização" (Duncan, 1979:375).

Ao tratar a variável participantes, Cutler e Pearson (1986) colocam: "Para uma conversação ter sucesso, o turno de cada falante não deve ser muito longo e deve ser realizado sem interrupção; e, ao fim de cada turno, o outro falante deve prosseguir sem um intervalo longo demais" (p. 139). Para esses autores, a duração das pausas vai depender de fatores como conhecimento entre falantes, idade e fator social e, ainda, da

complexidade ou dificuldade do tema em discussão. Os falantes, em qualquer situação, oferecem pistas para a identificação do final do turno, sejam elas lingüísticas ou paralingüísticas (mudança na direção do olhar, movimento com as mãos, entre outros). Além dessas há ainda que se considerar as pistas prosódicas.

Estudos na área da prosódia (cf. Maeda, 1976; Lieberman, 1967; Oller, 1973; Lehiste, 1980, entre outros) têm demonstrado que dados fornecidos pela observação da frequência fundamental, duração e amplitude de diferentes estruturas apresentam características distintas, dependendo da posição dos elementos na estrutura. As pistas prosódicas fornecem sinais ao ouvinte para uma possível mudança de turno. Esta é uma das características da função pragmática da prosódia com relação ao código. O mesmo se pode dizer com relação à queda na frequência fundamental, ou uma mudança no padrão entoacional, ou ainda, uma baixa na amplitude ao término de uma sequência tonal (coincida ou não com a conclusão do pensamento do falante), que, de alguma forma contribua para a descontinuidade na fala, pode sugerir ao ouvinte que uma chance lhe foi concedida para tomar o turno. Essa perspectiva de análise prosódica interacional sugere uma maior atenção ao estudo das pausas de hesitação, visto que ao se considerar o padrão entoacional associado a um elemento da estrutura sintática onde se dá a pausa é que se poderá definir se a pausa preenchida pelo falante ou a tomada de turno pelo ouvinte se deu pelo fornecimento de uma pista identificada pelo padrão entoacional que acompanhou aquela estrutura ou se a duração simplesmente é que possibilitou a mudança do turno. De acordo com Boomer (1965) "as hesitações na fala espontânea ocorrem em pontos onde as decisões e escolhas devem ser feitas". Os arranjos gramaticais e lexicais são feitos a partir de uma decisão prévia do falante a qual, sendo circunstancial (o falante organiza a fala a cada momento), pode resultar em pausas não planejadas.

Para Brazil (1978:1) "as escolhas entoacionais estão relacionadas à função interativa de uma manifestação oral (utterance)". Os falantes deverão estar atentos à função interativa da fala se quiserem ser entendidos. A escolha de um determinado padrão entoacional obedece a uma decisão a cada mo-

mento da fala e estará condicionada ao conhecimento de mundo dos participantes e à complexidade do tema em desenvolvimento. Da mesma forma, a compreensão por parte do ouvinte dependerá do partilhamento do conhecimento de mundo partilhado (shared knowledge) e do tema. Quando atuando interativamente, o falante divide as estruturas em unidades tonais (tone units) de modo que cada porção seja percebida pelo ouvinte como “uma realização de fala inteligível” (Brazil, op. cit.:1). Cada unidade tonal é pré-planejada e pode ter uma ou mais proeminências (seleção de um elemento lexical na estrutura sintática com ênfase numa determinada sílaba) resultantes da escolha prévia estabelecida pelo falante. Antes de iniciar uma unidade tonal o falante precisa saber o que vai acontecer com cada unidade. As proeminências são selecionadas com base no conhecimento partilhado com o ouvinte, ao mesmo tempo que estão vinculados ao contexto, o que coincide, na maioria das vezes, com a tônica da palavra selecionada, mas não necessariamente. O conceito de tônica segundo Brazil (1978) é aquele de força articulatória em uma dada sílaba que carrega consigo a acentuação mais forte numa unidade tonal. A proeminência, por outro lado, é o resultado da seleção de uma sílaba em uma determinada palavra associada ao significado da mensagem a ser veiculada. A proeminência é um sinal para o ouvinte de que aquela palavra é seletiva. Como tal, é predizível. O tipo de padrão entoacional de toda unidade depende do tom atribuído ao elemento lexical selecionado.

Brazil descreve cinco tons: ascendente (rise), descendente (fall), ascendente-descendente (fall-rise), descendente-ascendente (rise-fall) e nível. Os tons descendente e ascendente-descendente implicam separação (separateness) e introduzem uma informação não-partilhada. São denominados proclamadores (proclaiming). Os tons ascendente e descendente-ascendente implicam partilhamento (common ground) e são chamados referentes (referring tones). O papel desempenhado pelo falante pode ser de dominante (o falante mantém o controle de como a interação verbal deverá se dar) e não-dominante. Uma situação em que o falante exerce o papel de dominante é aquela do professor em sala de aula. Os tons ascendente e ascendente-descendente estão relacionados ao papel de dominante exercido pelo falante.

Além dos tons acima descritos, os quais obedecem a uma orientação direta (*direct orientation*), há dois outros tons usados na orientação oblíqua (*oblique orientation*). O discurso de orientação oblíqua está centrado na língua e não no ouvinte. Não há uma preocupação em comunicar idéias mas em organizar sintaticamente a produção oral. A orientação oblíqua tem dois tons: descendente e nível. O descendente ocorre em pontos de possível completude (*completion*) e o nível está relacionado às palavras em uso. Este parece ser o tom normalmente usado na hesitação.

Halliday (1967) distingue também cinco tons (linhas melódicas) associados aos movimentos tonais (*pitch movements*). Esses tons estão vinculados a oposições entre polaridades:

“se a polaridade é assertiva, a intensidade da tônica cai; se não-assertiva, sobe. Assim, o tom 1 constitui uma asserção a uma pergunta que não envolve polaridade; o tom 4, que cai e em seguida sobe, constitui uma asserção que envolve ou implica alguma pergunta. O tom 2 constitui uma pergunta. . . e o tom 5, que sobe e em seguida cai, constitui uma pergunta não mais importante, combatida por uma asserção. O tom 3 evita uma decisão; como uma asserção é, na melhor das hipóteses, eventual ou imaterial” (op. cit.:36).

Com isso, entende-se que o falante pode ter diferentes graus de envolvimento com seu interlocutor (Coulthard, 1977). Os diferentes graus podem relacionar-se com intenções marcadamente distintas no falante, diferentes graus de envolvimento partilhado, e familiaridade com o tema em discussão.

Brazil (1975) estabelece graus de intensidade que podem ser atribuídos aos tons proclamador e referente, indicando graus de envolvimento por parte dos interlocutores. Com isso, a classificação de Brazil aproxima aquela de Halliday. Podemos resumir a classificação de Halliday e a de Brazil em duas dimensões - referente/proclamador e envolvimento/não envolvimento - em que o significado estará sempre relacionado a uma maior ou menor grau de envolvimento dos interlocutores, envolvimento esse que, por sua vez, pressupõe um maior ou menor grau de partilhamento de um conhecimento prévio.

Os tons proclamador e referente (*proclaim* e *refer*) po-

dem ser usados tanto em perguntas quanto em assertivas. É importante aqui ressaltar a distinção entre o conceito gramatical de 'interrogativas' e 'afirmativas' por um lado, e o conceito interacional de 'asseção' e 'indagação', por outro. O uso de 'afirmar' e 'perguntar' na concepção interacional está relacionado ao uso comunicativo da língua considerando o texto no qual a interação se dá. O conceito gramatical está centrado na língua em si. Nos contextos de asserção o uso dos tons proclamador e referente depende do conhecimento partilhado entre as partes - ou seja, lado já negociado - ou se uma informação nova está para ser veiculada. Nos contextos de indagações o tom referente tende a ocorrer com perguntas com uma resposta esperada ('Estou certo que o que eu penso é verdade?'), enquanto o tom proclamador tende a ocorrer sem resposta esperada ('Ainda não tenho certeza. Por favor, diga-me'). O tom referente está, portanto, relacionado com perguntas que "confirmam", e o tom proclamador, com aquelas do tipo "descubra". A cada tipo de tom está associado um nível (alto, médio ou baixo) à primeira sílaba proeminente da unidade tonal que funciona como uma 'pista' para o ouvinte. O tom médio consiste em, por assim dizer, a linha básica, ponto de referência para a classificação dos outros dois: alto e baixo. A distância entre esses três níveis é percorrida por uma série de gradações (cf. Brazil, 1975). A distância máxima acima do ponto médio está associada uma função contrastiva, mais evidente quando o contraste se dá ao nível do sistema como, por exemplo, o contraste lexical, sem uma relação necessária entre itens dentro e fora do sistema (cf. Coulthard, 1977).

O nível baixo (distância máxima abaixo do ponto neutro) pressupõe uma relação de equivalência entre itens num contexto conversacional. De certa forma, a classificação em níveis acima decrita está relacionada às dimensões de significado previamente discutidas de "refer" e "proclaim" e "involved" e "uninvolved". As gradações alto, médio e baixo funcionam como pistas ('key' para Labov e Fanshel, 1977) e um tom alto pode sugerir 'há mais seguir', enquanto o tom baixo implicaria 'isto foi dito numa situação criada por algo que acabou precisamente agora'.

O uso de diferentes tons (keys) - alto, médio, baixo - pode, dentro do sistema, estar relacionado com diferentes tipos

de estrutura (interrogativa, afirmativa e negativa). Em cada tipo de estrutura pode-se ainda descrever uma série de padrões, cada um dos quais corresponderá a diferentes intenções do falante. No entanto, mesmo considerando diferentes padrões dentro de cada estrutura torna-se difícil (quando não, impossível) prever-se uma descrição de todos os padrões entoacionais de que o falante faz uso na língua para exprimir diferentes intenções. Para Labov e Fanshel (op. cit.) é praticamente impossível prever-se um número de interpretações de pistas prosódicas que sejam livres do contexto.

Dada a natureza interacional do enfoque o modelo oferecido por Brazil parece o mais adequado para se estudar a questão prosódica na fala, buscando-se evidências de que o tipo de padrão entoacional usado na interação poderá fornecer subsídios para os fenômenos de continuidade e descontinuidade na fala, definindo quando, como e em que circunstâncias o falante faz uso de processos prosódicos para a organização e compreensão da produção oral.

Comunicação apresentada no Grupo de Trabalho de Análise da Conversação, no VII Encontro Nacional da ANPOLL, em Porto Alegre, julho de 1992.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BATESON, G. Conventions of Communication: Where Validity depends upon belief. In: J. Ruesch & Bateson, **Communication: The social Matrix of Psychiatry**. New York: Norton, 1951.
- BRAZIL, D. **Discourse Intonation**. Birmingham: English Language Research (Discourse Analysis Monographs, 1), 1975.
- BRAZIL, D. **The Communicative Value of Intonation**. Birmingham: English. Language Research (Discourse Monographs Series, 8), 1985.
- COULTHARD, M. **An Introduction to Discourse Analysis**. Essex, Longman, 1977.
- CUTLER, Anne and Mark Pearson On the analysis of Prosodic Turn-Taking Actions. In: Catherine Johns-Lewis (ed.) **Intonation in Discourse**. London/Sidney, Groom Helm, 1986.
- DUNCAN, Starkey, Jr. Face-to-Face Interaction. In Aaronson, Doris and Robert W. Rieber (eds) **Psycholinguistic Research: Implications and Applications**. Lawrence Erlbaum Associates, Publishers Hillsdale, New Jersey, 1979.
- GRICE, H. P. Logic and Conversation. In Cole, P. & J. Morgan **Syntax and Semantics 3: Speech Acts**. New York: Academic Press, 1975.
- HALLIDAY, M. A. K. **Intonation and Grammar in British English**. The Hague Mouton, 1967.
- LABOV, William and D. Fanshell **Therapeutic Discourse: Psychotherapy as Conversation**. New York, Academic Press, 1977.
- LEHISTE, I. **Phonetic Characteristics of Discourse**. Transactions of the Committee on Speech. Acoustical Society of Japan, 4,26-38, 1980.
- LIEBERMAN, P. **Intonation**. Perception and Language. Cambridge MA: MIT Press, 1967.
- MAEDA, S. A Characterization of American English Intonation. PhD Dissertation. MIT, 1976.
- McNEILL, David **Psycholinguistics: A New Approach**. Harper and Row Publishers, N. York, 1987.
- OLLER, D. K. The effect of position in utterance on speech segment durationm in English. **Journal of Accoustic Society of Amerlca**, 54:1235-1247, 1973.
- SCHEGLOFF, E. A. and H. Sacks Opening Up Closings. **Semiotica**, 8:289-327, 1973.

## O TEATRO DE ARIANO SUASSUNA E A LITERATURA POPULAR NORDESTINA

### UMA POÉTICA DO PALIMPSESTO

*Idelette Fonseca dos Santos - UFPb \**

Quando Ariano Suassuna entra, em 1946, na Faculdade de Direito do Recife - "para oferecer à (sua) mãe um título de Doutor que a console de ter um filho escritor" - integra um grupo de jovens poetas, atores, pintores que, com o apoio de Hermilo Borba Filho, dez anos mais velho, se propõe a trabalhar e refletir em conjunto sobre a criação de uma arte dramática nacional, refletindo os problemas, os interesses e a cultura do povo.

Este grupo, que funda no mesmo ano o Teatro do Estudante de Pernambuco (T.E.P.), teve na opinião do mesmo Hermilo, "uma função revolucionária, lutando contra a mercantilização e o aburguesamento da arte [. . .]. [O T.E.P.] estimulou, fundou e encenou as primeiras manifestações de uma dramaturgia nordestina, que representa o que nossa tradição, nossos contos e mitos, nosso romanceiro e nosso espírito populares têm de mais verdadeiro e profundo".<sup>(1)</sup>

E o primeiro trabalho foi de pesquisa, de descoberta da arte popular: nesse ano de 1946, Suassuna organiza um encontro de cantadores no Teatro Santa Isabel; no ano seguinte, o T.E.P. realiza uma Mesa-Redonda com o poeta Ascenso Ferreira, o mamulengueiro Chelroso, o poeta popular João Martins de Athayde, Fuzarca, um Velho de Pastoril, Antonio Pereira, mestre de um famoso bumba-meu-boi, um cantador, um representante de circo ambulante, escritores e estudantes. Esta "primeira Mesa-Redonda de teatro realizada no Brasil para tratar de espetáculos populares"<sup>(2)</sup> nos parece figurar, de modo quase emblemático, o que vem a ser o processo de criação, de escritura e representação do teatro de Ariano Suassuna.

Muitos escritores recorreram à cultura popular e os regionalistas particularmente multiplicaram, nas suas obras, as referências populares. O teatro de Suassuna mantém com a arte popular, e em especial com o folheto e o teatro popular,

uma relação diferente: se procura um “material bruto” a ser recriado com um sentido mais amplo e universal<sup>(3)</sup>, encontram-se também um modelo de escritura, que participa da elaboração de uma nova poética.

De **Uma Mulher vestida de sol**, que data de 1947, até **A Caseira e a Catarina**, montada em 1962, estendem-se quinze anos de produção, de vida teatral intensa, com quinze títulos, entre entremeses e peças, muitos deles premiados, um sucesso nacional e internacional imediato, três grupos de teatro ligados à vida teatral do Recife: o TEP, já citado, o Teatro Adolescente do Recife e, posteriormente, o Teatro Popular do Nordeste - o TPN - e, ao longo desses quinze anos, a constante e fraterna amizade com Hermilo Borba Filho, o **alter ego**, de tal modo ligado a essa produção teatral que nenhum estudo da obra de um deles pode deixar de mencionar o outro.

Não falarei aqui da última peça de Suassuna, **As Conchambranças de Quaderna** que me parece ocupar um espaço peculiar, entre narrativa e teatro, e merecerá um estudo à parte, em outra oportunidade.

Para entender melhor o processo criativo que funda o teatro de Suassuna, procuraremos esclarecer as suas relações com as produções populares nos seus vários gêneros:

- o romance tradicional ibérico
- o folheto de feira
- o teatro de mamulengo
- o bumba-meu-boi.

1. O primeiro, o **romance tradicional**, foi definido por um folclorista brasileiro como “poesia dramática cantada”<sup>(4)</sup> que pode ser incluída numa dança ou outra representação popular sem modificar ou alterar a sua estrutura.

É uma inclusão deste tipo que aparece no entremês **O Homem da Vaca e o Poder da Fortuna**, segundo o processo do encaixe, da “peça dentro da peça”. O caso é único no teatro de Suassuna. O romance de **Claramenina e Dom Carlos de Alencar**, aqueles que “nu da cintura pra cima / nu da cintura pra baixo / namoravam pra se casar” não desempenha uma função narrativa precisa, mas introduz, além do prazer estético e experimental, um elemento de contraponto ideológico.

2. O **folheto de feira** constitui, sem dúvida, um dos elementos privilegiados na elaboração do texto suassuniano.

No folheto, Suassuna encontra algumas matrizes narrativas, várias personagens e numerosos textos que aparecem citados, às vezes *in extenso*.

2.1. **O folheto como modelo narrativo** aparece em **O Auto da Compadecida** que recorre, em cada ato, a um ou vários folhetos:

- o primeiro ato retoma **O Enterro do cachorro**, parte do folheto **O Dinheiro**, de Leandro Gomes de Barros;
- o segundo ato segue o esquema narrativo da **História do cavalo que defecava dinheiro** (anônimo), transformando o equino em gato;
- e o terceiro ato apoia-se em **O Castigo da Soberba**, de Anselmo Vieira de Souza, e **A Peleja da Alma**, de Severino Pirauá de Lima.

Em **O Homem da Vaca e o Poder da Fortuna**, entremês cujo subtítulo deixa clara a sua qualidade de “adaptação” do folheto de mesmo título, de Francisco Sales Areda, além da estrutura narrativa quase intacta, encontram-se várias citações do folheto, às vezes explicitadas pelo processo de reescritura.

| Folheto                                                                                                                                                             | Entremês                                                                                                                                                                       |
|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| § 22                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                |
| É bom a gente ir cavar<br>que um peba gordo é<br>presunto.<br>Simão disse: mulherzinha<br>melhor mude este assunto<br>porque buraco de peba<br>é morada de defunto. | M. - É bom a gente ir cavá-lo<br>Que um peba gordo é presunto !<br>S. - Você está doida, mulher<br>É melhor mudar de assunto<br>O povo diz, por aí,<br>Que peba come defunto ! |
| § 23                                                                                                                                                                |                                                                                                                                                                                |
| Nós vamos atrás do peba<br>Se perde nossa dormida. . .<br>(5)                                                                                                       | Depois, tem que ser de noite,<br>perdemos nossa dormida !<br>(6)                                                                                                               |

Os versos do folheto “buraco de peba / é morada de defunto” supõem uma comunidade cultural que compartilha das

mesmas crenças quanto à alimentação do **tatupeba**, também chamado de **papa-defunto**.

"Nós vamos atrás do peba / se perde nossa dormida. . ." evidencia o supérfluo de qualquer informação: o leitor/ouvinte popular sabe que este animal só pode ser caçado à noite. Já o entremês explica estas evidências para o litor/espectador da cidade, que nada sabe do campo e da caça: esse é um dos principais problemas da passagem do texto popular na obra culta; retirando o texto do meio-ambiente cultural, comum ao poeta e ao seu público, corre-se o risco de torná-lo parcialmente incompreensível ou simplesmente pitoresco.

2.2. Além da matriz narrativa e/ou das eventuais citações, o folheto fornece ao teatro de Suassuna duas das suas principais **personagens**, João Grilo, no **Auto da Compadecida** e Cancão em **O Casamento Suspeitoso**.

Os dois amarelinhos não são transposições mas verdadeiras recriações do herói pícaro. Assim Suassuna não recorre a nenhum dos folhetos onde estas personagens aparecem: em **O Auto da Compadecida**, João Grilo assume os atos atribuídos no folheto a outro; a liberdade de criação de Cancão é ainda maior porque a peça **O Casamento Suspeitoso** não retoma a estrutura narrativa de um folheto.

Ao passar do folheto ao teatro, o tipo do pícaro (do malandro, na terminologia de Roberto da Matta) se transforma. Permanece porém a característica primeira da personagem, a errância: iniciada por uma ruptura prematura da estrutura familiar, esta errância se manifesta por deslocamentos contínuos, no espaço, que permitem passar de um episódio para o outro, adequando idealmente a personagem e a estrutura narrativa.

A construção da maioria das peças de Suassuna retoma este modelo. Evidente no entremês, é dissimulado na peça pela reescritura e às vezes total reelaboração, pela interpene-tração de alguns episódios e sobretudo pela unidade introduzida pela perspectiva moralizante.

A personagem do malandro desdobra-se: a dupla João Grilo/Chicó ou Cancão/Gaspar corresponde a uma separação da dupla personalidade do pícaro: de um lado o **astucioso** que sobrevive graças à sua inteligência e vivacidade, do outro, o **herdeiro da sabedoria popular**, expressa em provérbios e adivinhações.

Chicó e Gaspar falam em provérbios, como Simão em **A Farsa da Boa Preguiça**, Pinhão em **O Santo e a Porca**, ou Benedito em **A Pena e a Lei**. A citação proverbial vira caracterização da personagem mas, além da conotação popular, funciona como instrumento de derrisão. Esta relação de ironia opõe-se à confirmação pelo mesmo ou pela analogia:

"A derrisão consiste na inversão, pelo provérbio, do conteúdo proposto de modo que um registro segundo emerge do primeiro, deslocando e degradando-o, sugerindo uma necessária desconstrução dos papéis narrativos".<sup>(7)</sup>

Assim Gaspar resume a sua desconfiança em relação à vida e às mulheres pelo provérbio:

"Pau seco não dá embira, nem corda velha dá nó"

O provérbio denuncia o jogo de sedução da burguesa atraída pela novidade de um amor "rústico", mas o provérbio será, por sua vez, desmontado e degradado, quando Gaspar sucumbe à tentação e reconhece finalmente:

"Agora pau dá embira e corda velha dá nó"<sup>(8)</sup>

Mais complexo ainda como personagem, Cancão aparece, em **A Farsa da Boa Preguiça** como o verdadeiro motor da ação, o homem astucioso e inteligente que sabe manobrar todos, mostrando-se venal com os corruptos, amistoso com os puros, seduzido com a mulher fatal. . . Consegue pouco a pouco escolher a sua via para se juntar ao coro final que confessa os pecados do mundo. As duas dimensões da personagem de Cancão que, no folheto, estão sempre separadas e se manifestam sucessivamente: o malandro sem escrúpulos / o sábio conselheiro, aparecem aqui como as duas faces de uma mesma personagem que adquire portanto uma complexidade psicológica totalmente estranha ao mundo do folheto. Cancão está dilacerado por duas forças opostas que o empurram para dois pólos: o gosto da intriga e a sinceridade; a fidelidade ao amigo e a sedução da noiva do amigo, etc.

A retomada da personagem do malandro por Suassuna não se traduz, porém, por um total desvio ideológico, como alguns críticos afirmaram. As relações sócio-econômicas subjacentes - que Roberto da Matta resumiu no seu ensaio como a obrigação de se mexer para sobreviver, identificando o mito do pícaro/malandro como o mito do trabalhador brasileiro<sup>(9)</sup> - per-

manecem no teatro suassuniano como no folheto, englobadas, condicionadas pelo sistema moral.

O trabalho não enriquece; a honestidade do trabalhador depende da honestidade do patrão; enganar um patrão desonesto e que maltrata o empregado torna-se uma obrigação moral.

"A astúcia pode ser vista como o equivalente do **jeito**, ou **jeitinho**, como um modo estruturalmente definido de utilizar as regras vigentes na ordem em proveito próprio, mas sem destruí-las ou colocá-las em causa".<sup>(10)</sup>

O malandro usa o "poder dos fracos", esse poder de obedecer e destruir sutilmente o poder por uma obediência ao pé da letra, inteligente e aparentemente inocente. Suassuna não o condena: quando todas as personagens vão para o Purgatório, no **Auto da Compadecida**, João Grilo beneficia de uma segunda chance porque, disse a Compadecida:

"João foi um pobre como nós, meu filho. Teve de suportar as maiores dificuldades numa terra seca e pobre como a nossa".<sup>(11)</sup>

Porcurando sempre e tão somente sobreviver, o malandro não busca o poder nem o prestígio. Ele permanece um herói intermediário, "herói dos espaços intersticiais e ambíguos", na fórmula de Roberto da Matta<sup>(12)</sup>. Subversivo que não pretende substituir uma dominação pela outra, ele tenta, como Macunaíma, relativizar as leis, os códigos e as morais que perpetuam a injustiça e submetem o homem ao jugo do homem. Suassuna propõe-lhe uma outra via para escapar à dominação do homem: a aceitação da lei divina.

O teatro de suassuna revela-se plenamente moral e religioso - catequético até? - ilustrando as virtudes teológicas e os pecados capitais do dogma católico:

- a esperança em **A Pena e a Lei**, cujo terceiro ato é intitulado: "Auto da Virtude da Esperança";
- a caridade, em **O Rico Avarento**;
- a fé, em todas as peças, fé num Deus bom e indulgente, fé no homem em **A farsa da Boa Preguiça**.

Os pecados capitais são emblemas frequentemente citados no título da peça: **A Farsa da Boa Preguiça**, **O Castigo da Soberba**, **O Rico Avarento**. A luxúria está presente em **O Casamento Suspeitoso** associada à inveja. Porém, a mentira,

generalizada em todas as peças, é considerada como um mal menor, uma condição de sobrevivência e a **gula** nem é lembrada como pecado, num mundo em que a fome é sempre próxima e familiar.

3. Os contatos com o **mamulengo** ou teatro de bonecos foram, como já vimos, a origem da escritura teatral de Suassuna. As primeiras obras foram entremeses escritos sobre o modelo das peças para mamulengo para ser apresentadas pelo Teatro de Bonecos do TEP. Posteriormente, a influência se mantém de modo mais difuso, nos diálogos e nos jogos de cena, com a notável exceção da peça **A Pena e a Lei**, fundamentada na relação entre a marionete e o real.

**A Pena e a Lei** ilustra o processo de evolução do homem que, de pantim irresponsável no Iº ato, se torna através da morte plenamente humano e, como tal, se aceita comparecer diante de Deus, também se reconhece o direito de julgar o seu Criador. Esta evolução é manifesta na representação, os atores no Iº ato mimam marionetes, mantendo no IIº ato uma certa rigidez gestual e só no IIIº e último ato, **pós-morte**, atuam com naturalidade. A importância desse jogo de mamulengo obriga o autor e o diretor a procurar no palco equivalências tão precisas quanto possível do jogo de bonecos.

Este processo criativo de Suassuna lembra o de um Alfred Jarry, instaurando com a criação de **Ubu Rei** uma nova estética do teatro francês, pela transposição teatral das leis do espetáculo de marionetes.<sup>(13)</sup>

Cheiroso, o mamulengueiro dos dois primeiros atos, assume no terceiro o seu papel de Deus **ex-machina**. Admite também ser o autor da peça e até do **Auto da Compadecida** !

Cheirosa: Pois vão dizer que você não tem mais imaginação e que só sabe fazer, agora, o **Auto Da Compadecida** !

Cheiroso: Isso é fácil de resolver: na próxima peça, em vez do personagem ser sabido, é bêsta, e, no terceiro ato em vez de tudo se passar no Céu, se passa no inferno. Aí, eu quero ver o que é que eles vão dizer".<sup>(14)</sup>

O espectador é permanentemente interpelado e o narrador/protagonista, Cheiroso, como bom mamulengueiro, explica a peça antes de representá-la: não há espaço para a interpretação pessoal.

Fruto de reescrituras sucessivas, **A Pena e a Lei** permanece a peça de Suassuna mais próxima do seu modelo popular.

4. O **Bumba-meu-boi** é o último gênero popular que examinaremos aqui, nas suas relações com o teatro de Suassuna. Se a sua influência pode ser sentida em quase todas as obras, o caráter difuso e não textual dificulta a avaliação. Podemos rastrear esta presença a partir dos níveis de construção e criação da obra, sem falar aqui dos aspectos de encenação e representação que mereceriam uma outra palestra.

Ao nível da narração, a influência do bumba-meu-boi aparece como pontual e pouco determinante.

Ao nível da concepção da peça teatral, manifesta-se o que caracteriza a dança-dramática brasileira, em geral, e o bumba-meu-boi em particular, isto é a aglomeração de pequenos núcleos narrativos de diversas origens que se interligam a ponto de formar um conjunto coerente, por assimilação das personagens de um episódio a outro.<sup>(15)</sup> Essa integração é reforçada pelo recurso à música e à dança que acompanham as entradas das personagens, dando uma impressão de **continuum** no qual as cenas adquirem um relevo particular, estabelecendo com as canções introdutórias uma relação ambígua, de confirmação ou derrisão, muito semelhante à observada no caso da citação proverbial.

Suassuna utiliza esse modo de construção em três das suas peças, ou recorrendo diretamente ao texto popular, ou através de uma reescritura, que poderíamos chamar "segunda", do folheto através do entremês, ou ainda pela criação de um ato destinado a unir duas partes já elaboradas, dando-lhe pleno significado

A obra teatral de Suassuna torna-se assim uma grande rapsódia, com variantes e reescrituras, cujo tema constante e fundamental é a morte e a ressurreição do homem, morte do pecador e julgamento (no **Auto da Compadecida** e **A Pena e a Lei**), ressurreição do homem novo na fé, após ter abandonado o "homem velho" (em quase todas as peças).

Como no bumba, o leitmotiv, a obsessão de quase todas as personagens é o dinheiro. É na relação ao dinheiro que se fundamenta o pecado e, se algumas circunstâncias atenuantes são aceitas - como a miséria e a necessidade de so-

brevivência - o dinheiro nunca deixa de ser visto como símbolo do Mal, da desumanização, da corrupção e perdição do homem:

- no **Auto da Compadecida**, o dinheiro é a chave dos dois primeiros atos: o enterro do cachorro por um bispo e um padre simoníacos, e a compra de um animal que faz ouro por uma mulher invejosa;
- **O Santo e a Porca** manifesta a oposição entre Santo Antônio, a fé, e o mealheiro em forma de porquinho, o dinheiro;
- **O Casamento Suspeitoso** mostra o papel do dinheiro nas relações familiares, com casamento por interesse, os problemas de uma herança e a corrupção da justiça.
- Sátira e caricatura da corrupção policial ainda em **A Pena e a Lei**;
- Perseguição obsessiva e louca do dinheiro, em **A Farça da Boa Preguiça**, onde o poeta é a única personagem que se recusa a participar da obsessão geral.

Se, tematicamente e formalmente, a relação do teatro de Ariano Suassuna com as produções populares é manifesta, é talvez no nível poético que ela assume plenamente a sua importância.

O texto, a personagem, a estrutura popular são submetidos a uma reescritura, no entremês primeiro, depois na peça.

A partir do folheto, do romance, do mamulengo ou do bumba, constrói-se um primeiro texto, geralmente um entremês. Não se trata de rascunho ou simples esboços. Porém Suassuna retoma sistematicamente essas obras e reescrevendo-as parcialmente ou não, articulando-as com outros episódios novos, produz outro texto:

- **O Castigo da Soberba** (1953) torna-se o IIIº ato do **Auto da Compadecida** (1955);
- **Torturas de um coração** (1951) transforma-se numa parte de **A Pena e a Lei** (1959);
- **O Rico Avarento** (1954) e **O Homem das Vaca e o Poder da Fortuna** (1958) articulam-se para constituir **A Farsa da Boa Preguiça** (1960).

Poucas peças escapam a esta sistemática de escritura

**O Casamento Suspeitoso e O Santo e a Porca** (ambos de 1957). São precisamente as peças que mantêm a relação mais tênue com a literatura popular, apesar da presença de personagens oriundos do folheto.

De textos em textos, uma reescritura dissimila a anterior e muitas outras ainda, se admitimos que o folheto, o romance, o mamulengo ou o bumba são frutos de variantes, recriações e reescrituras sucessivas.

Tomando emprestado à literatura popular um dos seus principais modos de criação, a obra teatral não escapa à lógica do processo, sendo, por determinação genética, sempre aberta a esta transformação e recriação do texto pela representação, pela encenação.

Esta prática de reescritura que chamaremos, com-

Gérard Genette, de prática hipertextual<sup>(16)</sup> define uma **poética do palimpsesto** onde, conservando a velha imagem do pergaminho ou manuscrito sob cujo texto se descobrem escritos anteriores, um texto se sobrepõe a outro texto sem dissimulá-lo completamente mas deixando-o ver por transparência.

“[Tal tipo de texto] nos convida a uma leitura **relacional** cujo sabor - perverso - se condensa num adjetivo inédito inventado por Philippe Lejeune: uma leitura **palimpsestosa**”

Assim o teatro de Ariano Suassuna deixa adivinhar, por transparência, o folheto, o romance, o mamulengo ou o bumba-meu-boi, numa manifestação valiosa, elaborada e consciente de “literatura ao segundo grau”.

---

\* Texto da conferência pronunciada no Congresso de Teoria e Crítica Literária, realizado no Recife, na Universidade Federal de Pernambuco, em 17 de outubro de 1989.

## Notas

1. BORBA FILHO, Hermilo. "Caminhos de um teatro popular", **Diário de Pernambuco**, Recife, 28.XI.1974, p. 11.
2. Idem. **Fislonomia e Espírito do Mamulengo**. São Paulo, Companhia Editora Nacional/EDUSP, 1966, p. 104.
3. SUASSUNA, Ariano. **Seleta em Prosa e Verso**. Rio de Janeiro, José Olympio/INL, 1974, p. 163.
4. LIMA, Rossini Tavares de. **Romanceiro Folclórico do Brasil**. São Paulo, Irmãos Vitale, 1971, p. 8.
5. AREDA, Francisco Sales. **O Homem da Vaca e o Poder da Fortuna**. s.d. 16 p. § 22-23.
6. SUASSUNA, Ariano. **op. cit.**, p. 43.
7. ZUMTHOR, Paul. **Le masque et la lumière**. Paris, Seuil, 1975, p. 153.
8. SUASSUNA, Ariano. **O Santo e a Porca - O Casamento Suspeitoso**. 2. ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1976, p. 136.
9. MATTA, Roberto da. **Carnavals, Malandros e Heróis**. Rio de Janeiro, Zahar, 1979, p. 204-235.
10. Id. **ibid.** p. 226.
11. SUASSUNA, Ariano. **Auto da Compadecida**. 17. ed. Rio de Janeiro, Agir, 1981, p. 184.
12. MATTA, R. **op. cit.**, p. 232.
13. BENSKY, R. D. **Structures textuelles de la marionnette de langue française**. Paris, Nizet, 1969, p. 43 e 57-60.
14. SUASSUNA, Ariano. **A Pena e a Lei**. Rio de Janeiro, Agir, 1971, p.141.
15. ALVARENGA, O. **Música Popular Brasileira**. Rio de Janeiro, Globo, 1950 p. 29; BORBA FILHO, H. **Apresentação do Bumba-meu-boi**. Recife, Imprensa Universitária, 1966, p. 9.
16. GENETTE, Gérard. **Palimpsestes**. Paris, Seuil, 1982, p. 14.
17. Idem, **ibidem**, p. 451.

## LINGÜÍSTICA NO BRASIL: O PAPEL DA UFPE

*Francisco Gomes de Matos \**

### **Introdução**

Este relato cronológico dá continuidade a uma série de textos publicados na Revista Vozes (10 anos de *Lingüística Aplicada no Brasil*: 1965-1975, RCV, janeiro-fevereiro, 1976; Mais 10 anos de *Lingüística Aplicada no Brasil*: 1975-1985, RCV, junho-julho, 1985; *Lingüística Aplicada no Brasil: o Papel da PUC-SP*, RCV, março-abril, 1992. Veja-se também Mattoso Câmara e o Ensino da *Lingüística no Brasil*, RCV, junho-julho, 1973).

Objetivamos apresentar, a futuros historiadores da *Lingüística no Brasil*, uma perspectiva de quem tem acompanhado (vivenciado. . .) o progresso da ciência da linguagem entre nós nos últimos 30 anos, i.e., desde a inclusão da *Lingüística* como disciplina obrigatória no Currículo de Letras em 1962, por força de um parecer do Conselho Federal de Educação.

A relação dos eventos e das publicações selecionados reflete nossa experiência diversificada, como docente que teve o privilégio (e o desafio) de ter sido o introdutor da *Lingüística* - em nível de graduação - nas Universidades Federais de Pernambuco e Paraíba e na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (respectivamente em 1963, 1964 e 1966). A pergunta-chave a ser respondida pela enumeração a seguir é: Como a Universidade Federal de Pernambuco, através de seus docentes-pesquisadores especializados em ciência da Linguagem, vem contribuindo ao desenvolvimento da *Lingüística no Brasil*?

Cumpre esclarecer que fosse este um relato mais abrangente, teríamos incluído as contribuições de discentes, particularmente de pós-graduandos. Tal documentação, importantíssima, deverá ser objeto de outro artigo.

## Cronologia

- 1963 - Introdução da Lingüística no Currículo do então Instituto de Letras da (então) Universidade do Recife. Primeiros professores dessa ciência na UFPE: o autor deste, José de Meira Lins e Humberto Novelino, respectivamente mestres em Lingüística pelas Universidades americanas de Michigan, Texas (Austin) e Michigan. Em agosto desse ano, houve a participação deste autor em 1º Simpósio Interamericano de Lingüística (Colômbia).  
Esse encontro de Cartagena de las Indias possibilitou a reunião, pela primeira vez, dos lingüistas Joaquim Mattoso Câmara Jr. (o saudoso Pai da Lingüística no Brasil), Aryon D. Rodrigues (hoje na UnB) e F. Gomes de Matos.  
Publicava-se, na revista ALFA, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Marília, S.P., a primeira **Bibliografia Mínima Comentada de Lingüística**, de F. Gomes de Matos, em benefício de professores de português.
- 1965 - A Universidade do Recife colabora com o Primeiro Seminário Brasileiro de Lingüística, que teve lugar no Rio de Janeiro em julho, por iniciativa do Instituto de Idiomas Yázigi. O autor deste fez uma conferência sobre Orientação de Lingüística Aplicada.
- 1966 - A UFPE põe, à disposição do MEC em SP (através da então Diretoria de Ensino Comercial), o autor deste, possibilitando, assim, a este lingüista assumir a direção do Centro de Lingüística Aplicada Yázigi, por recomendação do Programa Interamericano de Lingüística e Ensino de Idiomas (PILEI) e a lecionar na PUC-SP.
- 1968 - Realizou-se, em Recife, durante o IV Seminário Brasileiro de Lingüística (iniciativa do CLA-Yázigi, com apoio da UFPE e da Universidade Católica de Pernambuco), uma reunião preparatória da fundação da Associação Brasileira de Lingüística (ABRALIN). Desse encontro, coordenado pelo saudoso Pai da Lingüística no Brasil, Joaquim Mattoso Câmara Jr.,

- participaram os lingüistas da UFPE (supracitados) e José Lourenço de Lima.
- 1969 - Fundou-se em São Paulo, a 09 de janeiro, a ABRALIN tendo, o autor deste, sido eleito Secretário e Geraldo Lapenda, membro do Conselho. A criação do Projeto de Descrição da Norma Urbana Culta (NURC) em SP resultou na instalação de setor na UFPE, muito ativo sob a coordenação de Maria da Piedade Moreira de Sá.
- 1973 - Primeiro lingüista da UFPE a receber grau de doutor em Lingüística: o autor deste, na PUC-SP. Tese: Influência de princípios da lingüística em manuais para professores de inglês como língua estrangeira. Publicada em 1976 pela Editora McGraw-Hill sob o título **Lingüística Aplicada ao Ensino de Inglês**.
- 1976 - O Programa de Pos-Graduação em Letras e Lingüística da UFPE deu início aos seus cursos de Mestrado: a primeira dissertação de mestrado em Lingüística foi defendida por Abuência Padilha Peixoto Pinto sobre Conservação dos níveis sociolingüísticos na tradução literária. Essa lingüista está concluindo seu doutoramento na PUC-SP. Publicava-se em São Paulo (Editora McGraw-Hill do Brasil) o livro **Lingüística Aplicada ao Ensino de Inglês** de F. Gomes de Matos, baseado na tese de doutoramento **Influência de Princípios da Lingüística em Manuais (de 16 países) para Professores de Inglês**, orientada pela Dr<sup>a</sup> Maria Antonietta Celani e defendida na PUC-SP em 1973. A referida obra teve uma repercussão internacional, como atestam os seguintes depoimentos, extraídos de folheto preparado pela McGraw-Hill:
- "Your review of Applied Linguistics and Language Teaching is indeed the most comprehensive one I have seen. I particularly appreciated the broadness of your perspective". H. Douglas Brown.
- "Your book has filled a much complained gap in the history of the application of linguistics. It deserves to be made known the world over". Renzo Titone.
- "You have done a fine job of analysis and explanation". Peter Strevens

- 1977 - Publicação do livro de Geraldo C. Lapenda - **A estrutura da língua Yatê** - (língua dos índios Fulniô, de Águas Belas, Pernambuco), pela Editora da UFPE. Obra pioneira, no gênero.
- 1980 - Fundação do Núcleo de Estudos Indigenistas (NEI), um setor do Departamento de Letras que desenvolve trabalhos de pesquisa, ensino e extensão. Tem acervo bibliográfico, material de áudio e vídeo, peças artesanais e uma publicação, *Axéuvyrú*. Mantém uma linha de pesquisas no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística que já originou dissertações de mestrado sobre várias línguas indígenas. Uma das fundadoras do NEI, Adair Palácio, continua a preparar pesquisadores em linguística indígena brasileira na UFPE e na Universidade Federal de Alagoas.
- 1981 - A Diretoria da ABRALIN nesse biênio foi composta por três lingüistas da UFPE: Francisco Gomes de Matos (Presidente), Luiz Antônio Marcuschi (Secretário) e Adair Palácio (Tesoureira). Durante essa administração foram publicados três números da revista da ABRALIN e foi realizado um Instituto Brasileiro de Linguística, em janeiro-fevereiro de 1981, com corpo docente local e de outras universidades do País.
- 1983 - Publicação de **Elementos para Estudos Lingüísticos**, de Marília Ana de Moura Viana e Luiz Antônio Marcuschi. Editora da UFPE.
- 1983 - Publicação de **Linguística de Texto: o que é e como se faz**, de Luiz Antônio Marcuschi. Série Debates I-1, Mestrado em Letras e Linguística, UFPE. Publicação, pela UNESCO, Paris (Division of Education), de A Checklist for pluridisciplinary evaluation of materials for the teaching of the mother tongue, de F. Gomes de Matos (há uma edição em francês). Estudo pioneiro sobre avaliação interdisciplinar de material didático (língua materna). Baseado em obras brasileiras.
- 1984 - Publicação, pela **Revista de Cultura Vozes** (março) de nosso artigo por uma Declaração dos Direitos Lingüísticos Individuais, texto que originou um movi-

mento em favor de uma Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos.

Publicação de **Como avaliar um livro didático**, de Francisco Gomes de Matos e Nelly Carvalho. São Paulo, Pioneira.

- 1985 - Este autor leciona, como Professor Visitante Fulbright, no Departamento de Línguas Românicas da University of Georgia, Athens, Georgia, EEUU. Disciplinas: Língua Portuguesa, História e Estrutura da Língua Portuguesa, Lingüística Aplicada. Durante essa permanência nos EEUU foram pronunciadas conferências sobre uma área de pesquisas deste lingüista: Direitos de aprendizes de línguas.

Repercute, internacionalmente, o Apelo feito por Gomes de Matos em favor de uma Declaração Universal dos Direitos Lingüísticos, como evidenciam os seguintes comentários recebidos de eminentes lingüistas, cientistas sociais e educadores.

A transcrição mantém a língua original (o inglês), para autenticidade documental.

"Thanks for sending me the statement, which I thought was quite fine", NOAM CHOMSKY, M.I.T., 16/12/85.

"I am writing to tell you how much I support you plea. . ." BASIL BERNSTEIN, University of London, 22/04/86.

"Your plea is certainly a noble undertaking and one deserving of support from linguists, psycholinguists, sociolinguists, and educators throughout the world", CATHERINE SNOW, Harvard University, 23/04/86.

"I read with interest your plea". M.A.K. Halliday, University of Sidney, 30/05/86.

"Your statement of rights is immensely important \_ especially so when it comes to practical issues of language planning and teaching", DAVID CRYSTAL, Holford, Inglaterra, 07/03/1986.

"Best wishes in your worthwhile endeavor. I hope we can help", BARBARA H. PARTEE, President, Linguistic Society of America, 04/03/86.

"Your plea should be universally endorsed", THOMAS

- A. SEBEEK, Indiana University, 28/02/86.  
 “Your eloquent statement is particularly important in the context of bilingualism”, KENJI HAKUTA, (então em Yale University; atualmente em Stanford), 24/04/86.  
 Publicação do livro **Análise da Conversação**, de Luiz Antônio Marcuschi. São Paulo, Ática.
- 1987 - Realiza-se, na Faculdade de Direito do Recife (UFPE) um Seminário Internacional sobre Direitos Humanos e Direitos Culturais, com o patrocínio da UNESCO (Divisão de Direitos Humanos e da Paz), AIMAV (Associação Internacional para o Desenvolvimento da Comunicação Intercultural) e UFPE. Esse evento foi presidido pelo autor deste.  
 Do Seminário resultou o texto **Declaração do Recife**, baseada em grande parte em textos de Gomes de Matos (a partir do artigo publicado na Vozes, março de 1984). A referida Declaração foi transcrita em várias revistas de lingüística e sociolingüística no Brasil e no exterior, estando prevista sua inclusão na obra **Declarations and Manifestoes of the 21st Century**, em elaboração no Canadá.  
**Menção, no Prefácio de The Cambridge Encyclopedia of Language**, deste autor e da UFPE.
- 1990 - Início do funcionamento do Curso de Doutorado em Lingüística no Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística. A primeira tese doutoral, de Nelly Carvalho, versa a respeito de **O Léxico da Publicidade**. Esse estudo inclui um capítulo de análise lingüística intercultural de publicidade brasileira e portuguesa.  
 Funda-se, em Recife, durante reunião do Grupo de Trabalho da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Letras e Lingüística (ANPOLL), a Associação de Lingüística Aplicada no Brasil (ALAB). Do Conselho Consultivo faz parte este autor. Registre-se que a UFPE foi o contexto decisivo, gerador da idéia de fundar-se uma Associação Brasileira de Lingüística e que a mesma universidade sediou a reunião em que os lingüistas aplicados ligados à AN-

POLL decidiram fundar sua própria entidade, demonstrando, assim, que no Brasil é possível e produtivo desenvolver dois setores profissionais - intercomplementares - dentro da ciência da linguagem. Fato sui gêneris se considerar-se a situação em outros campos científicos.

- 1991 - Formulação do conceito de **paz comunicativa** (como aprofundamento do conceito sociolingüístico de **competência comunicativa**), pelo autor deste, através da publicação FIPLV WORLD NEWS, da Federation Internationale des Professeurs de Langues Vivantes. Lançamento da revista **Investigações** - Lingüística e Teoria Literária, Pós-Graduação, UFPE e de **A Terminologia técnico-científico**, de Nelly de Carvalho, pela Editora da UFPE.

- 1992 - Tese de doutoramento de Gilda Maria Lins de Araújo - atual Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística - defendida na USP em 02 de junho, sobre o tema O Discurso do Índio. Subsídios para a Comunicação Intercultural. Trabalho pioneiro na área interdisciplinar de lingüística intercultural, que teve continuidade com a defesa da dissertação de Mestrado de Vera Lúcia Teixeira Carneiro (docente do Colégio de Aplicação da UFPE) sobre A abordagem Intercultural no Ensino-Aprendizagem de Línguas Estrangeiras, sob orientação do F. Gomes de Matos e co-orientação de Maria da Piedade M. de Sá. A UFPE tem seu primeiro Professor Titular (concurso) de Lingüística: Luiz Antônio Marcuschi. Tema da tese: **A repetição na língua falada. Formas e funções.**

Exemplo significativo da aproximação entre lingüistas da UFPE e colegas de Portugal: a Profª Maria Irandé Costa Moraes Antunes (do Departamento de Letras), prepara-se para defender, em abril de 1993, sua "dissertação de doutoramento" na Universidade Clássica de Lisboa sobre Aspectos da coesão lexical na organização do texto escrito de comentário". Convidado para Banca Examinadora: Dr. Luiz Antônio Marcuschi. Publicação de O estilo feminino na interação verbal,

de Judith C. Hoffnagel e Elizabeth Marcuschi, no volume **Entre a Virtude e o Pecado** (São Paulo, Editora Rosa dos Tempos). Trata-se de pesquisa pioneira realizada para a Fundação Carlos Chagas (SP) e originalmente intitulada *A linguagem da mulher: o modo feminino de falar*.

### **Conclusão**

Através de seu Departamento de Letras (ao qual o Programa de Pós-Graduação está integrado), a UFPE vem contribuindo significativamente para o progresso da Linguística no Brasil. Os lingüistas pernambucanos trabalham em 5 linhas de pesquisa: Pragmática, Línguas Indígenas, Linguística Aplicada, Organização lingüística da produção oral e escrita, Psicolinguística. Ao lado de lingüistas mais experientes, a nova, promissora e produtiva geração de lingüistas está empenhada em continuar a honrar a tradição iniciada há 30 anos. Destaque-se o fato de alguns dos lingüistas da UFPE terem atuado em outras universidades do Brasil e do exterior. Ressalte-se também o importante papel de professores visitantes que lecionaram sob os auspícios de entidades como a CAPES, o CNPq, o Conselho Britânico, a Fulbright, o DAAD, e mais recentemente, a FACEPE, Fundação de Amparo à Ciência Tecnologia-Governo do Estado de Pernambuco. A UFPE tem recebido conferencistas notáveis como o lingüista americano Kenneth Pike (apoio da Sociedade Internacional de Linguística). Finalmente, para ter-se uma idéia mais pormenorizada da atual produtividade dos lingüistas que trabalham na UFPE, recomenda-se a consulta ao volume **QUEM É QUEM na Pesquisa em Letras e Linguística**; organizado por Luiz Antônio Marcuschi, recém-publicado pela ANPOLL com apoio do CNPq e a colaboração da FINEP.

Assim, poder-se-á constatar o que vem sendo pesquisado e publicado pelos 12 lingüistas atuantes no Departamento de Letras.

A também significativa contribuição dos alunos de Linguística, particularmente no nível pós-graduação mereceria um ensaio à parte. Um exemplo dignificante: a dissertação de mestrado de Neide Mendonça (1985) foi publicada pela Editora

Pioneira (SP) com o título **Desburocratização Lingüística. Como simplificar textos administrativos.**

Até o fim de 1992, 50 dissertações de mestrado foram defendidas na UFPE, no campo da lingüística. Que esse trabalho cooperativo, de docentes-pesquisadores e discentes continue ! A UFPE, a exemplo de outras universidades brasileiras que têm Programas de Pós-Graduação em Lingüística (quer predominantemente teóricos ou aplicados. . .) tem cumprido seu papel de co-constructora e promotora de uma ciência que, hoje, é reconhecida mundialmente.

---

\* Coordenador, Programa de Pós-Graduação em Letras e Lingüística, Departamento de Letras, UFPE, Recife.